



**Bernardo Borges Baião Guimarães Fernandes**

## **A “reinvenção” do trabalhismo**

**O projeto do PDT na redemocratização brasileira**

### **Dissertação de mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Orientadora: Prof. Larissa Rosa Corrêa

Rio de Janeiro  
Abril de 2020



**Bernardo Borges Baião Guimarães Fernandes**

## **A “reinvenção” do trabalho**

### **O projeto do PDT na redemocratização brasileira**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

**Prof. Larissa Rosa Côrrea**

Orientador

Departamento de História – PUC-Rio

**Prof. Américo Oscar Guichard Freire**

Programa de Pós-Graduação em História, política e bens culturais -

FGV

**Prof. Maurício Barreto Alvarez Parada**

Departamento de História – PUC-Rio

Rio de Janeiro,

Abril de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

### **Bernardo Borges Baião Guimarães Fernandes**

Graduou-se em História - Licenciatura e Bacharelado - pela UFRJ em 2017, onde participou também do Programa de Estudos Americanos. Foi pesquisador bolsista da Fundação Biblioteca Nacional e da Fundação Getúlio Vargas. cursou mestrado em História pela PUC-Rio, cujo tema da dissertação foi o novo trabalhismo Tem interesse nas áreas de História da América e História do Brasil.

#### Ficha catalográfica

Fernandes, Bernardo Borges Baião Guimarães

A “reinvenção” do trabalhismo: o projeto do PDT na redemocratização brasileira / Bernardo Borges Baião Guimarães Fernandes; orientadora: Larissa Rosa Corrêa. – 2020.

132 f.; 29,7 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2020.

Inclui bibliografia

1. História - Teses. 2. História Social da Cultura - Teses. 3. Novo trabalhismo. 4. Leonel Brizola. 5. Partido Democrático Brasileiro. 6. Redemocratização. 7. Getúlio Vargas. I. Corrêa, Larissa Rosa. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Para Inês Baião, com amor.

## Agradecimentos

De alguma forma, a escrita dessa dissertação encerra um ciclo de sete anos desde que cheguei à cidade do Rio de Janeiro para estudar na UFRJ. Muitas pessoas queridas fazem parte dessa trajetória e a elas gostaria de manifestar o mais sincero agradecimento. Cada página escrita ao longo desses dois anos só foi possível graças a vocês.

Primeiramente, agradeço à Apio Gomes, Izabel Cristina e João Trajano Sento-Sé, pelas conversas e pela gentileza de ceder toda a documentação que tinham sobre o tema. O apoio de vocês foi fundamental para que eu prosseguisse minha pesquisa.

Agradeço a todos os orientadores acadêmicos que tive ao longo de minha formação. À Fernando Castro, por me ensinar o ofício de historiador com afeto e carinho único, à Maria Elisa Noronha, por me acolher nos primeiros meses do mestrado, e à Larissa Corrêa, sem qual jamais seria possível estar aqui. Agradeço pela confiança em mim e no tema e por ter me acompanhado em cada passo da escrita da dissertação.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Agradeço aos amigos mais próximos e aqueles que me atravessaram em algum momento desse longo percurso. Obrigado por compartilharem comigo tantas experiências.

À Julia, obrigado por ser-tão ao meu lado. Companheira de vida, de caminhadas e de experimentação da vida. O mais bonito presente que o Rio de Janeiro me deu. Agradeço também por me apresentar uma família incrível com a qual tenho o privilégio de dividir o cotidiano. Dilene, Vantoen, Laura e todos os bichinhos.

E, por fim, à minha família, Inês, Sônia, Adelcio e Bárbara, por me ensinarem valores que levo pra vida. Obrigado por estarem ao meu lado em todos os momentos.

Um novo ciclo se inicia a partir daqui e estou aberto ao imprevisível!

## Resumo

Fernandes, Bernardo Borges Baião Guimarães. Corrêa, Larissa Rosa. **A “reinvenção” do trabalhismo: o projeto do PDT na redemocratização brasileira.** Rio de Janeiro, 2020. 132 f. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho se propõe investigar a trajetória do novo trabalhismo a partir da experiência do Partido Democrático Trabalhista (PDT). O estudo percorre as origens, as negociações e conflitos, a formação identitária, o desempenho político, bem como os desafios enfrentados ao longo da década de 1980, período que abrange o fim da ditadura militar e a reorganização político-partidária do Brasil. Durante quase vinte anos, o trabalhismo, que era uma tradição hegemônica no país desde Vargas, ficou relegado ao ostracismo. O PTB foi extinto, os petebistas cassados e exilados. É o caso de Leonel Brizola, principal herdeiro do getulismo, que viveu como exilado no Uruguai e depois em Portugal. A pesquisa mostra como Brizola, da capital portuguesa, liderou o processo de reorganização do novo trabalhismo - um projeto gestado em meio ao exílio. Por fim, o estudo enfatiza o peso da tradição política no Brasil, investigando como o PDT buscou resgatar o trabalhismo do pré-1964 e ressignificá-lo no contexto da redemocratização.

## Palavras-chave

(Novo) Trabalhismo; Leonel Brizola; Partido Democrático Trabalhista; Redemocratização; Getúlio Vargas.

## Abstract

Fernandes, Bernardo Borges Baião Guimarães. Corrêa, Larissa Rosa. **“Reinventing laborism”: the Democratic Labour Party (PDT)’s project during the Brazilian Redemocratization.** Rio de Janeiro, 2020. 132 f. Dissertação de Mestrado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This study aims to analyze the new laborism’s project conducted by the Democratic Labour Party (*Partido Democrático Trabalhista*). It addresses the political party’s origins, identity formation, negotiations and conflicts, political performance, as well as the challenges faced throughout the 1980s. This is the period of the end of the military dictatorship (1964-1985) and the political-party reorganization in Brazil. For almost twenty years, laborism (*trabalhismo*), a hegemonic tradition in the country since Getúlio Vargas regime (1930s), was left to ostracism. “PTB”, Brazilian Laborism Party, was extinct, party members were persecuted and went to exiled. It was the case of Leonel Brizola, the main inheritor of “getulism”, who lived in exiled in Uruguay and later in Portugal. From the Portuguese capital, Brizola lead the process of the new laborism project. Finally, this study emphasizes the weight of political tradition in Brazil by investigating how the PDT sought to rescue pre-1964 labor political ideology. In doing so, Brizola gave new meanings to laborism (*trabalhismo*) in the context of the Brazilian redemocratization.

## Keywords

Laborism (*trabalhismo*); Leonel Brizola; Democratic Labour Party; redemocratization; Getúlio Vargas

## Sumário

1. Introdução	12
2. Retomando o fio da história	19
2.1. Exílio e reorganização política: as origens do novo trabalhismo	20
2.2. Reinventando Vargas	32
2.3. Um novo Brizola, um novo trabalhismo	39
3. O Novo Trabalhismo pelo olhar dos fundadores	50
3.1. A composição do novo trabalhismo	51
3.2. O jornal <i>Espaço Democrático</i>	56
3.3. O caminho até o PDT	59
3.4. Que socialismo é esse?	67
3.5. A herança trabalhista em discussão	73
4. O trabalhismo na encruzilhada: O difícil caminho de inserção na nova ordem democrática	79
4.1. A Nova República quer o novo	80
4.2. A disputa pelo legado getulista e a criação do PDT	90
4.3. Trabalhismo ou brizolismo?	97
4.4. Rio de Janeiro: o caso de sucesso	103
4.5. Uma estrela no caminho do trabalhismo	108
5. Considerações finais	118
6. Referências bibliográficas	122
7. Anexos	127



## **Lista de figuras e tabelas**

Figura 1: Desempenho do PDT nas eleições para Deputados Federais em 1982 e 1986	106
Figura 2: Desempenho do PDT nas eleições para Deputados Estaduais em 1982 e 1986	107
Tabela 1: Deputados Federais eleitos em 1982 e 1986	113
Tabela 2: Quantidade de vereadores eleitos em 1988	114

## **Lista de abreviaturas**

AIB - Ação Integralista Brasileira  
ALN - Ação Libertadora Nacional  
AI-1 - Ato Institucional Nº1  
AI-2 - Ato Institucional Nº2  
ARENA - Aliança Renovadora Nacional  
CGB - Coletivo Gregório Bezerra  
CUT- Central única dos Trabalhadores  
DEM – Democratas  
DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda  
FSLN - Frente Sandinista de Libertação Nacional  
IS - Internacional Socialista  
JK - Juscelino Kubitschek'  
LIBELU - Liberdade e Luta  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
MNR - Movimento Nacional Revolucionário  
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
POLOP - Política Operária  
PP – Partido Progressista  
PPL – Partido Pátria Livre  
PRI - Partido Revolucionário Institucional  
PRN - Partido da Reconstrução Nacional.  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSD – Partido Social Democrático  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSP - Partido Social Progressista  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro  
PV - Partido Verde

RJ - Rio de Janeiro

RPC - Reconstrução do Partido Comunista

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN - União Democrática Nacional

RPC - Reconstrução do Partido Comunista

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

## 1. Introdução

O trabalhismo é um tema bastante abordado pela historiografia brasileira, nas suas mais diferentes especificidades. Todavia, poucos estudos até o momento se propuseram a analisar a trajetória desta tradição na década de 1980, período da redemocratização brasileira<sup>1</sup>. A grande maioria das publicações existentes detém-se ao primeiro e segundo governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, e de 1951 a 1954, respectivamente, ou ao momento posterior ao suicídio, quando João Goulart passou a liderar o PTB. Estes estudos privilegiam o período em que o trabalhismo era uma das principais forças políticas do país, e Vargas e Jango, as figuras mais representativas das tensões que culminaram no golpe de 1964.

Ainda hoje observa-se lacunas importantes quanto ao tratamento dos diferentes aspectos que configuram o novo trabalhismo. Mas embora escassos, os trabalhos existentes apresentaram análises densas. Um exemplo neste sentido é a tese de doutorado desenvolvida por João Trajano Sento-Sé que, por via indiretas, percorreu a trajetória do novo trabalhismo à luz da figura de Leonel Brizola<sup>2</sup>. Indireta porque o objetivo da tese, de acordo com o autor, parte de uma análise micro acerca da produção de discursos e significações a favor e contra a figura de Leonel Brizola - a que ele chama de Brizolismo - para dar conta de uma realidade macro que é a introdução da estética na política, do qual Brizola representa um exemplo precioso. Portanto, não é um estudo sobre o PDT ou o novo trabalhismo, mas, para chegar às conclusões da tese, o autor oferece múltiplas contribuições sobre o tema.

Dentre elas, a inclusão das ideias socialistas - cuja aplicabilidade é questionada por ele - e a recuperação do legado de Getúlio Vargas e do velho PTB, sobretudo no que tange suas principais pautas – o nacionalismo, a exemplo do nacionalismo, o intervencionismo estatal, a legislação trabalhista e outros. Sento-Sé analisou cuidadosamente os três documentos fundadores do novo trabalhismo em sua opinião: a Carta de Lisboa, escrita no exílio, a carta-

---

<sup>1</sup> O título desta dissertação faz referência ao trabalho da historiadora Ângela de Castro Gomes, a Invenção do trabalhismo, com o qual dialoga-se ao longo de toda a escrita. GOMES, Â. C. **A invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 3 ed, 2005.

<sup>2</sup> SENTO-SÉ, J. T. Brizolismo: estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

testamento de Getúlio Vargas e a obra de Alberto Pasqualini<sup>3</sup>. Para além do conteúdo, ele destaca como cada um deles se apresentam no programa do PDT.

O autor oferece também, em razão dos objetivos da própria tese, com algumas das percepções tecidas por diferentes atores sobre Brizola e o projeto trabalhista. Para ele, Brizola se situa entre dois imaginários míticos, o da subversão e da radicalidade, e o do herdeiro de Vargas, sobre a qual recaem as principais críticas. Entre aqueles que se manifestavam em apoio, há um apelo saudosista ao passado, de retomada do getulismo e das Reformas de Base. Entre os que atacam, o contrário. Recusam-se reviver os velhos tempos de predomínio dos trabalhistas e refutam qualquer reverência à Vargas<sup>4</sup>.

A tese atravessa todo o processo histórico de reconstrução do trabalhismo desde o exílio em Lisboa até a *debacle* do projeto de Brizola de chegar à presidência do país, em 1989. Por conta disso, Sento-Sé se dispõe a traçar as perspectivas sobre o Brasil, o nacionalismo e do próprio trabalhismo à luz das formulações brizolistas. O livro é, talvez, o trabalho de maior fôlego sobre o tema e também o mais completo.

É de autoria de João Trajano Sento-Sé também um importante estudo acerca das disputas internas que incidiram sobre a formação do PDT na década de 1980<sup>5</sup>. O trabalho tem como objetivo examinar as múltiplas percepções tecidas sobre o socialismo e temas afins por pedetistas que foram entrevistados pelo jornal *Espaço Democrático* - alvo de análise no segundo capítulo desta dissertação também. O autor expõe também algumas incongruências do projeto do novo trabalhismo, bem como as divergências políticas e programáticas existentes.

Esse artigo dialoga com os estudos produzidos pela historiadora Izabel Cristina da Costa acerca dos militantes comunistas ligados a Luís Carlos Prestes que ingressaram no PDT<sup>6</sup>. A autora é a única a tratar do fenômeno do prestismo no interior do PDT até o momento, e isso já torna seu trabalho relevante por si só. A discussão está presente em sua tese de doutorado, e em dois artigos onde ela discute também o processo de reinvenção do brizolismo. A historiadora se propôs

---

<sup>3</sup> Idem, 172-183.

<sup>4</sup> Ibidem, p.198-199.

<sup>5</sup> THOMPSON, 2004, op. cit.

<sup>6</sup> COSTA, I. C. Luiz Carlos Prestes e os “Filhos” da Carta Aos Comunistas no PDT. XXVII Encontro de História da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil), Natal, 22 a 26 de julho de 2013

a ouvir alguns desses prestistas, de modo a entender qual era o vínculo efetivo mantido entre Luís Carlos Prestes e os pedetistas.

Izabel da Costa também desenvolveu outros trabalhos que se debruçam sobre as origens do PDT, tentando traçar aproximações e divergências com o velho PTB<sup>7</sup>. A autora demonstra, por exemplo, que, se por um lado, as bandeiras trabalhistas tradicionais foram mantidas pelo PDT, por outro, este partido imprimiu um caráter muito mais à esquerda do que o velho PTB, o que se traduz na inclusão do socialismo, principalmente, e na defesa das minorias, tal como exposto na Carta de Lisboa<sup>8</sup>.

A trajetória política de Leonel Brizola foi também alvo de uma abordagem cuidadosa por parte dos intelectuais que se debruçaram sobre a temática do novo trabalhismo. Dada a centralidade deste personagem para a construção do PDT, bem como a destacada atuação na cena política da década de 1980, é possível afirmar que há uma literatura específica sobre Brizola. Um desses casos é o livro de Moniz Bandeira, responsável por apresentar, a partir do olhar do próprio Brizola, as perspectivas de retomado do trabalhismo naquele cenário de abertura política. O autor traça uma cronologia de atuação deste líder político no PTB, desde a filiação ainda no primeiro governo de Getúlio Vargas até os anos 1970. Além disso, Bandeira entrevistou Brizola pouco depois de sua volta do exílio, cujo conteúdo constitui uma importante fonte de sistematização de seus pensamentos.

O trabalho de Moniz Bandeira evidencia um grau de envolvimento deste autor no projeto do novo trabalhismo. Tal fato fez com que ele buscasse, por meio deste material, promover a figura de Leonel Brizola e do projeto encampado por ele. Isso não reduz a qualidade da obra, mas ela deve ser tratada como uma fonte histórica, tendo em vista os objetivos pelos quais ela foi escrita. Nesse sentido, ela difere até mesmo da tese de Sento Sé, que também manifestou envolvimento político com o PDT.

Em uma perspectiva diferente, Américo Freire reduziu a escala de análise para o cenário político do Rio de Janeiro, onde Brizola exerceu enorme protagonismo. O autor possui ao menos dois trabalhos neste sentido: um, junto à

---

<sup>7</sup> COSTA, I. C. A hora da travessia: reinventando o brizolismo e o trabalhismo. *Revista Mundo do Trabalho*, v. 4, n.7, 2012, p. 121-145.

<sup>8</sup> Ver anexo 1.

Flávia Azevedo, se detém aos chamados *tijolaços*, publicações escritas por Brizola que circularam na grande imprensa - sobretudo no *O Globo* e *Jornal do Brasil* - entre as décadas de 1980 e 1990<sup>9</sup>. Os autores demonstraram como Brizola fez da imprensa uma ferramenta de autopromoção e divulgação de ideias. De acordo com Freire, onde se observa com maior clareza os aspectos da performance brizolista.

Em outro trabalho, Freire incluiu o ex-governador em um quadro político mais amplo da política fluminense. Na opinião do autor, o quadro político do Rio de Janeiro nas últimas décadas se divide entre alguns personagens de influência destacada, sendo um deles o PDT de Brizola<sup>10</sup>. A pesquisa de Freire se enquadra numa história política, oferecendo importantes contribuições acerca do brizolismo no âmbito político e eleitoral do Rio de Janeiro.

O historiador possui ainda um livro organizado em parceria com Jorge Ferreira, que reúne artigos de vários pesquisadores sobre a trajetória de Leonel Brizola entre 1961 e 1964 e da década de 1980 até a sua morte, em 2004<sup>11</sup>. A divisão não é por acaso, pois demarca uma diferenciação entre o perfil de atuação deste personagem antes e depois do golpe militar de 1964. Nesse sentido, a trajetória de Leonel Brizola foi analisada sob múltiplos olhares. A Campanha da Legalidade<sup>12</sup>, o grupo dos onze, bem como as disputas internas com quadros petebistas. Em outro artigo, Jorge Ferreira destrincha o conteúdo das ideias nacional-revolucionárias de Brizola nos anos 60. Já sobre a década de 1980, Américo Freire percorre os caminhos do processo de renovação do trabalhismo que deu origem ao PDT. Além dele, outros autores destacam a política de educação e de segurança pública do governo estadual entre 1983 e 1987, e

---

<sup>9</sup>FREIRE, A; AZEVEDO, F. Intervenção Política, Imprensa e Democracia: os Tijolaços de Leonel Brizola. *Revista ANOS 90*, v.18, n.3, 2011, p. 15-40.

<sup>10</sup>FREIRE, A. *Sinais trocados: o Rio de Janeiro e a República brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

<sup>11</sup>FREIRE; FERREIRA, 2016, Op. cit.

<sup>12</sup> A Campanha da Legalidade é o nome dado ao conjunto de mobilizações civis e militares sob a liderança do então governador do RS, Leonel Brizola, que tinham como fim a defesa da posse de João Goulart em 1961. Jango, que na época era vice-presidente do país, havia herdado a presidência do Brasil após a renúncia precoce de Jânio Quadros. No entanto, alguns setores golpistas tentaram impedi-lo de assumir o poder, fato que só não se consumou graças à atuação ostensiva de Brizola em prol da legalidade democrática. O caso mais notório nesse sentido foi a transferência da rádio Guaíba para os porões do palácio do governador, de onde Brizola transmitia informações e captava aliados pelo país.

Michelle Reis de Macedo, as relações tecidas entre o PDT e as esquerdas armadas envolvidas na luta armada.

O artigo de Michelle Macedo destaca as percepções tecidas por diferentes organizações de esquerda acerca do novo trabalhismo. Macedo demonstra, por exemplo, a resistência sofrida pelo PDT durante o processo de fundação, visto que comunistas e petistas, principalmente, manifestaram grande contrariedade a este projeto político.

De fora da academia, partiram duas das contribuições mais interessantes sobre Leonel Brizola e o novo trabalhismo. A primeira delas, de Trajano Ribeiro e Clóvis Brigagão, dois militantes históricos do PDT, que se propuseram a revisitar os bastidores do processo de reconstrução do trabalhismo desde o Encontro de Lisboa, analisado com raro detalhamento, à derrocada em 1989<sup>13</sup>. O livro se mostra relevante e inovador, na medida em que oferece uma perspectiva bastante íntima sobre o tema, já que ambos estavam envolvidos diretamente no processo de construção do novo trabalhismo. Com um olhar semelhante, o jornalista Ricardo Osman acompanhou a campanha presidencial de Brizola, em 1989<sup>14</sup>. A obra nos possibilita apreender em pormenores as tensões, distensões e improvisações desastrosas que marcaram a derrotada estratégia pedetista naquele ano.

Estas publicações, no entanto, quase não discutem ou não aprofundam o debate sobre o papel do novo trabalhismo neste quadro de abertura política do Brasil. Daí advém à justificativa historiográfica desse estudo: analisar o novo trabalhismo a partir do contexto de redemocratização.

De um modo geral, este trabalho tem dois objetivos complementares. Primeiro, discute o processo de reinvenção do trabalhismo. Além disso, busca compreender como esta tradição reinventada se inseriu na realidade política brasileira da década de 1980, marcada pela reabertura democrática.

O estudo apresenta os personagens envolvidos, as ideias mobilizadas, bem como as negociações e conflitos que estiveram no centro das discussões em torno da reorganização do trabalhismo. Atravessa também o desempenho político e os desafios enfrentados na nova ordem democrática. Daí a escolha de percorrer a trajetória do novo trabalhismo a partir da experiência do Partido Democrático

---

<sup>13</sup> RIBEIRO, T; BRIGAGÃO, C. *Brizola*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

<sup>14</sup> AGUIAR, R. O. G. *Leonel Brizola: Uma Trajetória Política*. Rio de Janeiro: Record, 1991.



Trabalhista. A sigla, então liderada por Leonel Brizola, é a que historicamente encapou este projeto.

Neste sentido, algumas perguntas são centrais para dar conta dos objetivos citados: qual a razão de se retomar um projeto trabalhista após quase vinte anos desde que este foi proibido pelos militares? E porque esta iniciativa mobilizou a participação de uma militância ampla e plural? Visto que incluía lideranças importantes do país, a exemplo de Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, Abdias do Nascimento, Francisco Julião, Lélia Gonzalez, Mário Juruna, entre outros?

Não menos importante, esta pesquisa tenta responder também o porquê o PDT não alcançou um desempenho similar ao trabalhismo do pré-1964. Com exceção das vitórias de Leonel Brizola, o partido nunca se tornou uma força central no cenário político nacional, como fora o PTB antes de 1964. Ao invés disso, mostrou-se relevante, mas nunca protagonista. A sigla amargou muito mais fracassos do que êxitos, como será demonstrado.

A partir disso, o primeiro capítulo tem como cerne apresentar e discutir a trajetória, o intercâmbio ideológico e as propostas que configuram o novo trabalhismo. A reinvenção da tradição trabalhista inclui o resgate e releitura do getulismo, bem como a incorporação de ideias adquiridas no exílio. O texto se baseia na análise dos principais documentos oficiais do PDT, como o programa, o manifesto, a Carta de Lisboa e a Carta de Mendes, bem como da Carta-Testamento de Getúlio Vargas, dotada de enorme importância simbólica para o partido.

No segundo capítulo, o foco desloca-se para as questões identitárias que compõe o PDT, tendo como base o olhar dos próprios personagens envolvidos diretamente na reconstrução do trabalhismo. Busca-se acessar percepções pessoais e graus de envolvimento desses militantes em relação ao projeto ao qual estavam inseridos. O capítulo se concentra no exame de entrevistas concedidas por líderes pedetistas ao jornal *Espaço Democrático*, no ano de 1984. O material apresenta discussões sobre temas centrais para o partido, como o socialismo, a democracia e a herança getulista, além de elucidar algumas motivações para a filiação ao PDT.

O último capítulo analisa o papel ocupado pelo novo trabalhismo na transição democrática. Por isso a reflexão versa sobre questões relacionadas a desempenho político. O texto apresenta alguns dos desafios enfrentados, discute problemas elencados pelos integrantes deste projeto, além de defender argumentos

que justifiquem a comparação com o trabalhismo do pré-1964, o qual se acredita que obteve resultados muito mais expressivos do que o PDT.

Ao longo da escrita desta dissertação, houve uma preocupação em destacar questões levantadas pelos próprios personagens sobre os quais se escreve, tal como demonstram as fontes mobilizadas para esta pesquisa. Fundamentalmente, espero que o texto contribua para aprofundar os debates acerca do novo trabalhismo, que ainda são bastante incipientes.

## 2.

### Retomando o fio da história

“Somos um núcleo da continuidade da história como nenhum outro partido. Não temos a pretensão de condenar tudo que se passou e dizer que a história começa agora. Somos o fio da história, a continuidade das lutas sociais do país.”

(Leonel Brizola, 1989)

Em finais da década de 1970, após 15 anos desde que Ato Institucional Nº 2 extinguiu o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e os demais partidos políticos do país, o trabalhismo ensaiava um retorno à cena política nacional<sup>15</sup>. A iniciativa, protagonizada por lideranças tais como Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, ia de encontro com a proposta de abertura política costurada pelo regime militar.

Ao longo dessas duas longas décadas, o Brasil atravessou um longo período de autoritarismo político. Os trabalhistas foram perseguidos, alguns presos, outros tiveram o mandato cassado. Muitos migraram para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), outros, para o exílio, onde se depararam com novas ideias, que acrescentariam futuramente ao novo trabalhismo. Por isso, ao invés de tratar o período de vigência da ditadura somente pelo viés da perseguição, opta-se por ressaltar também as diferentes formas de movimentação realizadas às margens da censura.

Por esta razão, o presente capítulo se coloca na fronteira entre o velho e o novo trabalhismo, entre o legado getulista e a incorporação da experiência do exílio, cujo principal produto foi a introdução da pauta do socialismo. Aborda o projeto de renovação de uma tradição, de retomadas e ressignificações, que culminaram no projeto do PDT.

---

<sup>15</sup> O Ato Institucional Nº2 se insere em um contexto de endurecimento do Regime Militar instaurado em 1964. A medida foi uma resposta aos resultados positivos obtidos pela oposição nas eleições de 1965, em especial a vitória de Negrão de Lima e Israel Pinheiro, ambos do PSD, para o governo do estado da Guanabara e Minas Gerais, respectivamente. O governo reagiu com a dissolução de todos os partidos políticos existentes, a manutenção da prerrogativa para cassar mandatos parlamentares e a definição de eleições indiretas para presidente e vice-presidente, que a partir daquela data seriam escolhidos pelo Congresso Nacional. Em resumo, o AI-2 contou com 33 artigos que reorientaram o jogo político-eleitoral em favor do Regime Militar.

## 2.1

### Exílio e reorganização política: as origens do novo trabalhismo

Até março de 1964, o Brasil era presidido pelo trabalhista João Goulart. O PTB era a principal força política do país e a segunda maior bancada da câmara dos deputados, posição alcançada às vésperas do golpe militar. Jango projetou-se politicamente durante o segundo governo Vargas (1951-1954), quando, assumiu o Ministério do Trabalho<sup>16</sup>. A atuação forjou uma identificação entre ele e as camadas populares, fato corroborado nas eleições para vice-presidente do país em 1955 e 1960.

Com a morte de Vargas, Goulart tornou-se presidente nacional do PTB. Sua gestão coincide, não por acaso, com o período de melhor desempenho eleitoral do partido na história. Jango dispendeu amplos esforços para estruturar o partido, tornando-o menos dependente da figura de Vargas. À título de exemplificação, em 1945, quando foi fundado, o PTB elegeu somente 22 deputados federais contra 151 do PSD e 82 da UDN, e apenas 2 senadores. Já nas eleições de 1954, muito influenciadas pela morte dramática de Vargas, o partido registrou um crescimento expressivo: elegeu 6 senadores da república e 66 deputados federais. No entanto, o desempenho foi ainda muito aquém daquele obtido em 1962, quando o PTB elegeu 12 senadores e 116 deputados federais, ficando atrás somente do PSD, com só 4 deputados a mais. Em 1947, o PTB não elegeu nenhum governador, já em 1962, 4 estados estavam sob o controle do partido.

Menos de dez anos após projetar-se politicamente, Jango chegou à presidência do Brasil. Durante o mandato, entre 1961 e 1964, manifestou anseios por reformas estruturais, que ficaram conhecidas como as Reformas de Base. O projeto consistia em um amplo conjunto de medidas que abarcavam ao menos seis áreas - urbana, bancária, administrativa, fiscal, agrária e universitária - cujo fim era reduzir as desigualdades socioeconômicas do país. Não demorou até que elas

---

<sup>16</sup> Como Ministro do Trabalho, Jango aprovou, dentre outras medidas, o aumento do salário mínimo em 100%, o fim do atestado ideológico exigido aos sindicatos e a criação do Departamento Nacional do Trabalho, que na prática, firmava um compromisso de fiscalização e cumprimento da legislação trabalhista. Sobre a atuação de Jango no Ministério do Trabalho ver FERREIRA, J. O ministro que conversava: João Goulart no ministério do trabalho. In FERREIRA, 2005, op. cit.

despertassem a esperança de setores progressistas e a ira de uma oposição conservadora, tendo como pano de fundo um contexto de plena Guerra Fria.

Entre os opositores, construiu-se um imaginário de que João Goulart nutria simpatia pelo comunismo. Um alinhamento improvável, visto que o herdeiro de Getúlio Vargas nunca manifestou publicamente nada nesse sentido. No entanto, esta retórica conspiracionista embasou uma tentativa de impedimento da posse de Jango após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, em 1961. O impasse foi solucionado com a intervenção de Leonel Brizola, líder da Campanha da Legalidade, e a instituição do parlamentarismo, que perdurou por pouco tempo. Com um pouco de cuidado, é possível afirmar que a presidência de João Goulart alternou entre duas fases: uma mais cautelosa, que vai até meados de 1963, com a derrocada do plano econômico Trienal e da base aliada, e outra mais radical, de aproximação definitiva com os movimentos sociais, cujo melhor exemplo é o Comício da Central. O *debacle* é bem conhecido<sup>17</sup>. Jango foi retirado do poder e têm-se a partir daí o início de um longo período ditatorial.

O período subsequente ao golpe de 1964 foi marcado por diferentes formas de perseguição política a opositores, dentre as quais a grande maioria recaiu sobre trabalhistas e comunistas. A primeira medida nesse sentido foi o Ato Institucional Nº1, que permitia ao governo cassar mandatos parlamentares e suspender direitos políticos por tempo indeterminado. No total, 102 pessoas foram atingidas pelo AI-1, sendo 56 os deputados federais cassados - 32 só do PTB - além de várias lideranças com direitos políticos suspensos. Entre eles, os ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek, de Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, Miguel Arraes, Rubens Paiva, Luís Carlos Prestes e dos intelectuais Josué de Castro, Celso Furtado, Paulo Freire e Nelson Werneck Sodré. Foram muitos os expostos a esta condição. Para estes, o caminho natural foi quase sempre o exílio, prática bastante comum até 1969 pelo menos. Do que já se publicou sobre o tema, prevalecem as biografias e autobiografias, como a escrita

---

<sup>17</sup> FERREIRA, J.; GOMES, Â. de C. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007

por Fernando Gabeira<sup>18</sup>, por exemplo, e ao menos dois trabalhos de maior fôlego merecem menção<sup>19</sup>: O primeiro deles, de autoria de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Jovelino Ramos, foi lançado em 1978, em meio à campanha de anistia, e contém uma série de entrevistas e relatos de exilados políticos<sup>20</sup>. A obra é ao mesmo tempo uma análise e uma fonte sobre a experiência do exílio ao transmitir o horizonte de expectativas daqueles que foram expulsos do Brasil. Já o segundo trabalho corresponde à tese de doutorado de Denise Rollemberg<sup>21</sup>. De acordo com a autora:

O exílio dos anos 60 e 70 foi uma tentativa de afastar e eliminar as gerações que contestavam, a partir de um projeto, a ordem política e/ou econômica identificada à ditadura civil militar. [...] É preciso, portanto, compreendê-lo na mesma lógica da prisão política, dos assassinatos, da imposição à clandestinidade; como mais um esforço dos militares para controlar a liberdade de expressão e a manifestação intelectual; de destruição de toda a criação contestatória e de uma determinada experiência política<sup>22</sup>.

Conforme argumentou Rollemberg, o regime militar concebia o exílio como uma tentativa de exclusão e afastamento do universo político e social. É a negação da oposição, um castigo aos que ousaram questionar o novo status quo forjado pelo golpe de 1964. Nesse sentido, o exílio representa um propósito de

---

<sup>18</sup> GABEIRA, F. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2009. Além dessa, outras biografias de destaque são GULLAR, F. *Rabos de foguete: os anos de exílio*. Rio de Janeiro: Revan, 1998; RABÊLO, J. M., RABÊLO, T. *Diáspora: o longo caminho do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2001; KONDER, R. *Tempo de ameaça: autobiografia política de um exilado*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, dentre outros.

<sup>19</sup> Além dos trabalhos citados, destacam-se no âmbito acadêmico QUADRAT, S. V. (org.). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exilados latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011; PAIVA, T. *Herdeiros do exílio: Memórias de filhos de exilados brasileiros da ditadura militar*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006; GREEN, J. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos EUA*. São Paulo: Companhia. das Letras, 2010; GRECO, H. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2003; FREIRE, A. “Ecos da estação Lisboa: O exílio das esquerdas brasileiras em Portugal”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.64, p.37-57, 2010.

<sup>20</sup> CAVALCANTI, P. C.U ; RAMOS, J. (orgs.). *Memórias do exílio: Brasil (1964-19??)*. São Paulo: Livramento, 1978, v.1.

<sup>21</sup> ROLLEMBERG, D. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>22</sup> *Ibid*, p.47.

desenraizamento. Isto é, fazer com que o exilado perca suas bases, os laços e, enfim, a identidade construída ao longo de toda uma vida no país de origem.

Para uns, o exílio era uma necessidade tendo em vista a repressão iminente da ditadura. Para outros, uma forma de se antecipar ao que viria. Muitos exilados foram forçados a deixar o país, outros assim o fizeram por opção. Recorrendo novamente à Rollemberg, entende-se que as motivações que levaram ao ato de deixar o país foram dotadas de enorme heterogeneidade.

Houve os atingidos pelo banimento; houve quem decidiu partir, às vezes, até com documentação legal, por rejeitar o clima em que se vivia no país; houve quem, pessoalmente, não era alvo da polícia política, mas se exilou ao acompanhar o cônjuge ou os pais; houve os diretamente perseguidos, envolvidos, uns mais, outros menos, no confronto com o regime militar; houve quem foi morar no exterior por outras razões que não políticas e, através do contato com exilados, integrou-se às campanhas de denúncia da ditadura e já não podiam voltar com tanta facilidade. Os casos são inúmeros<sup>23</sup>.

A experiência do exílio foi tão rica quanto dolorosa. De um lado, os exilados tiveram que lidar com o sentimento de derrota e frustração pela derrocada de seus projetos políticos. Por outro, a saída nem sempre significou renúncia, mas sobrevivência. Não só dos ideais de luta, como a própria vida. Caso ficassem no Brasil, é bem provável que fossem presos ou mortos pela ditadura. No entanto, a sobrevivência diante da queda de tantos companheiros era um peso para alguns militantes. Foi por não suportá-los que Maria Auxiliadora, a Dora, se jogou nos trilhos do metrô de Berlim, na Alemanha, em 1976, e que Tito de Alencar, o frei Tito, se enforcou na cidade francesa de Lyon, em 1974<sup>24</sup>.

Edward Said é preciso ao tratar a experiência do exílio como uma “fratura forçada” sem com isso reduzi-la somente aos percalços. Para o autor, “o exílio, ao contrário do nacionalismo, é fundamentalmente um estado de ser descontínuo. Os

---

<sup>23</sup> Ibidem, p.52.

<sup>24</sup> Sobre as mortes ocorridas no exílio ver site Tortura Nunca Mais. Disponível em <https://www.torturanuncamais-rj.org.br/dossie-mortos-desaparecidos/mortes-no-exilio/>, acesso em 20 de novembro de 2019

exilados estão separados das raízes, da terra natal, do passado”<sup>25</sup>. Desconectado do local de partida e também de chegada, o exilado é um ser “sem lugar”. O exílio é uma condição entre. Entre a terra deixada para trás e a que a abrigou. Entre os valores frustrados trazidos consigo e os adquiridos após o movimento de saída. Por isso, Said defende também que o exílio potencializa o espaço das trocas, que talvez fossem inimagináveis em caso de permanência na terra natal. Ademais, possibilita uma distância crítica em relação aos projetos defendidos e/ou combatidos

Para Denise Rollemberg, o exílio representou, além de perdas, metamorfoses<sup>26</sup>. Com isso, a autora não tira o peso negativo desta condição, apenas oferece outra dimensão sobre o tema. Inicialmente, o contato com culturas tão distintas foi uma tarefa difícil para a grande maioria dos exilados. Alguns militantes sequer podiam manter a identidade, outros deixaram famílias inteiras para trás, sem contar o medo constante da perseguição política. Nem sempre havia emprego e quando havia, era, em geral, informal ou mal pago, principalmente na Europa, onde se nutria certo grau de preconceito pelos brasileiros. Todavia, o exílio possibilitou também novos recomeços. Releituras de si, da América Latina e dos projetos políticos que defendiam.

José Maria Rabelo conta que as experiências de exílio na Bolívia e, principalmente, no Chile foram duras mas igualmente ricas, na medida em que possibilitaram aprofundar o conhecimento sobre o continente americano, algo até então pouco explorado pela esquerda brasileira, com exceção de Cuba, tida naquele contexto como grande referencial de sucesso. Além disso, fomentaram revisões, autocríticas de toda uma geração da esquerda brasileira. Para Rabelo:

Vivemos, por dentro, todos os que foram os nossos pecados: a má avaliação da força dos adversários; uma concepção abstrata das condições em que se desenvolveria a luta; a pressa; o sectarismo, as disputas internas. Fomos vendo cair, um atrás do outro, os companheiros venezuelanos, peruanos, colombianos, guatemaltecos, bolivianos, brasileiros, uruguaios. [...] A gente, que no começo tinha

<sup>25</sup> SAID, E. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.46-60.

<sup>26</sup> ROLLEMBERG, 1999, op. cit. p.48.



tido as maiores ilusões, fui compreendendo aos poucos que o processo seria muito mais longo<sup>27</sup>.

A fala de Rabelo reflete um momento específico de transição entre as diferentes fases do exílio das esquerdas brasileiras, cujo ponto de inflexão foi a queda do governo socialista de Salvador Allende, em 1973. Partindo de uma análise detalhada sobre o tema, Denise Rollemberg estipulou uma divisão do exílio em três etapas subsequentes<sup>28</sup>. A primeira delas tem início logo após o golpe de 1964 e concentrou-se em países da América Latina, sobretudo o Uruguai. Lá se refugiaram inicialmente as principais lideranças envolvidas no governo de João Goulart, a exemplo de Brizola, Darcy Ribeiro e o próprio Jango, bem como outras figuras de destaque na cena política nacional pré-64. A escolha por se manter no continente americano tinha uma razão evidente naquele contexto. Havia um sentimento partilhado de que o exílio seria curto e logo todos retomariam suas posições políticas. Portanto, a permanência na região – em países como Uruguai e Chile – garantia um sentimento de proximidade com a realidade brasileira. Alguns militantes sequer se esforçaram em se integrar ao novo país<sup>29</sup>. Brizola, por exemplo, manteve dentro do que era possível as atividades políticas de combate à ditadura. O líder gaúcho foi um dos responsáveis por organizar uma guerrilha na região mineira do Alto Caparaó com o fim de derrubar o governo militar recém instaurado<sup>30</sup>. Uma síntese interessante do imaginário construído entre os exilados brasileiros em Montevideu é narrada por Herbert de Souza, o Betinho:

No Uruguai é o reencontro de toda a liderança do movimento popular. Aí, as realidades, vistas de longe, parecem teatros. Como se você reagrupasse os atores reais, enquanto os atores de papel seguem o

---

<sup>27</sup> CAVALCANTI, P. C.U.; RAMOS, J. (orgs.), 1978, op. cit., p.156.

<sup>28</sup> ROLLEMBERG, 1999, op. cit. p. 53.

<sup>29</sup> Ver depoimento de Vera Lúcia Magalhães em Rollemberg, 1999, op. cit., p.53; De José Maria Rabelo em CAVALCANTI, P. C.U.; RAMOS, J. (orgs.), 1978, op. cit., p.156-159; E de Leonel Brizola em Moniz Bandeira, 1979, op. cit. Ambos falam na crença de que o exílio iria durar pouco.

<sup>30</sup> A guerrilha do Caparaó foi um movimento de resistência à ditadura militar organizado na serra do Caparaó, localizada no estado de Minas Gerais. Inspirado na experiência cubana, o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), formado em sua maioria por ex-militares expulsos das forças armadas, buscava derrotar o regime militar por meio da tática do foco guerrilheiro, tal como ocorrera em Sierra Maestra. Eles contavam com o apoio financeiro cubano e com a articulação política de Leonel Brizola, então exilado no Uruguai, mas foram rapidamente reprimidos pela polícia militar mineira.

jogo. Fazíamos reuniões da Frente de Mobilização Popular com os atores reais. Mas eles mesmos estavam cheios de ilusões. [...] Era como se não tivesse aceito a realidade, se tentasse espichá-la para além das fronteiras. Exploravam-se as possibilidades de uma reconquista<sup>31</sup>.

Ao contrário do Uruguai, o Chile e o México receberam em maior quantidade outra geração de exilados, muitos dos quais iniciaram sua trajetória política já durante o regime militar ou que antes deste ainda não tinham se destacado. É um grupo marcado essencialmente pelo combate à ditadura pela via da luta armada<sup>32</sup>. A geração de 1968 encontrou o exílio após prisões, torturas e ações guerrilheiras que envolviam sequestros, assaltos e combate direto ao governo. Eram membros da Ação Libertadora Nacional (ALN), do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), da Política Operária (POLOP), dentre outras organizações deste período. O projeto defendido por eles já não se restringia à defesa da democracia, como previa a geração de 1964, mas a construção do comunismo nos moldes de Cuba. A chegada ao Chile coincidiu com a ascensão do governo socialista democrático de Salvador Allende.

No Chile, a esquerda brasileira acompanhou de perto os avanços da Unidad Popular de Allende, fato narrado com grande entusiasmo por vários militantes. Além disso, deparou-se com alternativas programáticas e com novas táticas de construção do socialismo.

Em outro sentido, o Chile também foi um importante referencial, atingindo um número maior de exilados. A revolução no campo institucional e com intensa participação social marcou profundamente quem viveu a experiência. O contraste com o isolamento das vanguardas brasileiras reorientava concepções e perspectivas<sup>33</sup>.

Por outro lado, os exilados presenciaram também o horror do golpe militar desferido pelo general Augusto Pinochet em 1973, que resultou numa reorientação

---

<sup>31</sup> CAVALCANTI, P. C.U., RAMOS, J. (orgs.), 1978, op. cit. p.71.

<sup>32</sup> Sobre a diferenças entre as gerações de 1964 e de 1968 ver ROLLEMBERG, 1999, op. cit., p. 50-53.

<sup>33</sup> CAVALCANTI, P. C.U.; RAMOS, J. (orgs.), 1978, op. cit. P.72.

ideológica definitiva da América Latina. A partir daí, o exílio é dispersão. A realidade chilena joga pro ralo todas as utopias de retomada rápida da legalidade e de triunfo da revolução no continente. A América Latina, imersa em golpes de estado, já não era um terreno seguro para os exilados, que foram, então, buscar refúgio em países da Europa e da África, como a Argélia, França, Suécia, Alemanha e Portugal. Esta movimentação involuntária marca a segunda fase do exílio.

A dispersão envolveu as duas gerações de exilados brasileiros, tornando possível o encontro entre elas<sup>34</sup>. Foi assim que Leonel Brizola, que havia passado pelos Estados Unidos antes de chegar à Portugal, reuniu velhos trabalhistas expulsos do país em 1964 e militantes da luta armada em torno do projeto de recriação do PTB. É interessante notar como a reconfiguração em cadeia da geopolítica latino-americana provocou reagrupamentos políticos e ideológicos improváveis como esse, por exemplo. Esta adversidade inesperada levou milhares de brasileiros a descobrir novos horizontes e redescobrir seus projetos políticos no continente europeu.

Ao contrário da América Latina, a Europa Ocidental respirava ares de democracia e uma guinada à esquerda na política. Na França, o Partido Socialista chegou ao poder em 1981, com a vitória de François Mitterrand. Alemanha e Suécia haviam passado por experiências socialdemocratas sob o comando de Willy Brandt e Olof Palme, respectivamente. Já em Portugal, Brizola e seus correligionários encontraram um país recém-saído da ditadura do general Antônio Salazar e aberto à construção do socialismo pela via democrática, sob liderança do então primeiro-ministro, Mário Soares. Todos esses governos eram filiados à Internacional Socialista (IS), órgão com quem os trabalhistas brasileiros mantiveram inevitáveis contatos, já que era na sede do Partido Socialista Português onde ocorriam as reuniões do novo PTB.

A Internacional Socialista foi fundada em 1951 como um esforço de retomada da Internacional Operária e Socialista, que funcionou até o início da 2ª Guerra Mundial (1939-1945). A organização possuía um caráter reformista e contemplava partidos socialistas, trabalhistas, socialdemocratas e outros que também defendessem a tese do socialismo democrático. A proposta remontava às

---

<sup>34</sup>ROLLEMBERG, 1999, op. cit., p.57.

discussões travadas por socialistas e marxistas no final do XIX, cujos desdobramentos resultaram na criação da II Internacional, que já na época, optou pelo reformismo ao invés da revolução. De início, a IS permitia a entrada de somente partidos políticos europeus, mas com o passar dos anos, sobretudo a partir da década de 1970, o órgão começou um processo de expansão para outros continentes como forma de se popularizar. Foi neste contexto que Leonel Brizola encontrou-se com Mário Soares e outros líderes da organização<sup>35</sup>.

Nomes como Clóvis Brigagão, o professor Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e outras lideranças próximas à Brizola já demonstravam simpatia por este modelo, e tentavam enveredar o líder gaúcho por este caminho. Brizola acompanhou de perto o funcionamento da socialdemocracia, sendo influenciado também por outros militantes brasileiros exilados.

Em entrevista para Moniz Bandeira, Brizola afirmou que a ida para Portugal trouxe mudanças importantes na forma de pensar a política<sup>36</sup>. A escolha pela Europa, à primeira vista, tinha como fundamento obter respaldo de partidos políticos europeus para a reconstrução do PTB, mas não demorou até se estabelecer um importante intercâmbio de ideias, tendo no horizonte a aproximação entre o trabalhismo e a socialdemocracia europeia.

Brizola sentiu-se atraído rapidamente pelas ideias compartilhadas por Mário Soares<sup>37</sup>, que, por outro lado, estava convencido de que o futuro PTB deveria ocupar a cadeira brasileira da Internacional Socialista, conforme relembra Trajano Ribeiro<sup>38</sup>. Essa articulação aproximou-o também da militância da luta armada que residia em Lisboa. Com estes, Brizola estabeleceu um importante

---

<sup>35</sup> Sobre a história da Internacional Socialista ver ANDERSON, P. ; CAMILLER, P. (Org). *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996; sobre a vinculação da Internacional com o PDT ver SENTO-SÉ, 1999, op. cit. No continente americano, além do PDT, fazem parte da IS, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), O partido Liberal Colombiano, O Partido Revolucionário Institucional (PRI), do México, o Partido Socialista, do Chile, a União Cívica Radical (UCR), da Argentina, a Frente de Unidade Nacional, da Bolívia, e outros.

<sup>36</sup> MONIZ BANDEIRA, 1979, op. cit. p.178.

<sup>37</sup> Líder do Partido Socialista Português, Mário Soares foi primeiro-ministro e presidente de Portugal por duas vezes, sendo uma das figuras mais destacadas na transição da ditadura salazarista para a democracia portuguesa, finalmente consolidada em abril de 1974.

<sup>38</sup> RIBEIRO, T; BRIGAGÃO, C., 2015, op. cit. p.52.

canal de diálogo que ficou conhecido como cabildos abertos<sup>39</sup>. Nesses encontros, o político apresentou o projeto do novo PTB, desconstruiu preconceitos com relação ao trabalhismo e se mostrou disposto à incorporação de novas ideias.

Conforme revelam Ribeiro e Brigagão, praticamente toda a esquerda brasileira residente em Portugal e em outros países da região participou dessas reuniões. Da luta armada, distinguiam-se dois grupos principais: ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a exemplo de Carlos Minc, Alfredo Sirkis, Mauricio Paiva, Mário Osawa e Almir Dutton, e da ALN, Moema Santiago, Carlos Fayal e Cícero Vianna. Havia entre eles, como conta Brigagão, um grande respeito por Brizola, sobretudo por conta da cadeia da legalidade, reforçado por um interesse mútuo em atualizar o trabalhismo aos novos tempos. “O que fez com que o pessoal da luta armada aceitasse e passasse a gostar do discurso de Brizola foi o fato de todo mundo, naquela altura, estar revendo suas concepções”<sup>40</sup>. Em resumo, a revolução havia ficado para trás, e o trabalhismo parecia, naquele contexto de redemocratização brasileira, a melhor opção política para implantar o socialismo.

Os cabildos abertos foram fundamentais para afinar estes dois projetos, como revelam Trajano Ribeiro e Clóvis Brigagão:

As discussões iam se afunilando sobre os temas mais atuais: como seria a anistia, a volta ao Brasil, que condições, que perspectivas (e duras) realidades iriam todos enfrentar? O PTB de Brizola seria o caudal renovado, socialista, democrático com as idiosincrasias, nuances e os matizes brasileiros? Naquele laboratório de histórias e reconsiderações, de ambos os lados, as ideias manifestavam-se com muito mais força e pareciam empolgar muito mais que a realidade com a qual todos ali iriam, logo mais, se defrontar no Brasil<sup>41</sup>.

No Brasil, a rearticulação política em torno do novo trabalhismo deu origem à Comissão Provisória Reorganizadora do PTB, localizada no Rio de Janeiro, sob o comando dos trabalhistas históricos Dutel de Andrade, Eduardo

---

<sup>39</sup> Os Cabildos abertos remontam à independência do Uruguai - onde Brizola esteve antes de chegar à Portugal -, e aludem aos encontros onde se debatiam com todos cidadãos uruguaios os assuntos de interesses da população em geral.

<sup>40</sup> RIBEIRO, T; BRIGAGÃO, C., 2015, op. cit. p.61.

<sup>41</sup> Ibidem p.66.

Chuahy, Trajano Ribeiro, além de Moniz Bandeira e Darcy Ribeiro, que a esta altura já estavam de volta ao país<sup>42</sup>. Além da região fluminense, o Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasília criaram núcleos e organizaram encontros trabalhistas nos primeiros meses de 1979<sup>43</sup>. Ao que tudo indica, conforme apurado por Trajano Sento-Sé, não havia coesão entre eles<sup>44</sup>. Em um desses encontros, organizado por Mateus Schmidt na cidade gaúcha de Esteio, houve quem cogitasse um ingresso no MDB, indo na contramão do que previa Brizola. Já em São Paulo, Ivete Vargas disputava o controle da futura sigla com brizolistas. Ivete, inclusive, foi uma das grandes protagonistas da história do novo trabalhismo, como será discutido no capítulo três.

Se no Brasil a recriação do PTB parecia algo ainda incipiente e desorganizada nos primeiros meses de 1979, em Portugal, passados quase dois anos desde o início das discussões, o trabalhismo já era uma realidade. A própria presença de Brizola no país era por si só um fator de aglutinação entre as diferentes tendências envolvidas nesse processo. Em razão disso, a Comissão Provisória de Reorganização protocolou oficialmente no TSE uma solicitação de criação do PTB, no mês de abril de 1979. A medida não só fracassou como levou a um cisma definitivo com o núcleo trabalhista de São Paulo<sup>45</sup>. Dois meses depois, em Lisboa, ocorreu o Encontro dos Trabalhistas do Brasil com os Trabalhistas no Exílio, também conhecido como o Encontro de Lisboa. O evento é considerado o marco simbólico de fundação do novo trabalhismo.

Durante três dias, entre 15 e 17 de junho de 1979, cerca de 150 pessoas se reuniram na sede do Partido Socialista Português para debater os rumos do trabalhismo no Brasil. De acordo com José Gomes Talarico, estiveram presentes deputados, senadores, exilados políticos brasileiros que viviam nos Estados Unidos e em países europeus, além de simpatizantes e observadores de partidos membros da Internacional Socialista<sup>46</sup>. A síntese dessas discussões culminou na elaboração de uma plataforma política trabalhista oficial, que serviria como base para o novo PTB.

---

<sup>42</sup> *ibidem*, p.71.

<sup>43</sup> Sobre os encontros trabalhistas estaduais em 1979 ver RIBEIRO, T; BRIGAGÃO, C., 2015, op. cit. p.80-83.

<sup>44</sup> SENTO-SÉ, 1999, op. cit., p.74-75.

<sup>45</sup> Sobre o racha entre o PTB de Brizola e o de Ivete Vargas, ver capítulo 3.

<sup>46</sup> SENTO-SÉ, 1999, op. cit., p.80.

O Encontro de Lisboa foi um dos últimos atos políticos de Leonel Brizola como exilado. Em agosto daquele ano, o então presidente João Batista Figueiredo promulgaria a Lei de Anistia, permitindo a volta de todos os inimigos da ditadura. A medida, fruto de um rearranjo político do regime militar e de pressões internas e externas, perpassou também a reorganização da esquerda brasileira, incluindo os exilados, já naquele momento, reinseridos definitivamente aos acontecimentos políticos nacionais. Esta configuração marcou uma terceira fase do exílio, de acordo com Rollemberg, quando se observa a retomada das atividades políticas tendo em vista o retorno ao Brasil<sup>47</sup>. Uma organização que reflete bem essa nova realidade é o Comitê Brasileiro Pró-Anistia, que tinha sede em vários estados do Brasil e também em Paris, por concentrar grande quantidade de exilados. De acordo com Américo Freire, o órgão foi “o principal pólo de aglutinação e articulação política dos exilados brasileiros em terras lusas, até o retorno para o Brasil em 1979”,<sup>48</sup>.

Consumada a volta, Brizola não poupou esforços para difundir seu projeto político-partidário pelos quatro cantos do país. No entanto, a verdade é que o fato do novo trabalhismo ter se reorganizado no exílio não foi de todo mal. Num exercício contra factual, é difícil imaginar que essas atividades políticas que ocorreram na sede do PS português seriam permitidas pela ditadura militar. Talvez Brizola ingressasse no MDB, talvez estivesse preso. Em 1964, o então governador do Rio Grande do Sul era, provavelmente, o inimigo número um do regime. Outro fato importante é que o cenário que se desenhou no exílio, sobretudo após o golpe no Chile, possibilitou também uma aproximação improvável de jovens militantes egressos da luta armada com a bandeira do trabalhismo. O asilo em Lisboa abriu um canal de discussões, revisões e afinamentos de ideias. Para Américo Freire:

De uma maneira geral, é possível afirmar que a estratégia de Brizola terminou por surtir efeito, pelo menos junto aos exilados brasileiros em Lisboa. Prova disso foi o envolvimento de vários membros da colônia — fossem eles do grupo dos intelectuais, fossem eles da

---

<sup>47</sup> ROLLEMBERG, 1999, op. cit. p.58-59.

<sup>48</sup> FREIRE, 2010, op. cit. p.37-57

“geração 68” — na preparação e depois na realização, em junho de 1979, do Encontro de Lisboa<sup>49</sup>.

Sob a liderança de Brizola, o trabalhismo tornou-se mais socialista, e ao menos alguns socialistas - e também os comunistas -, mais trabalhistas. A filiação do novo trabalhismo à Internacional Socialista se insere nesse contexto, evidentemente. Embora Brizola já manifestasse um perfil mais à esquerda do que Vargas e Jango, é a partir da experiência em Lisboa que essa postura ganha um conteúdo mais sólido<sup>50</sup>.

No entanto, para que o novo trabalhismo incorporasse o novo perfil, foi necessária uma tarefa de re-invenção dessa tradição. Isto é, de releitura das contribuições de Vargas e do velho PTB à luz dos novos tempos, como defendia próprio Brizola<sup>51</sup>.

## 2.2 Reinventando Vargas

O Encontro de Lisboa marca uma opção saudosista pela continuidade histórica do legado deixado por Getúlio Vargas. Retomar o fio da história que os militares tentaram cortar.

Oficialmente, o PDT remete à origem do trabalhismo aos primeiros meses após a Revolução de 1930, quando foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A iniciativa inaugurou uma nova fase na história do Brasil. A partir daquele momento, as questões sociais, antes tratadas como caso de polícia, seriam caso de política<sup>52</sup>. O que, de fato, ocorreu. Ao longo dos quinze anos como presidente, entre 1930 e 1945, Vargas introduziu uma plataforma sem

---

<sup>49</sup> Ibidem.

<sup>50</sup> Por se tratarem de conceitos fluidos, de fronteiras frágeis e que se encontram em vários momentos, não tentarei definir precisamente a noção de esquerda e de trabalhismo.

<sup>51</sup> MONIZ BANDEIRA, 1999, op. cit.

<sup>52</sup> Para Ângela de Castro Gomes, “é fundamental observar que a questão social surgiu então como a grande marca distintiva e legitimadora dos acontecimentos políticos pós-30 [...] O reconhecimento da questão social no pós-30 tivera caráter revolucionário justamente porque, sem se desconhecer sua profunda dimensão econômica, ela fora tratada como uma questão política, ou seja, como um problema que exigia e que só se resolveria pela intervenção do estado.” GOMES, Ângela de Castro, 2005, op. cit. p. 197.



precedentes no país voltada à garantia de direitos políticos e sociais<sup>53</sup>, além de mecanismos de regulação e expansão da participação política dos trabalhadores, sobretudo no âmbito sindical.

Outra versão, defendida especialmente por Ângela de Castro Gomes, sugere o Estado Novo como a raiz de um esforço de sistematização e popularização do legado de Getúlio Vargas, cujo produto final foi o trabalhismo. No entanto, divergindo da literatura clássica sobre o tema, Gomes defende que esta foi uma tarefa de mão dupla. Da parte do governo, sobretudo por meio do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda)<sup>54</sup>, mas também dos próprios trabalhadores. A autora foi uma das primeiras a refletir sobre o protagonismo desses atores no apoio à Vargas<sup>55</sup>, cujo caso mais emblemático é o *queremismo*<sup>56</sup>. Em sua opinião, há um reconhecimento consciente de ambas as partes no processo de construção do capital político do getulismo e, portanto, do trabalhismo.

Vargas entendeu a necessidade de incorporação da classe trabalhadora ao quadro de direitos e participação, e soube explorar isso politicamente a seu favor. Por outro lado, há que se destacar a ratificação da classe trabalhadora à agenda de governo implementada por ele, visto os benefícios inéditos conquistados durante o período. Por isso, Ângela de Castro Gomes fala em um pacto entre ambos.

Quatro anos depois do fim do Estado Novo, Vargas retornou ao poder, por meio do voto popular, mas sua gestão ficaria marcada justamente pelo final antecipado. Este é o segundo momento chave para a consolidação do projeto trabalhista no Brasil, pois corresponde ao processo de mitificação da figura de

---

<sup>53</sup>Dentre as leis trabalhistas aprovadas neste período destacam-se a limitação da jornada de trabalho em 8 horas diárias, férias remuneradas, a regulamentação do trabalho feminino e infantil, o estabelecimento do salário mínimo, a criação da carteira de trabalho, a Justiça do Trabalho, dentre outras medidas que foram reunidas na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), de 1943. Sobre o tema ver PANDOLFI, D. Os anos 1930: As incertezas do regime. In FERREIRA, J; DELGADO, L. de A. N. *O Brasil Republicano: tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

<sup>54</sup>Criado em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi responsável por coordenar a propaganda e a publicidade do governo, bem como a censura das principais produções desenvolvidas pela oposição. O órgão ficou incumbido ainda de organizar as cerimônias e celebrações públicas de interesse do presidente, a exemplo do Dia do Trabalhador. Sobre a DIP ver GOMES, 2005, op. cit. A criação do tempo festivo. In A invenção do Trabalhismo.

<sup>55</sup>GOMES, 2005, op. cit.

<sup>56</sup>Para Jorge Ferreira, “o *queremismo*, antes de ser apressadamente interpretado como a vitória de um suposto condicionamento homogeneizador da mídia do Estado Novo, expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o primeiro governo de Vargas.”. FERREIRA, J. *O imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.26.

Getúlio Vargas, estruturado em dois atos que se complementam: o suicídio e a escrita e divulgação da Carta-Testamento, que é o documento mais reivindicado pelo grupo brizolista nos anos 1980. A morte, da forma como ocorreu, não só impediu um golpe de Estado que já estava em curso, como serviu para solidificar o legado getulista em um momento em que o presidente vivia seu momento mais adverso<sup>57</sup>.

Não é por acaso que os brizolistas iriam eleger justamente a Carta-Testamento como base para resgatar a figura de Vargas em 1979. Trata-se da escolha de um tipo de narrativa que privilegia o mito do líder popular em detrimento das diversas características controversas que marcaram a trajetória do ex-presidente. Rogê Ferreira, por exemplo, chega a relativizar o autoritarismo do ex-presidente. Em sua opinião, “quem impôs o Estado Novo foram as forças armadas. O erro dele foi ser dócil. A ameaça era esta: ou você aceita a chefia civil deste golpe, ou nós damos fim ao seu governo.”<sup>58</sup>

A mobilização da Carta-Testamento é uma tentativa de reinvenção de uma tradição, no sentido imprimido pelos historiadores ingleses Eric Hobsbawm e Terence Ranger:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam incutir certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. [...] O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas) tais como a repetição<sup>59</sup>.

O novo trabalhismo produziu uma reinvenção do passado de modo a privilegiar um perfil específico de Vargas. Nesse sentido, o ato é também, em sua

---

<sup>57</sup> Para Ângela de Castro Gomes, “funerais, como rituais cívicos, são momentos em que os mortos ilustres são identificados como figuras que se situam em plano distinto e, muitas vezes, com características sagradas. [...] Os mortos ilustres são encarados como figuras cuja ausência é uma inequívoca perda para a nação e para o povo pelo que eles significaram em suas vidas. Nesse momento, em que a morte conduz à imortalidade, realiza-se uma operação memorial extremamente sofisticada, que deve ser reforçada e consolidada com o passar do tempo.” GOMES, Â. M. C. Brizola e o trabalhismo. In FREIRE, A.; FERREIRA, J. op. cit., p.300-301

<sup>58</sup> Espaço Democrático, n.22, 20/26 de julho de 1984, p.11

<sup>59</sup> HOBBSAWM, E. RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 9.

raiz, um *trabalho de enquadramento da memória*, tal como concebido por Michael Pollak. O autor defende que a memória é uma forma de apropriação do passado de modo a satisfazer os interesses da coletividade que a mobiliza. Neste caso, dar continuidade à tradição de lutas populares representada, segundo os brizolistas, pela figura de Getúlio Vargas. Daí a escolha de Brizola por voltar ao Brasil justamente pela cidade de São Borja, berço político de Vargas e local onde ele estava enterrado. O primeiro discurso no país após a anistia realizou-se ao pé do túmulo do ex-governante, expressando um desejo de dar prosseguimento ao seu legado. Sobre a ocasião, justificou Brizola: "Aqui viemos para reverenciar a memória de Vargas, deste homem cuja atuação pública representa o que de mais importante ocorreu na vida brasileira neste século XX"<sup>60</sup>. O discurso contém uma série de elogios ao ex-presidente e oferece um exemplo valioso quanto ao peso simbólico conferido à Carta-Testamento:

O pensamento conclusivo de Vargas está nos pronunciamentos e atitudes dos últimos meses de sua vida e na Carta-Testamento. Esta foi uma denúncia e ao mesmo tempo uma antevisão destes quinze anos de autoritarismo e exploração das classes populares. E o que deu a esse documento foi o impacto da morte do presidente Vargas e seu sacrifício. Sua mensagem chegou ao fundo das consciências. Foi entendida até pelos que não sabiam ler e escrever. Popularizou-se uma denuncia que até aquela data era aflorada apenas por algumas áreas políticas e intelectuais. O conluio de grupos nacionais minoritários, elitistas e orgulhosos com poderosos grupos internacionais para impor ao Brasil um modelo econômico que só com a ditadura poderia ser realizado<sup>61</sup>.

Pollak é enfático quanto ao caráter parcial da memória. Defende que esta é construção coletiva e social, assim como já havia percebido Halbwachs, e que, portanto, reflete um ponto de vista específico. Quanto isso, basta analisar o discurso antigetulista, outra narrativa sobre o mesmo personagem. Logo, como estamos tratando de uma construção advinda dos próprios trabalhadores, justifica-se a opção pela Carta-Testamento.

<sup>60</sup> Discurso de Leonel Brizola na cidade de São Borja, 7 de setembro de 1979 apud SENTO-SÉ, 1999, op. cit. anexo 1.

<sup>61</sup> Ibid.

A memória é um elemento que forja identidades coletivas. É comunicação, transmissão e também permanências ou esquecimentos. Para Pollak, são dois os elementos constitutivos da memória:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertence.<sup>62</sup>

Com isso, o autor demonstra que a memória depende, por fim, de quem a transmite. O primeiro caso se aproxima mais do suicídio - uma memória traumática de quem viveu o dia 24 de agosto de 1954 - e o segundo, da Carta-testamento. Neste documento, Vargas oferece um legado para as gerações seguintes. Por isso, por mais que seja um tema amplamente explorado pela literatura, não é possível deixar de analisá-lo, ainda que rapidamente<sup>63</sup>.

Na carta, Vargas justifica o suicídio como um ato de resistência. A morte como forma de resguardar o projeto de libertação popular defendido por ele desde consumada a Revolução de 1930. Por isso, ele elenca alguns de seus inimigos, dentre os quais os setores financeiros internacionais e os grupos nacionais conservadores, cujo objetivo seria frear as conquistas sociais promovidas por ele: a Petrobrás, a Eletrobrás, a legislação trabalhista, dentre outras<sup>64</sup>. Vargas se coloca ao lado do povo como um protetor, reforçando a ideia de "pai dos pobres".

Nos dois parágrafos finais é quando se desenrola a parte mais dramática da carta. Não tendo mais como se esquivar dos ataques proferidos, Vargas oferece a

<sup>62</sup>Ibid.

<sup>63</sup> Há várias polêmicas em torno da carta testamento de Getúlio Vargas. Há pelo menos 3 cartas testamento disponíveis para consulta: a primeira foi escrita por Vargas, possivelmente, em 1932, em meio à Revolução Constitucionalista daquele ano. A outra é a que foi divulgada logo após a morte do presidente, em 1954, escrita por Maciel Filho. Esta é a versão mais conhecida e que foi tornada oficial. Ela contrasta em algumas partes com a segunda versão da carta, esta sim atribuída à Vargas, que a teria escrito a próprio punho antes de se matar, e que esteve sob guarda da família durante décadas.

<sup>64</sup> "A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre".

Trecho da Carta-Testamento de Getúlio Vargas disponível em Cadernos de textos da Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini.

própria a vida como forma de preservar as conquistas de seu governo. O sacrifício - termo usado pelo ex-presidente - marca um compromisso com a eternidade, uma redenção irreversível ao povo, que não mais estaria sujeito à exploração, mas também ao próprio Vargas, que, com isso, buscava salvar sua biografia.

O getulismo ressignificado deu força ao PTB e evitou um golpe de estado iminente. Esta é, em linhas gerais, a leitura dominante partilhada pelos pedetistas sobre o tema. A ideia de reinvenção de Vargas aparece de forma bastante evidente na fala de Darcy Ribeiro, para quem:

Getúlio foi o maior dos estadistas brasileiros. Foi também o mais amado pelo povo e o mais detestado pelas elites. Tinha de ser assim. Getúlio obrigou nosso empresariado urbano de descendentes de senhores de escravos a reconhecer os direitos dos trabalhadores. Os políticos tradicionais, coniventes, senão autores da velha ordem, banidos por ele do cenário político, nunca o perdoaram<sup>65</sup>.

E complementa o argumento:

Getúlio enfrentou os poderosos testas-de-ferro das empresas estrangeiras, que se opunham à criação da Petrobras e da Eletrobrás, e os venceu pelo suicídio, deixando uma carta-testamento, que é o mais alto e mais nobre documento político da história do Brasil<sup>66</sup>.

Tal como no discurso de Brizola em São Borja, a Carta-Testamento tem um sentido de denúncia sob o olhar de Ribeiro. Para ele, o documento foi escrito como forma de combater à exploração e a espoliação econômica realizada pelos setores dominantes. Por essa vertente, o suicídio é lido como ferramenta de defesa do povo e da nação brasileira, sendo a carta comprovação material disso.

Já no manifesto de fundação do PDT, de 1980, a Carta-Testamento é tratada como um programa político para o Brasil do futuro. O documento advoga que:

---

<sup>65</sup> RIBEIRO, B. Carta-Testamento de Getúlio Vargas: 63 anos de um marco nacional. PDT, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2017. Disponível em <https://www.pdt.org.br/index.php/carta-testamento-de-getulio-vargas-63-anos-de-um-marco-nacional/>, acesso em 27 de novembro de 2019.

<sup>66</sup> Ibid.

O conteúdo da Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas expressa, com autenticidade e realismo, esse sentido popular e nacional de nosso processo histórico, assim como define rumos para o futuro e identifica as barreiras que se vêm opondo aos interesses fundamentais da Nação<sup>67</sup>.

Dois exemplos interessantes de naturezas distintas comprovam a força simbólica do suicídio e da Carta-Testamento. O primeiro, de Francisco Julião, ex-líder das Ligas Camponesas, e outro de um morador de uma comunidade da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Julião conta que em agosto de 1954 “estava indo para defender o camponês e comecei a escutar a transmissão da Carta-Testamento. Aquilo me impressionou vivamente. Desde então, comecei a reflexionar sobre o papel de Vargas como estadista”<sup>68</sup>. A carta foi determinante para que ele revisse suas percepções sobre a trajetória de Vargas.

O segundo exemplo ilustra bem o processo de mitificação - e neste caso, de quase sacralização - de Vargas a partir de um depoimento precioso colhido por João Trajano Sento-Sé com o então pedetista Aurélio Fernandes. Este revela que:

Um companheiro de partido, militante numa campanha determinada, me chamou para fazer uma panfletagem lá na favela dele, na Zona Oeste. Ai, eu entrei na casa e vi uma coisa estranha. De longe, parecia um preto velho tomando chimarrão. Aí, quando eu me aproximei, eu vi que era o Getúlio, só que tinha um monte de balangandãs em cima dele, típico de um orixá. [...] E o Getúlio estava lá, de orixá<sup>69</sup>.

A tarefa de reinvenção de Vargas, no entanto, perpassa ainda um último aspecto, muito semelhante ao enfrentado pelo novo trabalhismo no processo de reinserção na nova ordem democrática. Reinventar, aqui, tem um sentido de manter atual, presente. Fazer de Getúlio Vargas um personagem relevante nos debates em curso no final da década de 1970, cerca de 20 anos desde a sua morte.

Por isso, os trabalhistas foram na contramão de outros partidos políticos da década de 1980 ao resgatar o passado getulista. Veremos no terceiro capítulo que essa escolha gerou enormes controvérsias e dificuldades para a consolidação do

---

<sup>67</sup> PDT. Cartas, programa, estatuto, artigos e textos. Rio de Janeiro, 2006.

<sup>68</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, nº21, 13/19 de julho de 1984, p.11

<sup>69</sup> SENTO-SÉ, 1999, op. cit. p.176.

PDT, tendo em vistas as diferentes leituras existentes sobre Vargas. Apesar ou, talvez, por conta disso, o novo trabalhismo não se resumiu a esses termos, reinventando-se ele próprio para se adequar ao novo cenário.

### 2.3.

#### Um novo Brizola, um novo trabalhismo

O radicalismo político foi o principal motivo que levou Leonel Brizola a ser considerado um dos grandes inimigos da ditadura militar. O político foi o líder da Campanha da Legalidade, um dos que mais pressionaram João Goulart a acelerar a tramitação das Reformas de Base e, muito provavelmente, avoz mais inflamada do trabalhismo antes e depois do golpe de 1964<sup>70</sup>. Brizola incomodava as forças golpistas e posteriormente o regime militar, que por isso mesmo valeu-se de todas as medidas possíveis para isolá-lo do cenário político nacional.

O exílio iniciou-se um mês após a queda de João Goulart, no Uruguai. De lá, Brizola tentou, sem sucesso, resistir ao golpe. Ao invés da Frente Ampla, caminho de oposição escolhido por Jango, JK e Carlos Lacerda, optou pela luta armada<sup>71</sup>. Com o fracasso da guerrilha do Caparaó, no entanto, passaram-se quase 10 anos de pouca atividade política até a expulsão inesperada do país. Em 1974, o Uruguai acabara de passar por um golpe similar ao ocorrido no Brasil, e não via com bons olhos a presença do líder trabalhista<sup>72</sup>. O novo local de refúgio, após uma rápida passagem pelos Estados Unidos, foi a capital portuguesa, onde Brizola retomou definitivamente as ações para reconstruir o PTB.

O exílio fez com que a postura radical de outrora fosse deixada para trás. Em entrevista concedida à Moniz Bandeira, Brizola defendeu sua atuação no pré-64, e chega até mesmo resignificar o termo radical: "ser radical, em política, é

<sup>70</sup> A postura radical de Brizola foi alvo de outros militantes trabalhistas na época, em especial SanTiago Dantas, com quem Brizola manteve relações bastantes tensas até 1964. Para uma análise das disputas internas entre Leonel Brizola e San Tiago Dantas ver ONOFRE, G.F. *As duas faces de Jano: as esquerdas trabalhistas de San Tiago Dantas e Brizola*. In FREIRE, A.; FERREIRA, J, 2016, op. cit.

<sup>71</sup> A Frente Ampla foi um grupo de oposição ao regime militar liderado pelo udenista Carlos Lacerda e os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. Criado em 1966, o grupo tinha como objetivo criar um partido político popular para resistir ao golpe, mas fracassou. As atividades foram encerradas em dezembro de 1968, após divulgação do AI-5. O interessante é que a pauta reuniu políticos que dificilmente estariam juntos em outro contexto, como o arqui-inimigo de Vargas, Carlos Lacerda e o herdeiro de Vargas, João Goulart.

<sup>72</sup> Sobre o processo de expulsão de Brizola do Uruguai ver RIBEIRO, T; BRIGAGÃO, C., 2015, op. cit. p. 21-25.

querer chegar à raiz dos problemas. E há muitas questões em que não se pode deixar de ser radical”<sup>73</sup>. Mas acrescentou: “Todos nós somos novos todos os dias, porque amadurecemos, evoluímos. Ninguém permanece estático, parado. Neste sentido, há um novo Brizola”<sup>74</sup>. A mensagem simboliza uma reorientação política, fruto das longas discussões travadas em Portugal.

Em Lisboa, Brizola encontrou-se com militantes da luta armada em estágios semelhantes de revisionismo programático. Com um partido socialista que apresentava uma perspectiva reformista de transformação social e, por fim, com a Internacional Socialista, que foi determinante para coroar o novo perfil manifestado por ele. O novo Brizola apresentava-se como herdeiro de Getúlio Vargas, mas enxergava o trabalhismo mais à esquerda do que o ex-presidente.

Sob sua liderança, o trabalhismo passou igualmente por um duplo processo de re-invenção: o primeiro de reinterpretação do seu papel histórico e o segundo, ideológico. Um exemplo valioso do primeiro caso é a crença de que o golpe de 1964 tinha como grande alvo o PTB. De acordo com Leonel Brizola:

O fato é que o autoritarismo que se implantou no país em 1964 foi desfechado contra todos nós, trabalhistas, na medida em que representávamos os interesses dos assalariados, defendíamos as riquezas do país e o desenvolvimento independente de nossa economia<sup>75</sup>.

Além disso, o líder trabalhista defendeu que o golpe teve como fundamento o desejo de, em suas palavras, “aprisionar os trabalhadores” que haviam sido libertados pelos governos de Getúlio Vargas e de João Goulart. Já Doutel de Andrade lembrou que o PTB foi o partido que obteve o maior crescimento entre 1945 e 1964 e por isso lamenta que a queda de Jango tenha interrompido o programa de transformações desenvolvido pelo partido.

Passaríamos, então, a executar o programa de “Reformas de Base” que na ocasião defendíamos. Era uma revolução no Brasil por métodos políticos e democráticos. Iríamos passar o Brasil à limpo e construir

---

<sup>73</sup> MONIZ BANDEIRA, 1979, op. cit. p.178.

<sup>74</sup> Ibidem, p.179.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 182.



uma nova pátria, mais aberta e mais justa. Por isso o golpe de 64 se abateu especialmente sobre o trabalhismo<sup>76</sup>.

Numa perspectiva semelhante, Theotônio dos Santos sugere que o trabalhismo representou uma ameaça efetiva às estruturas político-econômicas do país<sup>77</sup>. Nesse sentido, o golpe é encarado como uma reação conservadora. A análise é corroborada por Darcy Ribeiro, para quem o trabalhismo “era uma ameaça real e concreta aos latifúndios e às multinacionais e foi por isso que Washington curtiu uma conspiração apoiada pelos banqueiros e latifundiários brasileiros”. O argumento tem como pano de fundo uma leitura dicotômica da história que opõe, de um lado, as classes dominantes que tomaram o poder em abril de 1964, e de outro, as camadas mais pobres, ligadas ao PTB. Conforme elencado na Carta de Lisboa:

Apesar de termos tido numerosas deficiências, não por ela que caímos. Fomos derrubados, isto sim, em virtude das bandeiras que levantamos. A velha classe dominante brasileira e os agentes internos do imperialismo, não nos podendo vencer pelo voto nos excluíram pelo golpe<sup>78</sup>.

A narrativa expressa um desejo de construção de um legado político trabalhista. Por isso, há uma proximidade inequívoca entre essa construção e a da Carta-Testamento. Vargas se redimiou com a divulgação da carta. E os trabalhistas buscavam o mesmo ao se colocarem como um contraponto ao regime militar e à exploração econômica do povo. Visto desta maneira, o golpe legitima um programa político específico encapado pelo PTB. Não fosse assim, Jango não seria derrubado do poder em 64.

Brizola afirmou que o trabalhismo foi atacado por defender os trabalhadores e as riquezas nacionais. Doutel de Andrade ressalta que estas propostas visavam a construção de um país mais justo e igualitário. E, logo, para Darcy Ribeiro e Theotônio dos Santos, esta postura ameaçava as estruturas dominantes. A perseguição política sofrida ressignificou a queda, ela reforça a

<sup>76</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, n. 15, 26/31 de junho de 1984, p. 11.

<sup>77</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, n. 1, 3/9 de fevereiro de 1984, p. 2.

<sup>78</sup> PDT. *Cartas, programa, estatuto, artigos e textos*. Rio de Janeiro, 2006.

tese de que o trabalhismo foi derrubado por se colocar ao lado do povo e da nação contra os poderosos. Como Vargas em 1954.

Há outro detalhe importante por de trás da escolha de recontar a história do golpe sob essa ótica. Na época em que esses depoimentos foram colhidos, o Brasil atravessava o auge da efervescente reabertura democrática, que contou com a participação massiva da sociedade civil e de movimentos sociais. E, portanto, se o trabalhismo era, de fato, o principal obstáculo ao regime militar, como defendia Darcy Ribeiro, apresentava-se também como a melhor resposta contra esta estrutura de poder. Mais do que estar em consonância com os movimentos de oposição à ditadura, os trabalhistas queriam ser a vanguarda da abertura política. Esta postura fica evidente no manifesto de fundação do PDT, que afirma que:

O Trabalhismo que representamos é o que foi firme na resistência aos quinze anos de autoritarismo. É o Trabalhismo que sofreu sucessivas ondas de proscições, aquele que mais contribuiu para a formação da frente de oposição ao regime autoritário<sup>79</sup>.

Por esta razão, reinventar tem um sentido também de reforçar a atualidade do trabalhismo no quadro que se apresentava a exemplo do que fizeram com Vargas<sup>80</sup>. Os trabalhistas lutavam contra o ostracismo almejado pelo golpe. Sobre este evento, Doutel de Andrade defendeu que:

Foi uma diáspora muito severa, mas a ideia trabalhista continuou viva, persistente. Isto porque havia fincado raízes profundas na alma do povo do Brasil. Afinal éramos uma realidade que os castigos, as penas, os atos institucionais, as perseguições e os assassinatos não conseguiram sepultar<sup>81</sup>.

Andrade associa o trabalhismo a uma espécie de memória viva do povo brasileiro. De forma semelhante, Leonel Brizola trata-o como uma realidade

---

<sup>79</sup> PDT, 2006, op. cit.

<sup>80</sup> Sobre a realidade política da década de 1980, ver capítulo 3.

<sup>81</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, n. 15, 26/31 de junho de 1984, p.11

atemporal<sup>82</sup>. Para ele, o trabalhismo persiste porque está incrustado na raiz da identidade popular brasileira. Na opinião do líder pedetista:

Os anos de autoritarismo não puderam apagá-lo da memória nacional como o maior partido popular existente antes de 1964. O PTB compartilhou vitórias e derrotas, alegrias e tristezas com as massas trabalhadoras e sua lembrança continuam viva, passando para as novas gerações, através da transmissão oral daqueles que participaram das lutas do passado. O trabalhismo compõe assim um traço da personalidade nacional do povo brasileiro, contra a qual se dirige esse esforço de alienação política e cultural<sup>83</sup>.

A atemporalidade mencionada se aproxima, na visão dos novos trabalhistas, à idealização de um passado vitorioso. De acordo com Darcy Ribeiro, “o Partido Trabalhista foi o primeiro partido brasileiro realmente identificado com o povo”. Sob a mesma ótica, Leonel Brizola defendeu que:

o trabalhismo expressa, fundamentalmente, as aspirações de todos que dependem do trabalho para viver, isto é, dos trabalhadores das cidades e dos campos, dos assalariados em geral, bem como dos agricultores e dos que vivem da prestação de serviço, sem distinção da natureza de suas tarefas<sup>84</sup>.

Por outro lado, a reinvenção do trabalhismo também se estendeu ao âmbito ideológico e programático, de modo a incorporar ideias e valores adquiridos a partir da experiência do exílio. Reinventar, aqui, tem um sentido de se renovar, atualizar-se aos novos tempossem com isso abandonar as raízes. Isto fica muito claro em uma das falas de Leonel Brizola, para quem “O novo PTB retira sua orientação das experiências e dos ensinamentos do Presidente Getúlio Vargas e eu procuro interpretá-las à luz da realidade atual.”<sup>85</sup>

O giro ideológico do novo trabalhismo será analisado a partir de quatro documentos complementares: a Carta de Lisboa, a Carta de Mendes, o

<sup>82</sup> RIBEIRO, T; BRIGAGÃO, C., 2015, op. cit. p. 53.

<sup>83</sup> MONIZ BANDEIRA, 1979, op. cit. p.188.

<sup>84</sup> Ibidem, p.193.

<sup>85</sup> Ibidem, p.194.

programa e o manifesto de fundação do PDT. Com exceção da Carta de Mendes, não há grandes diferenças no conteúdo tratado em cada um deles, não havendo, portanto, a necessidade de analisá-los individualmente.

A Carta de Lisboa é resultado dos debates ocorridos no Encontro de Lisboa de 1979 e sua importância reside do fato de que ela é a primeira a reunir o projeto político do novo trabalhismo. Para João Trajano Sento-Sé, o documento configura-se como “um programa genérico de propostas políticas, sociais e econômicas, dirigido a um país em processo de redemocratização”<sup>86</sup>.

Ela foi escrita um ano antes da formação do PDT. De todo modo, é a base do programa e do manifesto de fundação deste partido, que também se amparam na Carta-Testamento de Getúlio Vargas e na Declaração dos Direitos Humanos da ONU, tal como expresso no manifesto. Já a Carta de Mendes, escrita em 1983, é resultado de um desejo de reforçar o caráter socialista do partido, após a avaliação de que, apesar de sua centralidade para o novo trabalhismo, esta era uma bandeira negligenciada pelos pedetistas até aquele ano.

Todos esses documentos expressam a complexa tentativa de fundir a tradição do getulismo com a da socialdemocracia europeia adquirida no exílio. E o PDT costurou um discurso de tal modo como se não houvesse incongruências entre ambas. Vargas é a raiz, a inspiração do novo trabalhismo, e o socialismo democrático, a atualização de seu legado aos novos tempos. Há um desejo inequívoco de conferir uma espécie de encadeamento histórico entre os dois. Um fio que une duas pontas aparentemente distintas, mas que se retroalimentam no imaginário pedetista.

Em um esforço de sistematização, é possível afirmar que o novo trabalhismo se organizou em torno de quatro bandeiras centrais: o trabalhismo, o nacionalismo, a democracia e o socialismo. A partir de cada uma delas, fica mais fácil destrinchar algumas outras colocações importantes levantadas pelo PDT.

O trabalhismo consiste na recuperação do legado de Getúlio Vargas e das Reformas de Base do ex-presidente João Goulart. A razão embrionária pela qual se fundou o PDT era recriar um partido nos moldes do velho PTB. Conforme expresso na Carta de Lisboa:

---

<sup>86</sup> SENTO-SÉ, 1999, op. cit. p.177.

O grande desafio com que nós, Trabalhistas, nos defrontamos hoje é o de nos situarmos no quadro político brasileiro para exercer o papel renovador que desempenhamos antes de 1964 e em razão do qual fomos proscritos<sup>87</sup>.

Portanto, o trabalhismo tem em sua trajetória a maior referência, como pode se observar na citação acima. O passado é o farol. A razão de ser do PDT. Disso entende-se a escolha por uma plataforma semelhante àquela que fez do PTB uma das forças políticas mais populares do país até 1964. Destacam-se a valorização do trabalho como “fonte originária de todos os bens e riquezas”<sup>88</sup>, “a elaboração de uma nova legislação do trabalho que recupere as conquistas subtraídas pela ditadura e que permita a ampliação constante dos direitos dos trabalhadores”<sup>89</sup>, bem como a criação de mecanismos atualizados de proteção aos trabalhadores. É notável também a preocupação em se afastar de algumas críticas que recaíram sobre o velho PTB, a exemplo do corporativismo sindical. Por isso, a Carta de Lisboa defende “a liberdade sindical e o direito de greve, como os instrumentos fundamentais de luta de todos os que dependem do salário para viver”.

Ainda sobre este documento, percebe-se uma preocupação em demarcar os inimigos a serem combatidos –semelhantes ao que Vargas apontou na Carta-Testamento - e uma filiação às causas populares, escolha que merece uma explicação mais detalhada.

Em seu manifesto de fundação, o PDT buscava se definir como um partido de massas. Esta noção pressupõe um alargamento da fronteira do popular. A massa é uma categoria imprecisa que abarcava desde as várias formas de trabalhadores assalariados até os setores marginalizados, entendidos, aqui, por um duplo sentido não excludente, o econômico e o social.

São marginalizados os despossuídos de renda e de terra, mas também os negros, os índios, as mulheres e as crianças vítimas da pobreza. O PDT apontou como um dos compromissos prioritários de seu programa a defesa dos direitos das minorias e o combate a qualquer tipo de discriminação racial, étnica e de gênero.

---

<sup>87</sup> Carta de Lisboa. In: PDT. *Cartas, programa, estatuto, artigos e textos*. Rio de Janeiro: 2006.

<sup>88</sup> Manifesto. In: PDT. *Cartas, programa, estatuto, artigos e textos*. Rio de Janeiro: 2006.

<sup>89</sup> Carta de Lisboa. In: PDT. *Cartas, programa, estatuto, artigos e textos*. Rio de Janeiro: 2006.

O partido foi o responsável por introduzir estes debates ao quadro político-partidário brasileiro e deve isso certamente às contribuições tiradas do exílio.

Não tanto uma novidade, o nacionalismo é outra bandeira bastante cara para os novos trabalhistas. Isto porque esta era uma das chaves dos governos de Getúlio Vargas, responsável por uma política de fomento à industrialização e à criação de empresas estatais, como a Eletrobrás e a Petrobrás<sup>90</sup>. Por isso, o nacional-estatismo também está presente no programa do PDT, como expresso a seguir:

O setor público se reservará a propriedade dos ramos estratégicos da produção (tais como a energia elétrica, a siderurgia suas matérias-primas, o petróleo e seus derivados, a indústria química e a farmacêutica, os recursos minerais escassos, materiais bélicos, as redes de comunicação, os sistema bancário e financeiro, os serviços urbanos básicos, o comércio exterior)<sup>91</sup>

No entanto, com o PDT, a retórica nacionalista ganhou contornos antiimperialistas. Conforme descrito pela Carta de Lisboa, uma das tarefas primordiais do novo trabalhismo consistia em “levantar a bandeira da luta pela regulamentação do capital estrangeiro, para pôr fim à apropriação das riquezas nacionais e ao domínio das próprias empresas brasileiras pelas organizações internacionais”<sup>92</sup>. O PDT falou, por exemplo, em controlar a atividade do capital estrangeiro no país e em reverter as diretrizes econômicas que privilegiam o lucro em detrimento do povo. A avaliação é de que “a orientação economicista até agora vigente é este contraste espantoso entre a super prosperidade das empresas – especialmente as estrangeiras – e o empobrecimento do povo brasileiro”<sup>93</sup>.

Logo, se em Vargas o nacional perpassa em primeiro caso o desenvolvimento da economia brasileira, no discurso pedetista há uma inclinação política. Outra ideia de nação, centrada em satisfazer as necessidades vitais de sua gente, para assim, desenvolver o país. De acordo com o manifesto do PDT:

<sup>90</sup> A Petrobrás foi criada em 1953, durante o segundo mandato presidencial de Getúlio Vargas e tornou-se o maior símbolo da política nacional-estadista implementada por este governante.

<sup>91</sup> Programa. In: *PDT. Cartas, programa, estatuto, artigos e textos*. Rio de Janeiro: 2006.

<sup>92</sup> Carta de Lisboa. In: *PDT. Cartas, programa, estatuto, artigos e textos*. Rio de Janeiro: 2006

<sup>93</sup> Ibid.

O compromisso supremo do PDT, de todos os seus membros e seguidores, é com a integridade e defesa da Nação brasileira, considerada como o conjunto de nosso povo, e dos valores de nossa nacionalidade. Como Nação, somos e seremos sempre o produto das lutas, da criatividade e, sobretudo, do trabalho do nosso povo. [...] Tendo acesso ao saber e à cultura, condições de vida e saúde, um ambiente de liberdade e justiça, ele transforma o nosso País, rapidamente, em uma grande Nação<sup>94</sup>.

Esta concepção estava no cerne da ideia de democracia também. Recorrendo-se novamente ao manifesto, o PDT falou em dois tipos de democracia: uma de igualdade e outra de participação. A política estava condicionada ao social. Retomando uma fala de Darcy Ribeiro, o povo só participa se não padece de males que ameacem à própria vida e se a ele é conferida educação básica, sem distinções por cor e classe. Partindo desta concepção, o PDT sustentou que o drama social era o “problema máximo de nossa Pátria” e, por isso, trata como prioridade a erradicação da “miséria, a fome e o marginalismo de dezenas de milhões de brasileiros”<sup>95</sup>. A sigla apontou caminhos para a melhoria nas áreas da educação, saúde e habitação, reforçando, inclusive, a pauta da reforma agrária. Em resumo, só com igualdade social é que é possível construir a democracia política, outra frente levantada pelo partido.

Neste caso, não só PDT, mas a sociedade civil em geral, estava mobilizada em prol da reconstrução da democracia política no início da década de 1980. Após duas décadas de autoritarismo, o Brasil flertava finalmente com a possibilidade do fim da ditadura militar. Impossível não se posicionar sobre o tema naquele contexto. Na Carta de Lisboa, há dois longos parágrafos dedicados à importância da reconstrução da normalidade democrática, à defesa da Lei de Anistia - que seria promulgada naquele ano - e também a volta do pluripartidarismo - que passou a valer em 1980. Neste documento, os trabalhistas estimularam também a participação popular nas decisões políticas.

---

<sup>94</sup> PDT,

<sup>95</sup> Programa. In: PDT. Cartas, programa, estatuto, artigos e textos. Rio de Janeiro: 2006.

A seriedade conferida ao tema se reflete na definição da própria sigla. O PDT se apresentou como um partido democrático e trabalhista<sup>96</sup>. O mesmo peso para as duas medidas. De acordo com o manifesto, “O nosso Trabalhismo coloca a Democracia como o mais alto valor e considera o ambiente natural em que podem frutificar os nossos ideais trabalhistas”<sup>97</sup>. A democracia também embasou a proposta de construção do caminho brasileiro para o socialismo, almejado pelo PDT.

A pauta é, indubitavelmente, a maior novidade introduzida pelos pedetistas ao campo trabalhista. Por isso mesmo é estranho notar que o termo só aparece uma única vez na Carta de Lisboa e somente a título de apresentação no manifesto. Não há qualquer menção no programa do partido. A omissão foi corrigida com a divulgação da Carta de Mendes em 1983, quando tentou-se, ainda que de forma incipiente, discutir o tema. No documento, o PDT reforçou os laços com o socialismo e define os meios democráticos, através das eleições livres, como o melhor meio de se alcançar este objetivo.

A escolha pelo socialismo democrático ia ao encontro com as formulações da Internacional Socialista, da qual o PDT ainda hoje é o único partido brasileiro filiado. Internamente, respeita às condições políticas do Brasil da década de 1980, fortemente atrelada à causa democrática. Na carta, o partido reforçou que:

O nosso socialismo está indissoluvelmente ligado ao conceito de liberdade. Socialismo e liberdade, para nós, são inafastáveis como dois trilhos de uma estrada de ferro, expressando um Estado de Direito democrático e de profundo conteúdo social. Os nossos métodos e caminhos são pacíficos e democráticos. O PDT não luta pela tomada do poder. O seu propósito é ascender ao poder, inundando este país de consciências esclarecidas<sup>98</sup>.

A urgência dessa pauta fez com que alguns militantes cogitassem a mudança da sigla, de modo a abarcar a bandeira socialista<sup>99</sup>. Todavia, isto nunca foi levado adiante e, de acordo com João Trajano Sento-Sé, após a morte de

---

<sup>96</sup> PDT, MDB e PSD são os únicos partidos brasileiros que levam o termo democracia na sigla.

<sup>97</sup> Manifesto. In: PDT. Cartas, programa, estatuto, artigos e textos. Rio de Janeiro: 2006

<sup>98</sup> Carta de Mendes. In: PDT. Cartas, programa, estatuto, artigos e textos. Rio de Janeiro: 2006.

<sup>99</sup> Sobre esta discussão ver capítulo 2.



Brizola, em 2004, a luta pelo socialismo foi abandonada definitivamente. O fato é que a ausência de uma definição mais robusta sobre o tema gerou interpretações múltiplas e, por vezes, conflitantes, algo que ocorreu também, em menor grau, com relação às outras bandeiras do partido.

Sendo assim, cabe agora entender como alguns dos principais membros fundadores interpretaram o programa do PDT. Este capítulo apresentou a trajetória e as bases políticas do novo trabalhismo, e o seguinte, sobre a forma como os pedetistas liam este projeto.

### 3.

## O Novo Trabalhismo pelo olhar dos fundadores

A proposta do novo trabalhismo mobilizou personagens de diferentes correntes político-ideológicas que estavam envolvidos na oposição ao regime militar do Brasil. Em torno de Leonel Brizola, reuniram-se quadros já identificados com a tradição trabalhista, seja ela mais ligada ao getulismo ou ao ex-presidente João Goulart, e outros de trajetórias plurais, de improvável inclinação ao trabalhismo, ao menos antes de 1964: comunistas, socialistas, ex-membros da luta armada, ex-udenistas, e até mesmo o herdeiro de Adhemar de Barros<sup>100</sup> faziam parte deste quadro complexo de filiações. A estes, juntaram-se importantes lideranças, como Mário Juruna, Abdias do Nascimento e Francisco Julião, bem como diversos intelectuais, a exemplo de Darcy Ribeiro e Moniz Bandeira, só para citar alguns<sup>101</sup>.

O presente capítulo se debruça justamente sobre essas trajetórias políticas pessoais, buscando compreender as razões que levaram estes personagens ao trabalhismo, o que pensavam sobre esta tradição e como se inseriram no projeto político socialista construído pelo PDT. O exercício tem como finalidade analisar como esta diversidade exacerbada implicou num quadro de difícil delimitação ideológica, bem como na organização identitária do partido

Investiga por exemplo, o que levou o líder indígena Mário Juruna a ingressar no PDT. Ou duas ex-guerrilheiras, como Dilma Roussef e Moema SanTiago a crer que o trabalhismo, antes renegado, agora poderia ser a solução. Ou porque um intelectual da envergadura de Abdias do Nascimento abandonou sua carreira acadêmica estável nos Estados Unidos para se somar na construção do projeto político encampado por Leonel Brizola. As motivações pessoais de cada um nos ajudam a percorrer a própria história do novo trabalhismo, e oferecem

---

<sup>100</sup> Adhemar de Barros foi um importante líder político do estado de São Paulo, filiado ao Partido Social Progressista, fundado por ele próprio, em 1946. Barros foi interventor da capital paulista entre 1938 a 1941, escolhido pelo então presidente Getúlio Vargas, governador do estado por duas oportunidades, entre 1947 a 1951 e 1963 a 1966, e, por fim, prefeito de SP entre 1957 e 1961.

<sup>101</sup> SENTO-SÉ, J. T. As várias cores do socialismo moreno. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, 2004, p. 54.

uma nova dimensão das dificuldades enfrentadas quanto à inserção na Nova República.

### 3.1.

#### A composição do novo trabalhismo

De acordo com João Trajano Sento-Sé, o núcleo de fundação do PDT era formado por quatro correntes políticas mais delimitadas: a dos trabalhistas históricos, o Grupo do México, o Grupo de Lisboa e, por fim, os prestistas, que ingressaram no partido posteriormente sob as bênçãos de Luís Carlos Prestes<sup>102</sup>.

Os trabalhistas históricos, como o próprio nome sugere, eram os antigos membros do PTB. Esta corrente diferenciava-se entre aqueles que eram mais ligados ao governo de Getúlio Vargas e os mais próximos de João Goulart. Havia entre eles, obviamente, um grau de filiação mais antigo e consolidado ao projeto trabalhista se comparado às outras matrizes do partido, e, portanto, a maioria das pautas do velho trabalhismo era levantada justamente por este grupo. Outro fato a se destacar é que tinha maior resistência quanto à adoção da pauta socialista. Para o secretário de Obras e do Meio Ambiente do governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, Luiz Alfredo Salomão, havia um racha interno no partido entre aqueles que ele chamava de trabalhistas tradicionais, isto é, “aqueles trabalhistas que não são socialistas” e os demais<sup>103</sup>. A opinião foi corroborada por Rogê Ferreira, antigo membro do PSB, que estende as divergências a todos os trabalhistas, em que pese esta ser uma questão de pouca relevância, em sua opinião<sup>104</sup>.

Tal como Ferreira, outros socialistas vinculados ao PSB até 1965 aderiram ao projeto político do PDT. São eles José Frejat, eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro, Jamil Haddad, prefeito da capital fluminense em 1983, além de Bayard Boiteux, que mantinha proximidade com Brizola desde os primórdios do golpe militar. Boiteux foi um dos líderes do fracassado movimento de guerrilha na região do Caparaó, em Minas Gerais. Também colaborou de forma decisiva para a fundação do PDT, motivo pelo qual integrou a comitiva nacional e, posteriormente, a presidência do partido. Outro pessebista de destaque nas fileiras

---

<sup>102</sup> SENTO-SÉ, 1999, op. cit. p.183-184.

<sup>103</sup> *Espaço Democrático*, ano. 1 n.29, 7/14 de set. de 1984, p. 11.

<sup>104</sup> *Espaço Democrático*, n.22, 20/26 de julho de 1984, p. 11.

do PDT foi Saturnino Braga, eleito senador da República, em 1982, e prefeito do Rio de Janeiro três anos mais tarde, cuja atuação resultou em um rompimento traumático com partido<sup>105</sup>. Desde a fundação, em 1947, o PSB defendeu uma proposta de construção do socialismo pelas vias democráticas, tal como propunham os pedetistas, talvez daí advenha essa migração direta entre os dois partidos.

No entanto, não só do PSB provinham os socialistas que ingressaram no projeto do novo trabalhismo. Outros militantes se aproximaram do PDT a partir do exílio no México, que reuniu ex-dirigentes do MR-8 e da POLOP, do qual faziam parte importantes intelectuais, a exemplo de Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Luiz Alberto Moniz Bandeira<sup>106</sup>. Francisco Julião, Neiva Moreira e Herbert José de Souza, o Betinho, eram outras figuras de destaque inseridas nesse contexto. O Grupo do México, tal como ficou conhecido, defendia um projeto nacional-democrático amparado em um ideal socialista revolucionário que privilegiava a democracia social em detrimento da política - entendida aqui como voto e participação. De acordo com João Trajano Sento-Sé, “o socialismo democrático, para este grupo, representava reformas econômicas profundas, distribuição de renda e aprofundamento na luta de emancipação nacional contra o imperialismo.”<sup>107</sup> Em um balanço póstumo, Theotônio dos Santos explicou o perfil e as ideias em torno desta corrente

Éramos um grupo que tínhamos uma proposta de um partido que evoluía para uma visão socialista a partir do movimento nacional-democrático. Isso nós insistimos muito porque não víamos condições

---

<sup>105</sup> Como prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga enfrentou diversas greves e manifestações, fruto de uma crise econômica que o levou a decretar falência do município em 1988. A medida foi alvo de grandes críticas entre os pedetistas e abalou de vez as já frágeis relações com Brizola, antecipando sua saída do partido.

<sup>106</sup> Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Moniz Bandeira, junto com outros intelectuais também exilados no México, foram responsáveis pela elaboração de uma versão mais radical da Teoria da Dependência, linha de interpretação marxista acerca desenvolvimento desigual do capitalismo nos países de terceiro mundo que passaram pela experiência colonial. Sobre a Teoria da Dependência ver SANTOS, T. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>107</sup> SENTO-SÉ, op. cit. 1999, p. 184.

no Brasil, naquela época, de construir um partido de massas a partir de uma idéia do socialismo<sup>108</sup>

O interessante é que boa parte desses militantes que se encontravam exilados no México saíram justamente das fileiras da juventude trabalhista de Minas Gerais para criar a POLOP, uma organização de cunho marxista voltada a elaboração de alternativas revolucionárias ao PTB e ao PCB - considerado, naquela altura, reformista demais<sup>109</sup>. Portanto, já se nutria certa simpatia com relação à tradição trabalhista, mas buscava-se radicalizar o seu conteúdo programático. Eles defendiam um projeto baseado no marxismo - corrente filosófica que o PDT nunca reivindicou - e entendiam que, dada as condições sócio-políticas do país, o trabalhismo era, de fato o caminho brasileiro para o socialismo, cuja evolução levaria a algo muito próximo do modelo cubano.

Esta perspectiva afastava-se sensivelmente dos trabalhistas históricos, para quem a reconstrução do trabalhismo getulista representava um fim em si mesmo. Também ia contra os desígnios do Grupo de Lisboa, formado pelo encontro entre as gerações de exilados políticos de 1964 e 1968. Estes já nutriam uma inclinação quanto à ideia de socialismo democrático. A escolha tinha uma razão de ser e demarca bem as distinções entre as trajetórias de exílio das esquerdas brasileiras: enquanto os militantes do chamado Grupo do México passaram exclusivamente por países do continente americano, como o Chile e o México, onde presenciaram o fracasso do projeto socialista democrático encabeçado pela *Unidad Popular*, de Salvador Allende, os do Grupo de Lisboa foram forçados a migrar, em dado momento, para a Europa, que atravessava um período de franca ascensão dos partidos socialistas e socialdemocratas, sobretudo na França e em Portugal, onde se exilaram boa parte dos brasileiros<sup>110</sup>. É o caso do próprio Brizola, que foi parar em Lisboa após ser expulso de forma repentina do Uruguai, em 1977<sup>111</sup>.

---

<sup>108</sup>Entrevista concedida por Theotônio dos Santos à historiadora Izabel Cristina Gomes da Costa, que a cedeu gentilmente para a escrita desta dissertação.

<sup>109</sup>MATTOS, M. B. *Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967)*. In: REDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Edunicamp, 2002.

<sup>110</sup>FREIRE, op. cit. 2010, p. 37.

<sup>111</sup>A expulsão de Leonel Brizola do Uruguai é fruto da pressão de uma ala do governo militar brasileiro por razões ainda não esclarecidas. Para Trajano Ribeiro, por exemplo, visava forçá-lo a voltar ao Brasil e, assim, ser preso ou morto pelo regime. Documentos revelados recentemente

O Grupo de Lisboa contou também com velhos trabalhistas e brizolistas convictos que cortejavam o principal herdeiro do legado trabalhista na estada em Portugal. Quanto ao programa político, se apresentou como um contraponto evidente aos anseios manifestados pelo Grupo do México, com quem, segundo Sento-Sé, mantiveram confronto aberto<sup>112</sup>. De acordo com este autor,

Estavam entre os que se identificavam com esse ideário aqueles que mais se empenharam em dar uma coloração modernizante ao discurso de Brizola, trazendo as discussões sobre as minorias e a importância da democracia política como forma legítima e eficaz de desenvolvimento econômico e social. O trabalhismo brizolista, segundo essa versão, deveria estar bem próximo das experiências socialdemocratas europeias<sup>113</sup>.

A inclusão da pauta das minorias, uma novidade entre os partidos políticos brasileiros, foi outro fator determinante para agregar apoios inesperados, como do cacique Juruna, por exemplo. Passado bastante tempo desde a fundação do PDT, não restam dúvidas quanto à influência direta exercida pelo Grupo de Lisboa na definição do conteúdo programático da sigla. Por outro lado, os comunistas prestistas pouco influíram no partido.

Infelizmente, com exceção do trabalho da historiadora Izabel Cristina da Costa, ainda faltam estudos mais aprofundados acerca do fenômeno do prestismo no PDT<sup>114</sup>. Prestes deixou o PCB em 1980, após divulgação da Carta aos Comunistas, documento no qual atacou a atuação passiva dos pecebistas no combate ao regime militar, a condução do Comitê Central e a pouca combatividade com relação à dominação burguesa no país<sup>115</sup>. Na carta, Prestes reafirmou a posição marxista-leninista, mas também a descrença quanto ao rumo do comunismo no Brasil. A ruptura com o PCB já vinha sendo ensaiada desde o período do exílio, como afirmou sua filha, a historiadora Anita Leocádia. Desde então, os prestistas dissiparam-se por diversos partidos: PT, PMDB, PDT e os que

---

pela CIE revelam que os Estados Unidos tiveram participação direta neste processo, garantindo a segurança de Brizola e sua família.

<sup>112</sup> SENTO-SÉ, op. cit. 1999, p.184-185.

<sup>113</sup> Ibid.

<sup>114</sup> COSTA, I. C. G. *Uma rede prestista: Os diversos fios dos "filhos" da Carta aos Comunistas no PDT*. Perseu, nº 9, 2013.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 147.

permaneceram no próprio PCB, como oposição<sup>116</sup>. Já o ex-líder pecebista limitou-se a declarar apoio a alguns candidatos pontuais e nunca se envolveu diretamente com nenhum outro partido<sup>117</sup>.

Apesar disso, Prestes manteve uma relação bastante próxima com o PDT. Em 1982, por exemplo, manifestou apoio à candidatura de Brizola para governador do Rio de Janeiro - posição reafirmada em 1989 para a presidência - e de outros candidatos pedetistas no estado<sup>118</sup>. No mesmo ano, por razões ainda pouco esclarecidas, tornou-se presidente de honra desta agremiação, medida que culminou no ingresso de vários comunistas nas fileiras do trabalhismo. Além disso, serviu para reforçar, simbolicamente, a filiação do PDT à esquerda do espectro político nacional. Para Izabel Cristina,

A relação dos prestistas com o PDT seguia a lógica do entrismo. Ao não considerarem o PDT como um partido estratégico, eles atuavam sob seu guarda-chuva sem ter como norte a sua construção política. Formalmente filiados, resguardavam identidade própria, expressa publicamente<sup>119</sup>.

Os prestistas concentraram suas atividades no seio da juventude trabalhista e é possível citar ao menos dois coletivos surgidos neste período sob égide do comunismo defendido por Prestes: O coletivo Gregório Bezerra (CGB) e a Reconstrução do Partido Comunista (RPC), que militaram no PDT por um período significativo antes de migrarem para outras siglas. De acordo com Sento-Sé, os prestistas tinham em comum o discurso nacionalista, antiimperialista e a

<sup>116</sup> Dados retirados de COSTA, I. C. *Em busca do paradigma perdido: as esquerdas brasileiras e a crise do socialismo real*. Tese de Doutorado apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2009.

<sup>117</sup> Entrevista concedida à Izabel Cristina da Costa, cedida a esta dissertação.

<sup>118</sup> “Os principais nomes apoiados pelo Cavaleiro da Esperança no Rio foram; Jacques Dornelas, para deputado federal; Eduardo Chuahy, para deputado estadual; e Antonio Pereira da Silva, o Pereirinha, para vereador. (...) As escolhas refletiam bem as conexões com a herança do pré-1964. Na prática, o apoio de Prestes se estendeu para outros candidatos. Houve também alianças com Bocayuva Cunha e Afonso Celso, para deputado federal e estadual, respectivamente. Candidatos como o professor Emir Amed e Silas Ayres foram identificados com a chapa prestista. Além deles, a “lista” se espraiava para os municípios de Niterói, São Gonçalo, Macaé, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Duque de Caxias, Teresópolis, Nilópolis e Magé, elegendo-se muitos desses nomes. No estado fluminense, todos saíram pela legenda trabalhista. Os prestistas também fizeram uma campanha política ativa para Brizola, com panfletagem, comícios e venda de bônus de campanha” In: COSTA, op.cit., 2013, p.157

<sup>119</sup> Ibidem, p. 159.

defesa da democracia política<sup>120</sup>. Nutria-se entre eles também uma valorização da trajetória de Brizola como líder popular, que contrastava em alguma medida com as desconfianças com relação ao passado trabalhista.

Apesar do esforço de síntese, não há qualquer pretensão, e sequer seria possível, definir com precisão como cada um desses grupos se movimentou no interior do PDT. Primeiro, porque isso implicaria numa tentativa falha de cristalizar identidades e projetos extremamente fluidos. Segundo porque dispensaria outras dimensões essenciais para a construção dos arranjos políticos pedetistas. Só para citar algumas delas, a filiação à Brizola, o oportunismo de herdar o capital político do trabalhismo, a abertura à pautas negligenciadas por outros partidos, dentre tantas outras. Por fim, porque o PDT abarcou, para além destes quatros grupos, diversos quadros com raízes políticas menos demarcadas, outros que vieram de tradições conservadoras, como o adhemarismo, e aqueles que concentraram a atuação em nichos mais específicos, como os sindicalistas.

Logo, a análise feita até agora deve ser lida como uma busca por mapear as contribuições teóricas e ideológicas gerais que deram forma a esta configuração heterogênea do PDT. Ela se complementa a um estudo mais centrado nas trajetórias particulares de alguns militantes do partido, que será o foco do capítulo a partir de então. Nesse sentido, um dos mais importantes materiais de investigação sobre o tema é o semanário *Espaço Democrático*.

### **3.2. O jornal *Espaço Democrático***

O jornal foi criado em fevereiro de 1984, sob a orientação do Instituto Alberto Pasqualini (vinculado ao PDT) e serviu como um canal de diálogo entre os líderes do partido, os filiados e demais simpatizantes do novo trabalhismo<sup>121</sup>. Naquela época, era bastante comum entre os partidos políticos a organização de veículos de imprensa alternativa voltados à divulgação de ideias, do qual valeu-se também o PDT. Cada edição do *Espaço Democrático* era composta de doze páginas, que continham seções informativas de política, economia, assuntos

---

<sup>120</sup> SENTO-SÉ, op. cit., 1999, p. 185.

<sup>121</sup> Foram consultados 40 volumes do jornal *Espaço Democrático*, que estão sob a guarda do Arquivo Público da cidade, localizado no bairro de Botafogo, na zona sul do Rio de Janeiro.



internacionais e dos temas de maior destaque daquela semana no país. A propaganda partidária era outro enfoque visivelmente valorizado, como não poderia deixar de ser, sobretudo em relação ao governo de Leonel Brizola no estado do Rio de Janeiro, que naquela altura completava um ano. Na edição nº2, por exemplo, que circulou entre os dias 10 e 16 de fevereiro de 1984, duas grandes matérias destacavam o exitoso programa de emprego do líder pedetista<sup>122</sup>, enquanto a de nº6 estampava com grandes expectativas a construção do Sambódromo no centro da capital fluminense<sup>123</sup>. O governo de Brizola, no Rio de Janeiro, acabou servindo como a maior plataforma do PDT nos anos que sucederam à sua criação, daí o volume excessivo de conteúdo dessa natureza.

O jornal oferece ainda a perspectiva do PDT acerca de grandes temas da política nacional da década de 1980, já que circulou concomitantemente à organização dos movimentos das Diretas Já e também da escolha do candidato indireto para as eleições de 1985, após a derrota da emenda proposta pelo deputado peemedebista Dante de Oliveira. Praticamente todas as edições do *Espaço Democrático* contêm ao menos uma página dedicada ao movimento das Diretas, onde se divulgava, dentre outras coisas, os atos públicos da semana, reforçava a participação dos pedetistas e especulava-se sobre possíveis avanços quanto ao fim das eleições indiretas. É interessante observar como o partido acompanhou paulatinamente os avanços e retrocessos da emenda, que foi derrotada em abril de 1984<sup>124</sup>.

Os pedetistas tampouco poupavam críticas aos partidos políticos da época. Nota-se uma clara necessidade de afirmação e diferenciação das demais agremiações que disputavam o controle da política nacional. O PDT se afirmava um partido de esquerda, de massas, e reforçava que o trabalhismo era o caminho brasileiro para o socialismo. Por isso, distanciava-se dos petebistas, cada vez mais afundados na gestão do então presidente João Figueiredo (1979-1985), e dos petistas, sobre os quais recaíam acusações de elitismo, classismo e sectarismo. O problema da fragmentação partidária acometia também o PDMB, sobre o qual se

<sup>122</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, n.2, 10/16 de 1984, p. 5.

<sup>123</sup> *Ibidem*, ano.1, n.6, 16/22 de março de 1984, p. 1 a 4.

<sup>124</sup> A edição nº11 do *Espaço Democrático*, que circulou entre 27 abril e 3 de maio de 1984 é bastante rica nesse sentido, já que foi a primeira após a derrota da Emenda Dante de Oliveira.

previa o fim iminente<sup>125</sup>. O problema é que tampouco o PDT escapou às problemáticas divisionistas e as páginas do *Espaço Democrático* expressam esses conflitos de forma evidente. Um exemplo valioso neste sentido são as discussões em torno da definição da futura sigla do partido.

De acordo com os debates analisados, a mudança da sigla PDT por outra cumpria dois objetivos: o primeiro, de cunho mais pragmático, buscava driblar a legislação partidária do regime militar que impedia parlamentares com mandatos de trocar de partido, com exceção de que a migração ocorresse para uma legenda recém criada. O PDT, então, apostava que uma nova sigla pudesse atrair uma migração em massa para o partido. Assim previa, por exemplo, Lamartine Távora<sup>126</sup>, que justificou o baixo número de filiações entre governadores, prefeitos, deputados e vereadores até 1984 com base neste argumento<sup>127</sup>. A segunda razão, que será alvo de uma análise mais cuidadosa neste capítulo, girava em torno da consolidação do socialismo como uma bandeira efetiva do partido. Para alguns militantes, faltava ao PDT intensificar a defesa da pauta socialista, que sequer constava no nome do partido<sup>128</sup>. Conforme o levantamento feito por Sento-Sé, “as propostas mais recorrentes eram PSPTB (Partido Socialista Popular Trabalhista Brasileiro), PSDT (Partido Socialista Democrático Trabalhista), PDTs (Partido Democrático Trabalhista Socialista) e PTS (Partido Trabalhista Socialista)”<sup>129</sup>.

A urgência da pauta socialista resultou na criação de uma coluna de entrevistas na qual militantes do PDT eram convidados a refletir sobre o tema. Organizado pelo jornalista José Fucs, o “Que socialismo é esse?” teve início na edição nº15 do jornal e contou com a participação de praticamente todos os segmentos do partido, de Mário Juruna à Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, de trabalhistas históricos à comunistas da luta armada. O material é bastante rico, na

<sup>125</sup> Espaço Democrático, ano 1, nº12, 4 a 10 de maio de 1984, p. 3.

<sup>126</sup> Lamartine Távora era um trabalhista histórico ligado a ala mais à esquerda do PTB, que depois compôs a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) durante o governo de João Goulart. Távora fundou e liderou a Juventude Trabalhista em Pernambuco e elegeu-se deputado federal pelo partido em 1958 e 1962, mandato que cumpriu até o momento da cassação e exílio forçado. Com o fim da ditadura, ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista, tornando-se presidente estadual do partido em seu estado e membro da executiva nacional.

<sup>127</sup> Espaço Democrático, ano 1, nº4, 24 de fevereiro a 1 de março de 1984, p.11.

<sup>128</sup> Ver artigo escrito por José Maria Rabelo intitulado “O projeto do Partido Socialista”, publicado no nº29 do jornal.

<sup>129</sup> SENTO-SÉ, op. cit. 2004, p. 58.

medida em que possibilita apreender não só a definição de socialismo para os entrevistados, como também de outros assuntos de relevância para esta pesquisa. O primeiro deles visa entender a escolha pelo trabalhismo.

### 3.3.

#### O caminho até o PDT

Atualmente, já há uma vasta literatura, sobretudo no âmbito da Ciência Política, que versa sobre os partidos políticos brasileiros da Nova República. Em resumo, estudos sobre o tema “ainda segmentaram em campos distintos, embora não estanques: partidos na arena eleitoral, na arena governamental<sup>130</sup> e, mais recentemente, na arena organizativa”<sup>131</sup>. Todavia, tem se observado uma sobrelevação da dimensão eleitoral em detrimento das etapas iniciais da organização partidária, que envolvem o recrutamento e a filiação.

A academia carece ainda de estudos que busquem entender melhor quais são as motivações principais que levam um indivíduo a se engajar em um partido político. Para Bruno Speck:

Dois motivos contribuíram para o desinteresse pelos dados. Em primeiro lugar, a desconfiança quanto à validade dos dados. Em segundo, a dúvida a respeito da sua relevância. A validade dos dados é questionada porque os registros dos partidos incluíam pessoas que já faleceram ou mudaram de domicílio. Há também dúvidas quanto às filiações. Muitas novas filiações se dariam à revelia dos próprios filiados, fazendo uso falso de documentos como identidade e título eleitoral de cidadãos. Os dados estariam atrasados, inflados e, no limite, falsificados<sup>132</sup>.

Speck é um dos poucos a se arriscar em um trabalho exploratório acerca da filiação partidária. O autor busca traçar um perfil socioeconômico dos filiados

<sup>130</sup>SANTOS, W. Governabilidade e democracia natural. Rio de Janeiro: FGV, 2007; MENEGUELLO, R. Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997). SP: Paz & Terra, 1998; ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 31, n. 1, 1988, p. 3-55.

<sup>131</sup>GUEDON, P. C. Os degraus do recrutamento partidário: o caso da filiação na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. CPDOC, 2018, p.14.

<sup>132</sup>SPECK, B. W. Nem ideológica, nem oportunista: a filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil. Cadernos Adenauer 2, 2013, p. 38.

valendo-se de dados fornecidos por institutos de pesquisas, como o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), e os registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Também elabora um esboço acerca das motivações por trás das filiações: as de cunho oportunista, quando realizadas em ano eleitoral ou logo após as eleições, quando se observa um objetivo mais claro de participar ou apoiar algum candidato nas eleições, e às realizadas nos demais anos, de caráter mais idealista. O autor sustenta, a partir dos dados, que filiados a partidos políticos são mais participativos, conscientes politicamente e influenciam de forma mais direta o processo eleitoral<sup>133</sup>.

Outro trabalho de maior fôlego neste campo de análise foi realizado por Oswaldo Amaral. O autor tem se dedicado a estudar o Partido dos Trabalhadores, tendo conseguido diferenciar parcialmente o perfil dos filiados de alguns dos principais partidos políticos no estado de São Paulo. Neste sentido, reforçou a tese de que os petistas, em geral, possuem maior fidelidade partidária do que as demais siglas<sup>134</sup>.

O PT, por suas raízes sociais que se aproximam do conceito de *partido de massas*, cunhado por Duverger, é, sem dúvidas, a agremiação que mais detém investigações sobre filiados. Além de Amaral, Raquel Meneguello, André Singer, Pedro Floriano Ribeiro e outros intelectuais, com perspectivas distintas, debruçaram-se sobre o tema<sup>135</sup>. Já sobre o PDT, não há qualquer trabalho desta natureza, infelizmente, graças também às dificuldades encontradas para acessar os dados do partido. Uma pena, porque o partido é, ainda hoje, o que concentra a maior quantidade de filiados na cidade do Rio de Janeiro, e seria interessante percorrer algumas dessas histórias. No entanto, este tampouco é o objetivo desta dissertação, visto que a tarefa demandaria tempo e investimento maiores. Busca-se, então, a partir do material existente, explorar um pouco mais a diversidade do

---

<sup>133</sup> Ver SPECK, B; BRAGA, M. do S; COSTA, V. Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, nº 56, p. 125-148, dez. 2015.

<sup>134</sup> AMARAL, O. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opin. Pública*, Campinas, v.17, n. 1, p. 1-44, 2011; AMARAL, O. Por dentro das bases partidárias: uma análise do perfil dos filiados a partidos políticos no estado de São Paulo. Trabalho apresentado no Instituto de Iberoamérica, Universidad de Salamanca, Espanha, 2014.

<sup>135</sup> MENEGUELLO, R. PT: a formação de um partido, 1979-1982. São Paulo: Paz e Terra, 1989; RIBEIRO, Pedro Floriano. Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. São Carlos. Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, 2008.

partido, destacando as trajetórias múltiplas e bastante particulares que compuseram a formação original da sigla, na década de 1980.

Quanto aos personagens que foram mobilizados nesta análise, não houve qualquer seleção prévia, e, portanto, respeitou-se o ponto de vista de escolha dos próprios editores do semanário pedetista. A razão disso é que as diferentes concepções que compõem o partido foram contempladas por Fucs, responsável pela coluna “Que socialismo é esse?”. Dentre os quadros entrevistados, destacam-se: Abdias do Nascimento (liderança do movimento negro), Francisco Julião (líder histórico das ligas camponesas; marxista e membro do Grupo do México), Mário Juruna (líder indígena), Moema San Tiago (ex-ANL, alinhada ao grupo de Lisboa), Pedro Celso Uchoa Cavalcanti (intelectual comunista democrático, também do Grupo de Lisboa), Theotônio dos Santos (intelectual, ex-POLOP e alinhado às posições do Grupo do México), José Maria Rabelo (ex-UDN e PSB), Mateus Schmidt (trabalhista histórico), Adhemar de Barros Filho (ex-PSP), Clóvis Brigagão (brizolista), Cibilis Viana (trabalhista histórico), Rogê Ferreira (socialista ex-PSB), Edmundo Muniz, Darcy Ribeiro (intelectual trabalhista histórico, mais ligado à João Goulart), Bayard Boiteux (socialista ex-PSB), Brandão Monteiro (brizolista), Anacleto Julião (juventude pedetista) Sebastião Nery (ex-PSB, mas com vínculos institucionais com o PCB), Luiz Alfredo Salomão (Ex-MDB), Ernani Pernambuco (líder da Brizolândia) José Talarico (trabalhista histórico) e outros, dos quais não se foi possível ter acesso. O leque de contribuições só não abarcou osprestistas, por conta da adesão tardia deste grupo.

Tendo em vista exclusivamente os relatos colhidos destes personagens, é possível arriscar que o engajamento no PDT perpassou quase sempre por algum tipo de vínculo com Leonel Brizola, além de outras três razões mais destacadas: a) a militância no velho PTB b) o entusiasmo com o projeto político socialista do novo trabalhismo, independentemente do vínculo com trabalhismo histórico e c) a possibilidade de defender pautas identitárias específicas. É evidente que o quadro de filiação não se esgota aí. Há quem se filiou por motivos eleitorais, e, portanto, foi oportunista, outros por entender o peso histórico do PTB, muitos que se filiaram por mais de uma razão e, por fim, os que se engajaram por um propósito bastante particular, como o caso de Mário Juruna.

O líder da etnia Xavante, já famoso naquela época por frequentar o congresso nacional levando um gravador para registrar as promessas feitas por

parlamentares sobre as causas da demarcação de terras indígenas, conta que chegou ao PDT por um ato de solidariedade e identificação com Brizola, que sofria com um problema parecido ao enfrentado pelos povos indígenas<sup>136</sup>:

Eu escolhi o PDT porque o Brizola foi expulso para fora do Brasil. Brizola sofreu repressão sem necessidade. Aliás, não é só ele. Tem muito companheiro brasileiro cassado para fora do Brasil, como acontece com índios. Muito índio foi cassado fora da terra, como Brizola foi cassado fora da sua terra. Por isso fiz aliança com o Brizola<sup>137</sup>.

A filiação de Juruna se justifica pela defesa das minorias, elencadas no programa do PDT, motivo pelo qual também se filiou Abdias do Nascimento. O intelectual, de larga trajetória no movimento negro, diz que buscava, desde a década de 1930, uma legenda que se propusesse a levantar a bandeira da questão racial. Por isso, participou da Ação Integralista Brasileira (AIB) e, posteriormente, da própria fundação do PTB, onde não obteve o respaldo almejado. Com o fracasso dessas experiências, Nascimento passou a se dedicar à outras plataformas de militância, como as universidades, a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro. Décadas mais tarde, ele resolveu procurar Brizola para, novamente, tentar emplacar seu objetivo inicial:

Eu fui visitar o Brizola no exílio, no Hotel Roosevelt, e conversamos bastante a respeito da problemática do negro, porque, já ainda antes do PTB ser dissolvido, eu já havia proposto a criação, lá dentro do PTB, de uma seção (não sei como se chamava lá: acho que ‘comitê afro-brasileiro’). Então, eu estava sempre atento a recolocar esta questão nas diretrizes do Partido. A conversa a este respeito foi muito longa. Foi longa e foi por etapas: eu tinha primeiro de fazer a cabeça do Brizola, ou nada iria adiante. O Brizola tem uma sensibilidade muito grande e, imediatamente, percebeu todas as implicações de topar uma luta deste porte. [...] Lá na reunião, ele apresentou este papel, que acabou sendo um rascunho da prioridade afro-brasileira na fundação do novo PTB<sup>138</sup>.

<sup>136</sup> Sobre a biografia de Juruna ver <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/juruna-mario>, acesso em 3 de outubro de 2019.

<sup>137</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, n.38, 1984, p. 11.

<sup>138</sup> O trecho faz parte de uma entrevista realizada pelo jornalista Fernando Brito, que foi cedida gentilmente por Ápio Gomes para esta dissertação.

Além de Abdias do Nascimento, participaram do PDT outras lideranças de renome do Movimento Negro, como o jornalista Carlos Alberto Caó, que conduziu os principais programas habitacionais do primeiro mandato de Brizola no RJ, e Lélia Gonzalez, que trocou o PT pelo PDT. Em um documento bastante representativo, ela justificou a escolha por acreditar que encontraria maior possibilidade de atuação nas causas raciais

Pelo fato de discordar das práticas desenvolvidas pelo PT/RJ (expostas em carta dirigida ao companheiro Lula, datada de 07/11/85), sobretudo no que diz respeito ao estreitamento de espaços para uma política voltada para as chamadas minorias, peço meu desligamento do PT, declarando ao mesmo tempo, que estou encaminhando minha filiação ao PDT, onde acredito poder melhor trabalhar em termos de implementação da política supracitada<sup>139</sup>.

Lélia Gonzalez havia tomado inicialmente a mesma decisão que algumas lideranças de esquerda ao optar pelo PT em detrimento do novo trabalhismo encapado por Brizola. Outras, como Dilma Rousseff, fizeram o caminho contrário. Rousseff foi uma das principais envolvidas na criação do PDT no estado do Rio Grande do Sul, legenda pela qual se manteve filiada até 2001. Pelo partido, atuou como assessora parlamentar, secretária de Fazenda do governo de Alceu Collares, além de assessorar o deputado estadual, e então marido, Carlos Araújo<sup>140</sup>. A escolha de Dilma pelo PDT se deve, sobretudo, à força do partido no RS, local escolhido por ela para viver após deixar a prisão, bem como as possibilidades de atuação política imediata. No início da década de 1980, o PT ainda se concentrava no sudeste brasileiro.

Já Moema San Tiago atrela a filiação ao PDT à duas motivações principais: a capacidade de liderança de Leonel Brizola e a convergência de projetos e interesses. Sobre o ex-líder pedetista, ela afirma:

---

<sup>139</sup> A carta de desligamento do PT data de 1985 e faz parte do acervo Lélia Gonzalez. O trecho citado foi retirado da página Arcaz: Recursos Educacionais Abertos, acesso em 3 de outubro de 2019.

<sup>140</sup> Consultado em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dilma-vana-rousseff>, acesso em 08 de outubro de 2019.

Uma coisa que eu gostaria de destacar, por exemplo, é a capacidade que ele [Brizola] tem de aglutinar as pessoas ao seu redor. Ele sentava numa mesa e, de repente, todas as pessoas começavam a se sentar em torno dele. E essa capacidade de aglutinação se deu não só à nível dos exilados. [...] Era incrível a quantidade de pessoas que saíam do Brasil para encontrá-lo em Lisboa<sup>141</sup>.

Alfredo Sirkis, que esteve no PDT antes de criar o Partido Verde (PV), em 1985, é outro que destacou a liderança de Brizola, apontada como razão principal de sua adesão. Sirkis lembrou o episódio em que o pedetista convenceu importantes lideranças da Internacional Socialista de se aproximar de seu partido, ainda embrionário naquela altura:

Todos, um atrás do outro [...] Todos eles caíram pelo Brizola, assim. Tanto que durante muito, muito tempo, o PDT ocupou o único lugar, o lugar brasileiro na Internacional Socialista, quando realmente era muito óbvio que o partido que verdadeiramente representava esse espaço era o PT<sup>142</sup>.

Tal como Sirkis, a presença de Brizola em Portugal, marcada pela abertura ao diálogo com militantes de todas as correntes ideológicas, foi fundamental para que outros comunistas egressos da luta armada se aproximassem do trabalhismo, resignificando-o. Conforme revela San Tiago:

Então, começamos a nos conhecer melhor, a nível pessoal e a nível político e vimos que as ideias daquele companheiro, afinal, não eram muito diferentes das nossas. [...] Aí o Brizola, que vinha de um partido de massas - e nós queríamos um partido de massas, mas queríamos que ele fosse um PS - foi nos colocando a necessidade de que este partido tivesse um lastro histórico, um enraizamento popular, um enraizamento nacional. Que nós não poderíamos reproduzir mecanicamente a experiência da Europa, porque a força de um PS em Portugal, na Espanha, estava justamente no fato de que eles tinham um

---

<sup>141</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, n. 32, 28 de setembro a 4 de outubro de 1984, p. 11.

<sup>142</sup> SIRKIS, A. Entrevista concedida à profa. Dra. Denise Rollemberg. RJ, 2005 apud COSTA, I. C. G. 2012, op. cit., p. 12.



lastro popular. No nosso caso, esse partido poderia ser o novo PTB, como ele dizia<sup>143</sup>.

San Tiago justifica a escolha pelo novo trabalhismo graças as raízes históricas e populares, o que faria deste a melhor opção para implementar o socialismo no Brasil. Novamente, a tarefa de persuasão coube à Brizola, muito embora a ex-militante da ANL aponte a importância das reuniões semanais conhecidas como cabildos abertos, em Lisboa. É interessante notar como o PTB, neste contexto, passou a se equiparar, na opinião dela, ao PS português.

Para Clóvis Brigagão, já havia entre as lideranças de esquerda que viviam em Lisboa um desejo ainda incipiente de criar um Partido Socialista no Brasil. A chegada de Brizola à capital portuguesa, no entanto, atraiu novos atores e perspectivas para o debate, até que foi se tornando consenso que o novo PTB poderia exercer este papel. Aqui, observa-se um duplo movimento de aproximação: de Brizola ao socialismo e dos socialistas ao trabalhismo. A união entre estes dois projetos foi sendo costurada aos poucos, conforme revela Brigagão:

Nós fizemos, então, uma primeira reunião com o governador e ele se aproximou mais de nós e a gente mais dele. Ali nasceu uma metodologia de trabalho conhecida como “Cabildos abertos”, reuniões que nós fazíamos na casa de um e de outro onde entrava quem quisesse. [...] Nestas discussões, o Brizola dava a parte histórica, resgatando a memória do trabalhismo e nós, os barbudinhos - como no início até ele nos chamava - que tínhamos uma inquietação com o mundo de hoje, querendo abrir novos caminhos, puxávamos essa história, que é muito importante, para os dias de hoje<sup>144</sup>.

Em resumo, os cabildos abertos possibilitaram a junção entre a tradição popular do trabalhismo, encarnada por Brizola, e as diversas frentes de luta levantadas por outros militantes exilados no continente europeu. A luta democrática, socialista, antiimperialista, entre outras<sup>145</sup>.

---

<sup>143</sup> Ibid.

<sup>144</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, n. 33, 5/11 de outubro de 1984.

<sup>145</sup> Ibid.

A fala de Brigagão, bem como a de Moema San Tiago, expõem um exercício de revisão entre os militantes de esquerda acerca da tradição trabalhista, sobre a qual nutria-se preconceitos e distanciamentos programáticos desde a década de 1930. Theotônio dos Santos conta em entrevista que, ainda no exílio, foi confrontado por intelectuais socialistas europeus por se associar com um partido de traços populistas, e, portanto, na leitura deles, distante dos planos de construção do socialismo no Brasil. A escolha de José Maria Rabelo pelo PDT perpassou um processo de releitura semelhante a dos demais militantes citados acima:

Nós que vínhamos do antigo PSB – Partido Socialista Brasileiro – carregávamos conosco os mesmos preconceitos que as elites brasileiras sempre tiveram contra o trabalhismo. Nós nos deixamos impressionar pelos aspectos adjetivos do fenômeno trabalhista – o peleguismo, o fisiologismo de grandes setores do antigo PTB, a inegável corrupção de muitos líderes, etc. e olvidávamos os seus aspectos fundamentais, substantivos, que coincidiam com os pontos mais altos de nossa história contemporânea, da história brasileira<sup>146</sup>

O contato com Brizola no exílio foi também fundamental para se aproximar Francisco Julião do PDT. O ex-líder das Ligas Camponesas conta que o despertar para o projeto trabalhista se deu a partir do conhecimento da Carta-Testamento de Getúlio Vargas. Desde então, ele manteve contatos com Brizola, a quem lhe agradava mais do que Goulart. Durante o exílio, Julião trocou correspondências com Brizola, e participou dos encontros propostos por ele, que culminaram na elaboração de um “projeto de formação de um Partido Trabalhista, dinâmico, moderno, com uma proposta muito mais avançada do aquela que tinha Getúlio Vargas, mesmo nos últimos anos de sua vida”<sup>147</sup>. Outro fator de atração foi a bandeira da reforma agrária, defendida pelo PDT.

Já a raiz do engajamento de Adhemar de Barros Filho no PDT advém do desejo de resgatar a experiência do social-progressismo de seu pai. Antes de 1964, o PSP era a maior força política de São Paulo e Adhemar de Barros, o político de maior destaque, tornando-se, inclusive, um dos principais obstáculos à penetração do trabalhismo neste estado. O interessante, neste caso, é que o PSP apoiou o

<sup>146</sup>*Espaço Democrático*, ano 1, nº 33, 5/11 de outubro de 1984, p. 11.

<sup>147</sup>*Espaço Democrático*, ano 1, nº21, 13/19 de julho de 1984, p. 11.

golpe civil-militar que derrubou o petebista João Goulart, e os quadros mais destacados, dentre os quais, o próprio Adhemar Filho, participaram ativamente da composição do governo até o processo de reabertura política. A contradição evidente, todavia, é relativizada por ele. Adhemar Filho revela que decidiu pela legenda de Leonel Brizola por uma questão programática, já que era possível “encontrar no PDT os elementos que mais se identificavam com a proposta filosófica do social-progressismo”<sup>148</sup>.

Comparada à mobilização de quadros históricos do trabalhismo, a filiação de Adhemar de Barros Filho ao PDT apresenta conotações bastante frágeis. O mais provável é que sua filiação tenha sido mais por oportunismo do que por idealismo, para citar os dois modelos cunhados por Bruno Speck. Ou que ele tenha visto no trabalhismo algo semelhante ao populismo praticado por seu pai. Por outro lado, os trabalhistas históricos, a exemplo de Darcy Ribeiro, Doutel de Andrade, Cibilis Viana e José Talarico, apresentam caráter mais idealista. A intenção desses integrantes era, desde o início, reconstruir o PTB. Todos eles já tinham um compromisso mais sólido com o projeto trabalhista.

### **3.4. Que socialismo é esse?**

Tendo em vista a pluralidade dos quadros que compuseram a formação original do PDT, é natural supor que não havia consenso entre eles quanto ao programa partidário. Um dos temas no qual se observa maior divergência é a quanto à natureza, os métodos e o tempo de implantação do projeto socialista.

Por outro lado, a defesa da democracia e a valorização das particularidades brasileiras como base para a construção do socialismo no Brasil era quase consenso. A primeira tinha uma razão evidente: passados 20 anos desde o golpe militar, o país caminhava para a reabertura política. Até mesmo a esquerda armada já havia abandonado as pretensões revolucionárias. Não foi diferente com o PDT, que em todos os documentos oficiais reafirma o total compromisso com a retomada da normalidade democrática.

---

<sup>148</sup> Espaço Democrático, ano 1, nº 30, 14/21 de setembro de 1984, p. 11.

A democracia também estava no cerne dos projetos socialistas dos partidos europeus com quem Brizola e outros pedetistas mantiveram contato. Com base na Internacional Socialista, acreditava-se que era possível realizar uma transição do capitalismo ao socialismo pela via democrática, tendo à frente um partido socialista ou socialdemocrata. Entretanto, cada um dos entrevistados teceu interpretações bastante particulares acerca desta leitura. Para Saturnino Braga, por exemplo, socialismo e democracia são projetos indissociáveis, e o segundo tem o papel de referendar o primeiro por meio do voto e da participação popular. Para ele, o socialismo pressupõe, em suma, a estatização dos meios de produção, respeitando a ordem institucional<sup>149</sup>.

Nessa mesma linha, Sebastião Nery defendeu que o caso brasileiro difere da União Soviética e de Cuba, na medida em que não há condições sócio-políticas e tampouco interesse, dado o contexto de reabertura política, em implantar o socialismo por meio de golpes e ditaduras, a exemplo do que ocorreu nesses países. Para Nery, o Brasil demandaria um modelo mais lento, democrático e a partir de um “processo de corrosão e destruição interna do sistema capitalista”, que se dará com o amadurecimento da experiência socialdemocrata<sup>150</sup>. Consolidado, o modelo socialista tem como compromisso a liberdade e a distribuição de riquezas, conforme argumentou

Uma síntese interessante dessas formulações é a categoria de socialismo em liberdade, cunhada por Moema San Tiago. Ela explicou que “o socialismo não é só a resolução dos problemas materiais. Não é só escola, saúde, transporte e alimentação para todos. O socialismo é também a participação do povo no poder”<sup>151</sup>. Por esta razão, San Tiago tratou como inadmissível a experiência cubana, por exemplo, por prescindir do papel ativo da população nas decisões.

As colocações levantadas até o momento são, de fato, muito parecidas. Ainda assim, é possível detectar diferenças no ponto de vista manifestado por cada um deles. Para Saturnino, sequer existe a possibilidade de se chamar socialismo se prescinde da democracia. Já para Sebastião Nery, a democracia é uma escolha, com base nas condições políticas do país. Por fim, para Moema San

<sup>149</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, n.17, 1 a 8 de junho de 1984, p. 11.

<sup>150</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, n.24, 3 a 9 de agosto de 1984, p. 11.

<sup>151</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, n.32, 28 de setembro a 4 de outubro de 1984, p. 11.

Tiago, a democracia não era só o método, mas também a razão da implantação do modelo socialista.

Os três demonstram uma opção pela socialdemocracia implementada em países como Alemanha, Suécia e Portugal. Isto não significa que todos os pedetistas defendiam a reprodução fidedigna deste modelo. Para alguns militantes, a realidade brasileira é dotada de características bastante particulares, de modo que seria pouco profícuo replicar padrões externos. Daí advém o conceito de “socialismo moreno”, cunhado por Darcy Ribeiro em 1982. De acordo com este intelectual:

A posição socialista é a posição dos que querem passar o Brasil a limpo, no sentido de fazer com que o Brasil se torne habitável, para que todos os brasileiros tenham mínimo indispensáveis. Mínimos pelos quais nós passaríamos a existir como povo civilizado entre os outros. Este mínimo é o socialismo brasileiro. E um socialismo brasileiro surgirá da nossa história, com a nossa carne e com a nossa cor, morena<sup>152</sup>.

Por esta concepção, o socialismo era a garantia das necessidades básicas da população, dais quais Ribeiro elencou três mais urgentes: um emprego regular com, ao menos, um salário mínimo, alimentação para todos e, por fim, uma reorganização do sistema escolar, de modo a garantir a universalização da educação. A elas era necessário anteceder uma completa reformulação da realidade econômica brasileira.

Radicalizando o argumento de Darcy Ribeiro, Doutel de Andrade sugeriu a construção de vários modelos socialistas, a fim de respeitar as diferenças regionais brasileiras: “e esta realidade é uma no Nordeste, é outra no Centro-Sul, é outra, ainda, no extremo sul e é outra, finalmente, lá no Setentrião. Existem vários “brasis” dentro do conjunto do Brasil”<sup>153</sup>.

Na esteira do “socialismo moreno”, Abdias do Nascimento propôs um socialismo inspirado nos movimentos quilombolas brasileiros. O argumento imprimia um recorte racial ao debate, ao resgatar uma forma de resistência

<sup>152</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, n. 16, 1/7 de junho de 1984, p. 11.

<sup>153</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, n. 15, 26/31 de junho de 1984, p. 11.

escrava como referência. Para este intelectual, dada as condições históricas do Brasil, não era possível afirmar que os negros viviam uma experiência democrática no país e, portanto, o socialismo deveria partir de e para esta população como prioridade. Não à toa, ele refutou o termo “socialismo moreno” em prol de um “socialismo negro”. Sobre os quilombos, o intelectual afirmou:

Havia uma propriedade de terra comum, havia uma economia de trabalho coletivo. Não eram todos trabalhando num mesmo terreno - havia apenas algumas parcelas de uso coletivo - mas todos trabalhando para um mesmo fim, pois era uma economia que pertencia a todos. A maioria do quilombo dos Palmares era constituída por africanos, que não se submetiam à escravidão, mas tinha também uma grande população de origem indígena. [...] Tinham até alguns brancos que se rebelavam contra o poder colonial. Quer dizer, havia uma vida de harmonia racial e cultural, onde a defesa da coletividade dependia do esforço de todos<sup>154</sup>.

Por outro lado, de acordo com Mário Juruna, a verdadeira experiência socialista se dava no interior das comunidades indígenas:

Porque o índio é comprometido com comunidade, com toda a nação; porque índio não tem nada de divisão de terra, da moradia, da caça, da pesca. Não tem divisão porque nós vivemos comprometidos com a comunidade. Isso é socialismo para mim. [...] A gente é obrigado a ajudar a quem falta mantimento, quem não tem carne de caça, quem não está pescando. Nós ajudamos aquele a quem falta algo<sup>155</sup>.

Apesar de se inspirarem em experiências distintas, nota-se em ambas as falas a ideia de solidariedade e envolvimento comunitário. Também é notável a escolha por reivindicar a contribuição de povos não brancos como inspiração. Mais do que nacionalista, é um olhar étnico, pois destaca no traço “moreno” de nossa sociedade o que há de mais negro e aborígene. Por isso a escolha pelos quilombos e as aldeias como experiências-modelo para a construção do socialismo brasileiro. Abdias do nascimento argumentou que a valorização do

<sup>154</sup>*Espaço Democrático*, ano 1, n. 20, 29 jun./5 jul. 1984, p. 11.

<sup>155</sup>*Espaço Democrático*, ano 1, n.38, 9 a 15 de novembro de 1984, p. 11.

quilombismo podia “contribuir muito para evitar que se copiem os socialismos científicos ou os socialismos sem ser científicos da Europa”<sup>156</sup>.

O trecho sugere uma oposição aos modelos teóricos clássicos, sobretudo o marxismo. Este nunca esteve na pauta do PDT, que optou pelo viés da Internacional Socialista, como se sabe. De forma mais efusiva, Darcy Ribeiro chegou até mesmo a relativizar o peso da luta de classes como motor da história: “se quisermos uma explicação para a maior parte das coisas, temos que partir do fato de que o que determina o destino de cada pessoa é a classe em que ela nasceu. [...] Mas é uma estupidez querer reduzir tudo à luta de classes”. Ainda assim, vários militantes marxistas acabaram sendo admitidos no partido, a exemplo dos prestistas e de parte do Grupo do México, como Francisco Julião. O líder da Ligas Camponesas revelou que o próprio Brizola estimulou sua filiação:

Fiz uma consulta prévia ao Brizola: o seu projeto, essa idéia de fundação de um partido trabalhista moderno, dinâmico, já visualizando o socialismo admite a colaboração de um grupo de marxistas independentes que pretendem formular toda a vida política do país, marchar para um projeto eminentemente nacionalista e que quer descobrir na própria história do povo brasileiro, nas suas grandes lutas sociais aquilo que nós consideramos como válido para a implantação do socialismo no Brasil? Ele disse: sim, eu aceito a colaboração também do pensamento científico, embora eu seja um pragmático, um espiritualista, um homem que aceita uma outra explicação sobre a realidade<sup>157</sup>.

Julião justificou a aparente contradição com seu partido com base na ideia de que marxismo deveria ser acima de tudo um instrumento de trabalho, que poderia oferecer uma abordagem histórica e científica da sociedade e do mundo. Portanto, não havia nenhum inconveniente em militar numa organização identificada pelas massas trabalhadoras, os pequenos agricultores, a pequena burguesia e os setores mais marginalizados. Para ele, socialismo significava, em síntese, a defesa de uma agenda em prol dos trabalhadores, e esta independente de um viés marxista. Por outro lado, Edmundo Muniz, que era trotskista de

<sup>156</sup>*Espaço Democrático*, ano 1, n. 20, 29 jun./5 jul. 1984, p. 11.

<sup>157</sup>*Espaço Democrático*, ano 1, nº21, 13/19 de julho de 1984, p.11

formação, sugere uma proposta socialista de caráter revolucionário: “Eu acredito que chegou o momento, no Brasil, de criar um partido revolucionário, capaz de mobilizar as massas de todas as camadas sociais, conforme a originalidade brasileira, tendo em vista o desenvolvimento desigual de nossa vida econômica”<sup>158</sup>.

Outro marxista de destaque no PDT, Theotônio dos Santos ofereceu uma reinterpretção da noção de democracia. O termo, neste caso, relaciona-se com direitos sociais básicos e com o fim das desigualdades econômicas do sistema capitalista. Em sua opinião, não era possível falar em democracia:

Enquanto 70% da população detiver somente 27% da renda nacional. [...] Não se pode falar em democracia tropeçando com mendigos nas ruas. Não se pode falar em democracia enquanto 30% da população de nossas cidades viverem em favelas, nas condições de vida mais miseráveis. Não se pode falar em democracia enquanto a classe operária brasileira receber salários dez vezes menores do que os salários norte-americanos. Não se pode falar em democracia com 50% de analfabetos<sup>159</sup>.

Neste sentido, a opção pelo socialismo viria justamente para ampliar a experiência democrática para além do âmbito político, como se cristalizou nos países capitalistas do ocidente. Santos preza por uma democracia social, de transformação de realidades, e por isso mesmo enxerga que é preciso superar o capitalismo<sup>160</sup>. Por outro lado, Pedro Celso Uchoa se mostrou menos crítico ao modelo econômico vigente. Ao invés de superá-lo, trata-se de reformá-lo, unindo “o que há de melhor no liberalismo, que é a democracia, entendida aqui como as liberdades de opinião, associação e de participação política, com o desejo de igualdade social do socialismo”. É nesta encruzilhada que se encontra o socialismo democrático pedetista, em sua opinião<sup>161</sup>. Uchoa é um dos principais responsáveis por elaborar e redigir a proposta socialista do PDT.

<sup>158</sup> SENTO-SÉ, 2004, op. cit., p. 64.

<sup>159</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, n.27, 24/30 de agosto de 1984, p.11.

<sup>160</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, n. 27, 24/30 de agosto de 1984, p.11.

<sup>161</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, n. 18, 22/ 28 de junho de 1984, p.11.



Já Adhemar de Barros Filho sugeriu que há um ideal socialista tanto no trabalhismo quanto no social progressismo, mas o vê como uma tarefa de longo prazo: “a construção do socialismo é uma tarefa para vários governos”. Barros Filho diz que o PDT deve se inspirar nos três mandatos de seu pai, Adhemar de Barros, a quem chama de socialista. A opinião era bem diferente daquela manifestada pelos trabalhistas históricos, panfletários de uma retomada das bases do velho PTB

Para Clóvis Brigagão, o socialismo brasileiro seria feito à luz da Carta-Testamento de Getúlio Vargas, das Reformas de Base de João Goulart e das formulações de Brizola nos últimos anos de exílio<sup>162</sup>. Já para Mateus Schmidt, a distinção entre trabalhismo e socialismo era puramente nominal. Ele afirmou que o PTB do pré-1964 já mantinha uma postura mais à esquerda, contra a exploração capitalista e amparada nas lutas travadas pelos trabalhadores do Brasil. Faltava apenas uma definição ideológica mais clara, que o PDT tratou de solucionar<sup>163</sup>. Cibilis Viana é outro a apontar que o trabalhismo do período anterior à ditadura militar já continha as bases socialistas, mas de forma inorgânica, sem uma orientação programática para este fim. Viana defende que o trabalhismo “foi o mais profundo movimento popular do Brasil”, ao garantir direitos e participação aos trabalhadores, e destaca também as Reformas de Base do governo de João Goulart. Para ele, há uma continuidade, uma evolução natural entre as Reformas de Base e o ideal socialista defendido pelos pedetistas<sup>164</sup>.

### **3.5. A herança trabalhista em discussão**

A afirmação de Cibilis Viana expressa uma ideia de encadeamento histórico entre as duas propostas e outorga centralidade à discussão sobre o papel do trabalhismo na construção do PDT. De um lado, aqueles que concebiam o trabalhismo como a versão brasileira do socialismo e, de outro, como um caminho para a construção deste modelo no país<sup>165</sup>. Apesar de sutis, há diferenças entre

<sup>162</sup> Espaço Democrático, ano 1, n. 28, 31 de agosto a 6 de setembro de 1984, p.11.

<sup>163</sup> Espaço Democrático, ano 1, n. 17, 15/21 de junho de 1984, p. 11.

<sup>164</sup> Espaço Democrático, ano 1, n. 17, 15/21 de junho de 1984, p. 11.

<sup>165</sup> Sobre esta discussão ver SENTO-SÉ, 2004, op. cit., p. 69-71.

ambos. A primeira posição se destacou entre os trabalhistas históricos, como Mateus Schmidt, Doutel de Andrade e Eduardo Chuay, para quem o “trabalhismo é o socialismo no Brasil. É o socialismo das condições brasileiras”<sup>166</sup>. Eles diferenciavam-se internamente entre os que buscavam retomar a experiência trabalhista exatamente de onde ela parou, em 1964, e outros, como Cibilis Viana, de que o trabalhismo evoluiria naturalmente para o socialismo, caso não tivesse o golpe de 1964.

A segunda posição - de pensar o trabalhismo como uma etapa para o socialismo - foi defendida por trabalhistas mais recentes, de pouca ou nenhuma vinculação com o velho PTB. Sebastião Nery, por exemplo, defendeu que “à medida que a redemocratização avança, a tarefa do PDT vai se acabando, porque o PDT, na verdade, é mais trabalhista do que socialista e nós temos que ser mais socialistas do que trabalhistas”<sup>167</sup>. Rogê Ferreira reforçou o argumento por meio de uma citação à Getúlio Vargas, que supostamente teria afirmado que “o Partido Trabalhista que estava fundando era o caminho brasileiro para o socialismo”<sup>168</sup>.

Muitos pedetistas chegaram até mesmo a discutir a possibilidade de fundar uma nova sigla, que externasse de forma mais clara a posição socialista. Outros defendiam que o PDT já havia esgotado suas funções políticas, ao possibilitar a reorganização de um partido de massas, e, que, a partir de então, deveria ser substituído por outra sigla.

Ainda dentro dessa perspectiva etapista, José Maria Rabelo ofereceu outra possibilidade interpretativa, que pressupõe não mais a superação de um projeto pelo outro, mas a ideia de que trabalhismo e socialismo fazem parte de um mesmo processo histórico, só que em etapas distintas. De acordo com ele:

O trabalhismo é uma etapa da própria história do socialismo brasileiro, a sua etapa inicial. [...] No fundo, são a mesma coisa, se integram num mesmo processo existencial, só que em tempos históricos diferentes. O socialismo de hoje, de amanhã, é a projeção, a continuidade do trabalhismo de ontem, como o trabalhismo de ontem é o ponto de partida para o socialismo que vamos construir<sup>169</sup>.

<sup>166</sup>*Espaço Democrático*, ano 1, n. 35, 19/25 de outubro de 1984, p. 11.

<sup>167</sup>*Espaço Democrático*, ano 1, n. 24, 3/9 de agosto de 1984, p.11

<sup>168</sup>*Espaço Democrático*, n.22, 20/26 de julho de 1984, p.11

<sup>169</sup>*Espaço Democrático*, ano 1, nº 33, 5/11 de outubro de 1984, p.11

A fala de Rabelo tenta demonstrar que socialismo e trabalhismo não eram projetos comparáveis, já que se inserem temporalidades distintas na história do Brasil. Para ele, o trabalhismo era o ponto de partida de uma construção de longo prazo que levará ao socialismo. Um não existe sem o outro, são complementares.

O argumento tem como base um respeito à historicidade de cada projeto. O trabalhismo data da década de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência pela primeira vez. O socialismo, por sua vez, tal como propunha o PDT, versa da década de 1980, num contexto de abertura política. São pelo menos 40 anos de distância entre os dois. Partindo dessa premissa, algumas lideranças pedetistas, a exemplo de Francisco Julião, Moema San Tiago e Darcy Ribeiro, tentaram destacar o papel vanguardista ocupado por Vargas e o PTB no contexto daquela época.

Darcy Ribeiro lamenta que os intelectuais brasileiros ainda mantenham uma posição negativa com relação à Getúlio Vargas, que segundo ele, foi quem mais fez pelo povo brasileiro. Ademais, para Ribeiro:

O Partido Trabalhista, apesar de seus defeitos, foi sem sombra de dúvidas, o partido mais avançado que o Brasil já teve. O que podia ser chamado no Brasil 20 anos atrás, de pendor socialista, de socialismo como uma opção a favor do trabalhador e restritiva ao mundo patronal, era o Partido Trabalhista<sup>170</sup>.

Um pouco mais comedido, Francisco Julião apontou que, em que pese o traço populista - entendido aqui como a tentativa ambígua de harmonizar capitalismo e direitos dos trabalhadores - “Vargas foi um papel positivo na história do Brasil dos últimos 30 anos que antecederam o seu suicídio”. Julião destaca os avanços sociais, a legislação trabalhista e chega até mesmo a fazer uma mea-culpa por ter abandonado o governante justamente no momento em que ele estava sendo pressionado pelas forças políticas mais conservadoras do país.

Já Moema San Tiago resgatou do trabalhismo praticado por Vargas sua tradição de lutas populares. Em sua opinião, o getulismo abriu caminho para penetração das ideias socialistas no país, na medida em que tornou os

---

<sup>170</sup> Espaço Democrático, ano 1, n. 16, 1/7 de junho de 1984, p.11

trabalhadores protagonistas da cena política nacional. Nesse sentido, ela falou em uma convergência natural de interesses entre o projeto trabalhista do velho PTB e o socialismo almejado pelo PDT<sup>171</sup>.

Theotônio dos Santos reforçou este argumento a partir de uma perspectiva histórica. Para ele, não há progresso sem raízes, e, portanto, não há socialismo sem valorizar o que se construiu nas décadas anteriores nesse sentido. Santos alertou para a importância de se olhar para Getúlio Vargas como precursor de um projeto político-social de longo curso. Em sua opinião

Não há transformação profunda que não esteja enraizada na história. No Brasil, a Revolução de 30, liderada por Getúlio Vargas, fundou uma nova etapa histórica, onde a classe trabalhadora se identificou com um programa de tipo nacionalismo democrático. Esse programa trouxe programas econômico-sociais profundas para o país, daí porque qualquer movimento social identificado com a classe trabalhadora brasileira, tem que partir desse legado histórico<sup>172</sup>.

Theotônio dos Santos viu no trabalhismo um legado histórico para sua geração. Já Clóvis Brigagão acreditava em uma memória popular consolidada em torno desta tradição, o que facilitaria a transição para o socialismo. No entanto, as tensões internas em torno desses dois projetos sempre existiram e marcaram a trajetória do PDT. Luiz Alfredo Salomão, por exemplo, classificou como “um conflito potencial” as relações entre trabalhistas e socialistas. Para ele, se não houve cisões por conta dessas divergências foi graças à atuação de Leonel Brizola e sua capacidade de atender os dois lados.

Como líder do PDT, Brizola foi a figura mais destacada do processo de renovação do trabalhismo. Sua conduta possibilitou a improvável reunião de valores trabalhistas e socialdemocratas em um mesmo projeto. E para tal, observa-se uma interpretação particular tecida por ele sobre ambos.

Nacionalista, a inclinação de Brizola pelo socialismo ganhou força a partir da ida para Lisboa<sup>173</sup>. Sua proposta até então era retomar o “fio da história”, o trabalhismo praticado e relatado por Vargas na Carta-Testamento. Do getulismo,

<sup>171</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, n.32, 28 de setembro a 4 de outubro de 1984, p.11

<sup>172</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, n.27, 24/30 de agosto de 1984, p.11

<sup>173</sup> MONIZ BANDEIRA, 1979, op. cit., p.195

Brizola tirou algumas das principais lições políticas. Ele via no ex-governante um exemplo de conduta e alinhamento ideológico

De forma mais geral, Leonel Brizola concebia o trabalhismo como a defesa dos valores do trabalho, “a luta contínua para aumentar a participação dos trabalhadores na riqueza social, opondo-se a toda e qualquer forma de exploração do homem pelo homem, de classes sociais por outras classes sociais”<sup>174</sup>.

Por outro lado, o socialismo apresentou-se como uma oportunidade de ocasião para o líder pedetista, que naquela altura buscava respaldo nacional e internacional ao projeto do novo trabalhismo. Apesar de se dispor a refletir sobre o tema, nota-se, ao menos inicialmente, que Brizola possuía pouco conhecimento teórico sobre as ideias socialistas. Neste sentido, há uma razão pragmática por trás da escolha de encapar esta causa: atrair aliados, atualizar o trabalhismo e torná-lo definitivamente um projeto de esquerda.

Brizola foi um dos grandes responsáveis por afastar o PDT das ideias marxistas e, por sua vez, de aproximá-lo da Internacional Socialista. Praticamente todas as discussões sobre o socialismo presentes nos documentos pedetistas passam, de alguma forma, por essa orientação, e muito provavelmente não há qualquer debate que dispensasse o crivo de Brizola.

O líder pedetista se aproximou bastante de Darcy Ribeiro quanto aos ideias nutridos acerca do tema. Para Brizola, o socialismo era um caminho para erradicar a pobreza e atender as necessidades básicas e vitais da população brasileira, privilegiando uma agenda social e as causas dos marginalizados.

Por outro lado, esta posição afastou-se sensivelmente daquela manifestada por outros integrantes quanto aos temas centrais levantados pelo PDT. Esta heterogeneidade provou-se um obstáculo interno de difícil contorno ao partido. Isto porque, por mais que exercesse uma influência aglutinadora, Brizola não conseguiu estabelecer um consenso capaz de estancar as diferenças internas entre os quadros pedetistas.

Obviamente, havia mais concordâncias do que divergências, pois caso contrário seria impossível a formação do PDT. Mas esta pluralidade, tida como fator positivo de agregação de múltiplas correntes, externa também algumas das dificuldades enfrentadas pelos pedetistas para definir uma identidade partidária.

---

<sup>174</sup> Ibidem, p.189

Qual era a cara desse partido que acabara de surgir? O que pensavam os membros fundadores acerca das principais bandeiras? O questionamento carece de uma resposta mais precisa. Não se pode falar em um PDT, mas vários, em disputa latente. Em estágios distintos de concordância e filiação ao trabalhismo. Uma identidade partida.

#### 4.

### **O trabalhismo na encruzilhada: o difícil caminho de inserção na nova ordem democrática**

“Vi um homem chorar porque lhe negam o direito de usar três letras do alfabeto para fins políticos.”

(Carlos Drummond de Andrade)

Organizado para dar continuidade ao legado de Getúlio Vargas, o novo trabalhismo enfrentou enormes dificuldades para se inserir no jogo político da Nova República. O trabalhismo era o representante da tradição, do passado. E o Brasil da década de 1980 ficou marcado justamente pelo contrário. A novidade estava na ordem do dia: uma nova esquerda, novos atores sociais, novas formas de organização política da sociedade civil e, por fim, novas lideranças políticas totalmente descoladas do getulismo.

O trabalhismo foi alvo de desconfianças e resistências. Os militares mantinham uma postura hostil em relação à Brizola e ao velho PTB, associando-os à desordem social do período do governo João Goulart. A esquerda tampouco se mostrou simpática à formação do PDT. Para o MDB, por exemplo, o combate político-partidário à ditadura deveria se concentrar no interior desse partido, tese também endossada pelos comunistas. O PT, por sua vez, manifestou divergências ideológicas com relação ao trabalhismo, contrapondo-se abertamente ao projeto brizolista.

O embate entre o PT e o PDT oferece um exemplo interessante do embate entre o “novo” e o “velho” na nova ordem democrática. Logo, o que significava naquele contexto se apresentar como herdeiro de Getúlio Vargas e quais as consequências dessa escolha?

Internamente, o trabalhismo partiu-se em dois: um liderado por Leonel Brizola, de onde surgiu o PDT, e outro por Ivete Vargas, que era sobrinha de Getúlio, que obteve o direito de utilizar a sigla PTB. O racha deu origem ao PDT, e provocou uma reorientação dos planos iniciais. Sem a sigla histórica, os pedetistas apoiaram-se na popularidade de Brizola, a quem ficaram extremamente dependentes. O desempenho eleitoral do PDT esteve totalmente atrelado à essa liderança ao longo da década. Onde o político ia bem, o partido também ia.

Sendo assim, este capítulo se atém mais ao desempenho político do PDT na década de 1980. O objetivo é levantar questões que possam contribuir para melhor compreensão dos percalços enfrentados pelo novo trabalhismo na redemocratização brasileira.

#### 4.1.

#### A Nova República quer o novo

Quando o Encontro de Lisboa anunciou a refundação do trabalhismo, em julho de 1979, o Brasil atravessava ainda o início do processo de transição “lenta, gradual e segura” para a democracia, anunciada pelo então presidente Ernesto Geisel. Passada a euforia do Milagre Econômico (1969-1973), e em meio à escalada dos movimentos oposicionistas, recaiu sob este presidente e o sucessor, João Baptista Figueiredo, o papel de reconduzir o país à normalidade democrática. A postura refletia às pressões da sociedade pelo fim do autoritarismo, e era algo já estudado pela cúpula militar que, por isso mesmo, passou a estabelecer formas de delinear a dinâmica deste processo<sup>175</sup>.

Após mais de duas décadas de autoritarismo, o Brasil caminhava finalmente para o retorno democrático. Todavia, não de forma rápida. A distensão incluiu momentos de avanços e outros tantos de retrocessos. Apesar do compromisso assumido por Geisel, as prisões, torturas e mortes não cessaram de imediato. O caso mais emblemático nesse sentido é o assassinato do jornalista Vladimir Herzog nos porões do DOI-CODI de São Paulo, em 1975. Menos de um ano depois, a estilista Zuzu Angel, que já havia perdido o filho, Stuart, morreu em um acidente de carro pouco esclarecido. A prática repressiva alcançou também o campus da PUC-SP, a sede do PCdoB, o sindicato dos metalúrgicos, dentre tantos outros que também mereciam ser citados. Todos estes episódios ilustram bem a dinâmica paradoxal da abertura democrática.

---

<sup>175</sup> De acordo com Francisco Carlos Teixeira, “Geisel e Golbery deveriam, no período de 1974 e 1979, organizar a constitucionalização do país, tendo como meta a distensão lenta, gradual e segura. Tratava-se, em verdade, de realizar a volta organizada aos quartéis, enquanto o regime ainda tinha prestígio e alguma força criativa”. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 4ªed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume 4, 2010, p.262.



De acordo com Maria Celina D'Araújo, “podemos caracterizar a abertura como um projeto que se iniciou pelo alto, com importantes passos liberalizantes, mas que logo virou processo, cujo rumo foi determinado por muitas forças”<sup>176</sup>. Complementando o argumento, Maria Paula Araújo defende que:

O período que estamos enfocando - entre 1974 e 1985 - foi, portanto, marcado por este confronto: de um lado, o projeto de “abertura política” do regime (visto pela esquerda como uma estratégia de institucionalização da ditadura). E, de outro, pela atuação das forças de esquerda que buscavam inviabilizar essa institucionalização e alargar o espaço político e as conquistas democráticas<sup>177</sup>.

Para a historiadora, esse contexto marca uma transição tática definitiva da esquerda brasileira em direção ao que ela chama de *lutas democráticas*. O termo contrapõe-se às lutas de resistência da década de 1960, marcadas pela radicalidade e o enfrentamento armado à ditadura. As lutas democráticas refletem uma espécie de esgotamento com relação ao regime militar. Uma nova postura, uma nova geração da esquerda que já não via necessariamente a revolução no horizonte, mas ansiava por democracia. Por este motivo voltaram a ocupar as ruas e se organizar politicamente de modo a pressionar o governo de Geisel e Figueiredo.

De acordo com Maria Paula Araújo, a pauta da democracia unificou pela primeira vez os movimentos de oposição à ditadura. Entre eles, havia, além de métodos, projetos distintos de país. Cada grupo lutava por algo além da derrubada do regime. A diferença é que, a partir de 1975, as divergências foram colocadas em segundo plano. Retomar a democracia era mais urgente, agenda prioritária que merecia unidade.

Corroborando o argumento, Lilia Schwart defende que o caso Herzog representa um ponto de inflexão na redefinição das forças de oposição à ditadura<sup>178</sup>. Não era mais possível se calar diante do horror. A democracia tornou-

<sup>176</sup> D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (Orgs.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 39.

<sup>177</sup> ARAÚJO, M. P. N. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil; v.3), p. 34.

<sup>178</sup> SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M.I. *Brasil: uma biografia*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.471.

se pauta quase que exclusiva e mobilizou personagens de diferentes matrizes da sociedade brasileira. A primeira manifestação pública nesse sentido ocorreu em um culto ecumênico organizado em São Paulo em homenagem a Herzog, que contou com a participação de milhares de pessoas. Para Schwartz, o ato “foi o marco a partir do qual a sociedade recuperou seu acesso ao espaço público e as forças de oposição começaram a formar um arco de alianças para dar combate à ditadura”<sup>179</sup>.

Em resposta a esse contexto de crise, o governo apresentou um esboço da liberalização política prometida. Sob o governo Geisel, o AI-5 foi finalmente extinto, não antes, é claro, de cassar mais mandatos parlamentares e fechar provisoriamente o Congresso. O *habeas corpus* foi restaurado, assim como a liberdade de imprensa, fato que possibilitou a divulgação da famosa foto de Herzog enforcado em uma cela. O presidente também permitiu que o MDB fizesse propaganda política nos meios de comunicação, algo que não acontecia desde o golpe civil-militar. Por outro lado, Geisel foi o responsável pela divulgação do Pacote de Abril, em 1977, que visava retomar as rédeas do processo de distensão política. A medida incluía, além do fechamento do congresso, a eleição indireta para governador e  $\frac{1}{3}$  dos senadores, a ampliação do mandato presidencial de cinco para seis anos, além de medidas para favorecer a ARENA. Coube ao governo Geisel também a autoria da Lei Falcão, que alterou as regras eleitorais de propaganda pouco depois de suavizá-las.

Em resumo, nota-se de forma bastante evidente que a ditadura tinha um plano próprio para abertura política o qual não incluía a participação popular. De acordo com Francisco Carlos Teixeira,

O projeto de abertura, assim elaborado, deveria claramente comportar garantias básicas para o regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se em um tempo longo - seu caráter lento - de mais ou menos dez anos, o que implicaria a escolha ainda segura do sucessor do próprio Geisel e a incorporação a uma nova constituição - que não deveria de maneira

---

<sup>179</sup> Ibidem, p.472.

alguma ser fruto de uma constituinte - das chamadas salvaguardas do regime, as medidas para manter no futuro uma determinada ordem<sup>180</sup>.

A medida contrastava com aquela requerida pela oposição, desejosa de uma abertura imediata e total. Conforme aponta Teixeira, no Brasil, a redemocratização não foi fruto da cooperação entre os militares e a sociedade civil. Ao invés disso, observa-se um jogo de pressões e contrapressões de ambos lados pelo controle do processo de abertura. Uma das vitórias mais significativas da oposição foi a aprovação da Lei de Anistia, em 1979, já durante o governo Figueiredo.

Embora polêmica, por estender o indulto aos responsáveis pelas práticas repressivas, a medida possibilitou que importantes lideranças políticas retornassem ao país. E ao regressarem, nomes como Miguel Arraes, Luis Carlos Prestes, Leonel Brizola, dentre outros, embaralharam novamente o cenário político brasileiro, uma vez que passaram a competir com as outras lideranças que despontaram durante a ditadura militar.

Portanto, quando Brizola retornou ao país, enfrentou a árdua tarefa de recolocar o trabalhismo no centro do jogo político nacional. Desde que partiu para o exílio, em 1964, o projeto trabalhista ficou órfão de alguém que o conduzisse. Com isso, o protagonismo mudou de mãos. Novos atores sociais assumiram a liderança das lutas democráticas.

No âmbito partidário – e parlamentar - o MDB consolidou-se como importante frente de oposição ao regime militar. O partido, criado inicialmente para dar um aspecto de normalidade democrático à ditadura, foi o que mais impôs derrotas ao regime. O MDB reuniu quadros egressos das siglas extintas pelo AI-2: os trabalhistas do PTB, os comunistas do PCB, PC do B e do MR-8, os “chaguistas”, liderados pelo político fluminense Chagas Freitas, antigas lideranças do PSD e até udenistas. Desse grupo, surgiu os “autênticos do MDB”, corrente de esquerda que obteve importantes vitórias neste período.

Desde 1974, o MDB passou a canalizar o descontentamento da sociedade contra o regime, como aponta Maria Paula Araújo. Neste ano, o partido lançou como forma de protesto a candidatura de Ulysses Guimarães à sucessão do

---

<sup>180</sup> SILVA, F. C. T. In FERREIRA; DELGADO, Lucília de Almeida Neves, 2010, op. cit., p.262-263.

presidente Médici. Apesar da derrota evidente, a ação foi bem recebida pela sociedade civil e impulsionou a sigla na condução do movimento oposicionista, sobretudo, no Congresso. Em 1978, o bom resultado nas eleições estaduais forçou a ditadura a antecipar uma reforma partidária que suspendia o AI-2<sup>181</sup>. A medida visava dividir e então enfraquecer a oposição partidária. Com volta do pluripartidarismo, surgiram de imediato cinco siglas: o MDB virou PMDB, a Arena tornou-se PDS, além do PTB, o PDT e o PT.

Base do trabalhismo getulista, o sindicalismo foi outra voz bastante ativa das lutas democráticas da década de 1970. Todavia, o movimento de oposição sindical desse período em nada lembra o corporativismo criado por Getúlio Vargas. O novo sindicalismo forjou-se no chão das fábricas do ABC paulista e apresentou uma nova forma de organização dos trabalhadores. Eles lutavam por uma estrutura sindical “independente do estado, capaz de negociar contratos coletivos diretamente com os empregadores e de se movimentar longe da Justiça do Trabalho”<sup>182</sup>. Ao invés das salas de reuniões, os acordos trabalhistas eram firmados em assembléias realizadas em locais públicos, onde a participação dos operários era estimulada. Liderados pelo metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, os operários deflagraram um ciclo grevista entre 1978 e 1980 por melhorias nas condições de trabalho<sup>183</sup>. O movimento grevista mexeu com as estruturas políticas do país e expôs os limites da abertura política proposta pelo governo Geisel, que não incluía a participação política dos trabalhadores<sup>184</sup>.

Com isso, o novo trabalhismo ficou sem suas duas principais bases de sustentação histórica: a luta partidária estava sob controle do MDB e a sindical, do

---

<sup>181</sup> Além do pluripartidarismo, a Lei Orgânica dos Partidos instituiu novas regras para a criação de partidos políticos, como a adoção do próprio termo partido no nome das siglas, a adesão de ao menos 10% congressistas com mandato ativo e a criação de um número mínimo de diretórios pelo país. Mesmo com a lei, os partidos comunistas foram proibidos com base na Lei de Segurança Nacional.

<sup>182</sup> SCHWARCZ, 2015, op. cit., p. 477.

<sup>183</sup> O ciclo grevista iniciou-se na região do ABC paulista e rapidamente se alastrou por outras cidades do Brasil. O primeiro movimento nesse sentido ocorreu em 1978, com a greve dos operários da fábrica Scania, na cidade São Bernardo do Campo. Na ocasião, cerca de 3 mil trabalhadores cruzaram os braços por melhorias nas condições de trabalho. A ação foi seguida por outros trabalhadores das cidades de Santo André, São Caetano e Diadema, que fazem parte do círculo industrial de São Paulo. Em 1979 e 1980, duas grandes greves organizadas pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo coroou esta nova cara do movimento sindical. Sobre o tema ver RODRIGUES, Irán Jácome (org) *O Novo Sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

<sup>184</sup> Idem.

novo sindicalismo, que havia surgido justamente como forma de se contrapor ao modelo getulista<sup>185</sup>. Os comunistas também tiveram uma atuação destacada no meio sindical limitando ainda mais o espaço de atuação dos trabalhistas<sup>186</sup>. Na opinião de José Talarico:

O movimento sindical ficou muito diversificado em face da existência de tantos partidos, todos procurando obter o seu apoio. Com isso, muitas lideranças sindicais permaneceram no PMDB, outras aderiram ao PT e, evidentemente, algumas foram para o PDT. Mas não tão expressivas como foram no passado, nem com a mesma força e número de quando compunham o PTB<sup>187</sup>.

Do bojo do combate à ditadura surgiram também novas formas de atuação da sociedade civil. Maria Paula Araújo destacou a participação do movimento estudantil, dos movimentos de bairros e favelas, das associações de moradores e dos movimentos de minorias. Partindo das periferias das grandes cidades, esses movimentos contavam também com o apoio e a estrutura das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS).

Formadas em 1970, as CEBS constituíam um núcleo de assistência popular da Igreja Católica e se notabilizaram pelo importante trabalho das pastorais. Suas origens remontam a difusão das ideias da Teologia da Libertação pela América Latina, voltada à construção da consciência crítica da população, e ao Concílio do Vaticano II, de 1962<sup>188</sup>. No Brasil, as CEBS atuaram no campo, contribuindo na luta pela reforma agrária, e nas cidades, realizando trabalhos especialmente com as camadas mais pobres da sociedade. Durante a ditadura militar, a Igreja reforçou seu papel social e mergulhou na luta política contra as violações de direitos humanos. Além das CEBS, a instituição criou outras frentes

<sup>185</sup> De acordo com Marcelo Badaró Mattos, a luta sindical do final da década de 1970 estava dividida entre o novo sindicalismo e a Unidade Sindical, formada pelos comunistas do MR-8, PCdoB, PCB em sua maioria. Do novo sindicalismo surgiu a CUT e o PT, que se tornaram, respectivamente, a maior central sindical e um dos maiores partidos políticos do país. Da unidade Sindical, a Conclat, que foi perdendo força ao longo da década de 1980. Para ver o debate sobre os movimentos sindicais da década de 1970 e 1980, ver: MATTOS, M.B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão popular, 2009, p.117-152.

<sup>186</sup> FREIRE, Américo. O fio da História: Leonel Brizola e a renovação da tradição trabalhista no Brasil contemporâneo (1980-1990). In FREIRE; FERREIRA, 2016, op. cit., p. 186.

<sup>187</sup> FREIRE, 1998, op. cit. p.326.

<sup>188</sup> Sobre o tema, ver: LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

de mobilização como a Ação Popular, a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil Católica (JEC) e, por fim, a Juventude Operária Católica (JOC). Nomes como D. Paulo Evaristo Arns, D. José Maria Pires e D. Helder Câmara foram decisivos no combate à repressão<sup>189</sup>.

Contemplados pela Igreja, os setores marginalizados tampouco se aproximaram do novo trabalhismo. Muitos deles se tornaram eleitores do PT e outros dos partidos mais fortes do país - o MDB e o PDS. Só no Rio de Janeiro, os trabalhistas mantiveram poder de atração significativo sobre esses setores, graças à figura de Leonel Brizola. Ainda assim, foram poucos os petetistas que admitiram a perda de influência política neste período.

José Maria Rabelo argumentou que o déficit enfrentado pelos trabalhistas no início da década de 1980 era fruto exclusivo das ações repressivas da ditadura que recaíram, sobretudo, sobre o velho PTB.<sup>190</sup> Essa ideia também foi corroborada por Leonel Brizola e outros líderes do partido, que alegavam a permanência do trabalhismo, vivo e forte, durante o regime militar.

No entanto, é fato inegável que a ditadura desferiu um duro golpe ao projeto trabalhista<sup>191</sup>. O PTB foi o partido com mais parlamentares cassados pelo AI-1, 32, no total. Além disso, como já mencionado nos capítulos anteriores, a sua principal liderança, João Goulart, e seu sucessor natural, Leonel Brizola, foram obrigados a deixar o país. Jango morreu no exílio, em 1976, e Brizola retornou com a estrutura de combate à ditadura já consolidada. Sem eles, o trabalhismo foi relegado ao ocaso.

Após a aprovação do AI-2, os petebistas passaram a integrar as fileiras do MDB, assumindo posição periférica. Brizola chegou a dizer que as práticas mais radicais desse partido eram fruto de ações dos trabalhistas, o que embora fosse possível, não era visível<sup>192</sup>. Quando se revisita o papel do MDB na ditadura, fala-se em Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Franco Montoro, Mário Covas e outros. Não há nenhum trabalhista com papel de destaque.

---

<sup>189</sup> Sobre o papel da Igreja Católica na ditadura, ver: Moreira Alves, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

<sup>190</sup> *Espaço Democrático*, ano.1, n.7, 16/22 de março de 1984, p.11.

<sup>191</sup> Ver capítulo 1.

<sup>192</sup> MONIZ BANDEIRA, 1979, op. cit., p. 184-185.

Para além da opção partidária, os trabalhistas também encontraram as portas fechadas em outras frentes de atuação como nos movimentos sociais e sindicais. As CEBs, por exemplo, que atuavam em um nicho semelhante ao do brizolismo - as camadas mais pobres - tampouco aproximaram-se do PDT. De acordo com João Trajano Sento-Sé,

Revelavam-se reticentes quanto ao modelo de organização do antigo trabalhista e inclinavam-se pela organização de um partido fundado no trabalho junto às bases, em parceria e consonância com os grupos ligados ao novo movimento sindical<sup>193</sup>.

A proposta trabalhista, inclusive, foi alvo de críticas dessa nova esquerda que despontou durante o regime militar, conforme demonstra a historiadora Michelle Reis de Macedo em sua tese de doutorado. Partidos como o PCdoB, PCB, além de trotskistas e o recém criado Partido dos Trabalhadores eram unânimes em condenar o retorno ao passado getulista representado por Brizola. O jornal *O Tempo*, por exemplo, então controlado por trotskistas da Libelu, previa de forma cabal “o fiasco do PTB, como descrito em um texto de opinião. Especulava-se que:

Na realidade o projeto de Brizola de ressuscitar o trabalhismo e a socialdemocracia só pode provocar a hostilidade nos meios operários mais ativos. O pai do trabalhismo, Getúlio Vargas (a grande ‘devoção’ de Brizola) é visto pelos operários como o criador da legislação sindical fascista, e a socialdemocracia, por sua vez, não goza de melhores simpatias. É considerada nos meios sindicais mais politizados num sentido classista como instrumento dos capitais monopolistas europeus<sup>194</sup>.

Além do caráter fascista da CLT, os trotskistas acusavam até mesmo a adoção da socialdemocracia, considerada um modelo europeu de promoção do capital financeiro. O caráter elitista é estendido à Vargas em outra matéria, sobre o qual se discute também a posição paternalista de seu governo:

<sup>193</sup> SENTO-SÉ, 1999, op. cit. p.93.

<sup>194</sup> *Em Tempo*, São Paulo, 20 de dezembro de 1979 a 10 de janeiro de 1980, nº 94, p. 15 apud MACEDO, 2012.

É preciso lembrar –de novo! –que o PTB foi criado por Getúlio com o concurso de empresários, usineiros, altos funcionários do Estado e dirigentes sindicais que haviam ganho essa posição depois que o mesmo Getúlio reprimira duramente as lideranças autênticas dos antigos sindicatos e impusera essa estrutura sindical parafascista que ficou até hoje. [...] o PTB enquanto partido, e Getúlio enquanto seu chefe, foram expressão do paternalismo sobre a classe operária<sup>195</sup>.

Críticas semelhantes estavam presentes na fala do líder petista Luiz Inácio Lula da Silva no início da década de 1980. Para Lula, o PT - naquele momento ainda em fase de criação - era o representante legítimo dos trabalhadores brasileiros por se desgarrar das amarras autoritárias do corporativismo sindical getulista. Com base no novo sindicalismo, Lula defendia a liberdade de organização e a autonomia dos trabalhadores perante o Estado e a Justiça do Trabalho, algo que o PTB de Vargas jamais teria permitido. Nesse sentido, para ele:

Há uma grande diferença entre os dois partidos. Enquanto que o PTB é um partido criado para a classe trabalhadora, o PT é resultado da luta dessa classe. Então não existe nenhuma afinidade. A proposta mais avançada do PTB é a reformulação da CLT, que é a proposta menos avançada do PT. Eu acho que não basta usar a sigla PTB para se dizer representante dos trabalhadores. Inclusive porque esse partido e sua proposta nasceram de um ditador<sup>196</sup>.

As disputas envolvendo o PT e o PDT, bem como Lula e Brizola, dominaram o cenário político da década de 1980 entre a esquerda. Além dos petistas, o PCdoB também apresentou ressalvas quanto ao trabalhismo. Conforme demonstra Michelle Macedo, os comunistas concebiam o trabalhismo como um representante legítimo da burguesia brasileira responsável pela manipulação dos trabalhadores em prol dos seus interesses de classe.

---

<sup>195</sup> *Em Tempo*, São Paulo, 26 de abril a 2 de maio de 1979, nº 61, p.4. apud MACEDO, 2012, op. cit. p.78.

<sup>196</sup> Partido dos Trabalhadores. *Luís Inácio Lula da Silva: entrevistas e discursos*. 2ªed. Guarulhos: Editora O repórter de Guarulhos, 1980, p. 254.



Aquilo que a habilidade do populismo varguista lhe ocultara, isto é, que a estrutura sindical vigente era instrumento a serviço do capital e não dos trabalhadores, a ditadura militar se encarregou de mostrar-lhe à sociedade. [...] Expressão do capital monopolista e de seus aliados, sua função foi viabilizar a intensificação da exploração da força de trabalho e a rápida acumulação capitalista<sup>197</sup>.

Além disso, os comunistas julgavam como pernicioso a criação de um outro partido naquele contexto, já que poderia dividir e assim enfraquecer a oposição à ditadura militar. Quanto a isto, o partido concordava com o PCB, seu desafeto interno<sup>198</sup>. Tal como exposto por Maria Paula Araújo, o PCdoB foi uma das organizações de esquerda que abandonou a tática da luta armada e passou a integrar a construção de uma frente democrática de oposição, encabeçada aquela altura pelo MDB<sup>199</sup>.

Não é por acaso, portanto, que Trajano Ribeiro e Clóvis Brigagão relataram que vários emedebistas foram ao encontro de Brizola durante o exílio em Lisboa tentar convencê-lo de se filiar ao partido assim que retornasse ao Brasil. É possível que o MDB temesse o peso político de Brizola, que, no entanto, nunca manifestou qualquer interesse que não fosse a retomada do PTB. Em artigo publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em 1978, por exemplo, Tancredo Neves manifestou ceticismo quanto à reconstrução do PTB e acreditava que Brizola migraria inevitavelmente para o MDB após a anistia política<sup>200</sup>. Para ele, “a hora é eminentemente política, de organizar democraticamente a nação, dando-lhe uma ordem constitucional rigorosa. A criação de partidos ideológicos só servirá para agravar a luta pela restauração da legalidade democrática”. Esse era, em linhas gerais, o cerne do argumento partilhado por emedebistas e comunistas tanto do PCB quanto do PCdoB.

<sup>197</sup> *Movimento*, São Paulo, 9 a 15 de abril de 1979, p. 10 apud MACEDO, 2012, op. cit., p.114.

<sup>198</sup> O PCdoB foi criado em 1962 como fruto da cisão de alguns militantes com o Partido Comunista Brasileiro. O ato relaciona-se diretamente com a divulgação do relatório Krushev, responsável por denunciar as práticas autoritárias do governo de Josef Stalin. O PCB se colocou ao lado de Krushev, enquanto o PCdoB nasceu defendendo o legado stalinista. Internamente, durante a ditadura, o PCB optou por uma postura reformista, enquanto o PCdoB se lançou à luta armada, cujo caso mais emblemático é a Guerrilha do Araguaia.

<sup>199</sup> ARAUJO, 2007, op. cit..

<sup>200</sup> *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, n. 42656, 7 de dezembro de 1978, p.7.

Sobre o trabalhismo recaíram ainda outras tantas críticas, conforme apontou o trabalho de Michelle Macedo. Com base no texto dessa autora e nos argumentos mobilizados ao longo da seção, é possível afirmar que o novo trabalhismo surgiu em um contexto de total adversidade política. Um ano após o Encontro de Lisboa, o projeto trabalhista encampado por Brizola não nutria a simpatia da esquerda, não detinha o controle de suas frentes históricas e logo nos primeiros meses de 1980 ficou órfão da sigla PTB.

## 4.2

### A disputa pelo legado getulista e a criação do PDT

Apesar do cenário exposto, ainda assim o trabalhismo foi alvo de disputas políticas envolvendo os grupos liderados por Ivete Vargas e Leonel Brizola. Na contramão do que anunciava os novos tempos, para alguns, a inspiração deveria vir do passado, do getulismo. Nenhum outro partido contemporâneo ao velho PTB foi alvo de esforços de retomada desta natureza.

A UDN, por exemplo, que era a principal adversária do getulismo, caiu em ostracismo absoluto após a morte de Carlos Lacerda<sup>201</sup>. O mesmo ocorreu com o PSP, de Adhemar de Barros. Já o PSD, que era a maior bancada da câmara e do senado no momento do golpe, e que incluía entre seus filiados os ex-presidentes Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek só manteve o nome. Em 1987, o então ministro de Minas e Energia do governo de João Baptista Figueiredo, César Cals recriou a legenda, mas sem base política e êxitos eleitorais, o partido acabou incorporando-se ao PTB em 2003. Em 2011, outro PSD seria criado, mas sem nenhum laço com o de 1945<sup>202</sup>. Nesse sentido, ele difere do PSB, refundado em 1985, e possivelmente a única exceção desses citados, por manter as bandeiras e quadros tradicionais. Isso porque os comunistas do PCB e do PCdoB se enquadram em outra realidade, sem grandes cortes por conta da ditadura, já que o

---

<sup>201</sup>A maioria dos udenistas migraram para a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), compondo a base dos governos militares até a redemocratização. Só no ano passado, em 2019, é que se cogitou recriar a sigla, mas ainda sem nenhum avanço efetivo. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/com-mencoes-a-lacerda-nova-udn-faz-lo-encontro-e-busca-pessoas-de-bem.shtml>, acesso em 25 de novembro de 2019.

<sup>202</sup>O PSD foi criado em 2011 pelo então prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto Kassab, após divergências com a direção do Democratas, partido ao qual este era filiado. A escolha da sigla tinha como objetivo homenagear o ex-presidente JK.

partido acostumou-se historicamente a conviver com perseguições e proibições, sendo este apenas mais um caso, embora o mais duro, evidentemente<sup>203</sup>. Então por que o trabalhismo mobilizou tantos esforços? E por que gerou uma disputa aberta sobre quem teria o direito de dar prosseguimento ao velho PTB?

Uma das respostas possíveis e naturais remete imediatamente à Getúlio Vargas. O trabalhismo nasceu pelas suas mãos, e ao menos até 1954 ambos eram praticamente indissociáveis. Era um projeto de retomada do fio da história, como já demonstrado no primeiro capítulo.

Por esta razão, se por um lado, a crença ideológica no projeto trabalhista, manifestada, sobretudo pelos brizolistas, é outro fator relevante para retomada deste projeto. Por outro lado, não se deve desconsiderar o interesse político-eleitoral por trás dessa decisão. Apesar do contexto adverso relatado, é inegável que o trabalhismo ainda detinha um prestígio popular relevante sobre o qual ambas as lideranças que o disputavam almejavam desfrutar. E independentemente de o fato dessa premissa ter se confirmado ou não posteriormente, parece indiscutível que ela está na raiz das motivações que culminaram no litígio judicial pelo controle do PTB. Conforme defende João Trajano Sento-Sé:

É evidente que muitos dos símbolos mobilizados, além de revelarem convicções, projetos e pertencimentos, têm um caráter estratégico. Dizem respeito às formas de veicular publicamente um conjunto de ideias, de forma a produzir adesão mediante, entre outras formas, o voto. Toda a movimentação em torno da criação do PDT e de sua vinculação à tradição trabalhista é indissociável de um programa voltado para a conquista do poder<sup>204</sup>.

Caso tivesse obtido a posse do PTB, Brizola teria um duplo capital político a ser explorado - o seu e do trabalhismo. Mesmo no exílio, o herdeiro de Getúlio Vargas manteve a sua popularidade alta tanto entre a classe política quanto entre os populares, como demonstram os relatos de Trajano Ribeiro e Clóvis Brigagão. Até mesmo a esquerda que se colocou contra o trabalhismo via com bons olhos a

<sup>203</sup>Sobre a história do PCB, ver: PANDOLFI, D. C. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1995.

<sup>204</sup>SENTO-SÉ. Um encontro em Lisboa. O novo trabalhismo do PDT. In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*, op. cit., p.443-44.

trajetória de Leonel Brizola. Essa foi a razão pela qual muitos militantes se filiaram ao PDT. Enquanto o trabalhismo era associado ao Estado Novo e às práticas retrógradas de Vargas, sobre Brizola nutria-se ainda uma memória em torno de seu papel combativo na década de 1960. Por outro lado, se isso agradava a alguns, outros viam com grande temor a possibilidade de Brizola agarrar a liderança do PTB.

O político ainda era um fantasma para o regime militar, que, por isso mesmo, tentou coibir suas atividades políticas no exílio e quase impediu sua volta ao Brasil mesmo com a aprovação da Lei de Anistia. Hoje, após divulgação dos documentos oficiais daquele ano, sabe-se que o nome de Brizola foi retirado da lista de impedidos de entrar no país minutos antes da chegada ao aeroporto de Foz de Iguaçu. A decisão gerou, evidentemente, enormes tensões, conforme expresso no depoimento de Trajano Ribeiro:

Seria necessário passar pelo posto da Polícia Federal a fim de receber o visto de entrada nos passaportes. Os agentes federais pegaram os passaportes e minutos depois informaram que eles teriam de esperar, pois foram obrigados a se comunicar com as autoridades em Brasília, com a Polícia Federal (e certamente com o SNI). Foram obrigados a confirmar se Brizola e os demais brasileiros teriam permissão para entrar no país. E haja espera em Brasília... Até que o general Mato Machado decidiu por conta e risco próprios, liberar a comitiva de Brizola<sup>205</sup>.

A permissão de entrada marcou o fim do mais longo exílio de um político brasileiro na história. Brizola foi recebido por uma multidão de simpatizantes em Foz do Iguaçu, partindo logo em seguida para São Borja, berço do trabalhismo, no dia 7 de setembro - data de comemoração de independência do Brasil. Brigagão revelou que a escolha da data e do local de chegada foram pensadas meticulosamente pelo líder trabalhista a fim de conferir um simbolismo ao retorno ao país<sup>206</sup>. A volta de Brizola pela porteira da história, como ele se referia à cidade do interior gaúcho, demarca, como já dito no primeiro capítulo, um desejo de dar prosseguimento ao legado de Getúlio Vargas, já que ali encontrava-se enterrado o

<sup>205</sup>RIBEIRO, T; BRIGAGÃO, C., 2015, op. cit., p.187.

<sup>206</sup>Ibidem, p.182.

ex-presidente. Mas também, pela data, levanta a ideia de que a reconstrução do trabalhismo implicaria em uma espécie de segunda independência do Brasil, dessa vez do autoritarismo.

Em solo brasileiro, a ditadura impôs novos obstáculos à Brizola. Apesar dos esforços para reorganizar o trabalhismo, o político não teria direito à sigla PTB, concedida à Ivete Vargas pelo TSE. Legalmente, a justiça considerou que a sobrinha de Getúlio foi a primeira a protocolar o pedido de criação da sigla, fato que é questionado por João Trajano Sento-Sé. De acordo com o autor, os dois pedidos iniciais, o primeiro feito por Ivete Vargas e o outro por Brizola, foram indeferidos pelo TSE em 1979 por não cumprirem com todas as obrigações. Em fevereiro do ano seguinte, o grupo de Brizola registrou o pedido cerca de 30 minutos antes do que o de Ivete Vargas, o que, teoricamente, justificaria a escolha em seu favor<sup>207</sup>. Já Trajano Ribeiro, Cibilis Viana e outros militantes brizolistas admitiram que existiram falhas no pedido apresentado por este grupo à justiça. Viana atesta que houve:

Um cochilo do nosso pessoal. Esta é a verdade! O pessoal que foi levar o pedido de registro madrugou, chegou antes do pessoal da Ivete e colocou o registro no TSE; mas esqueceu de publicar os atos constitutivos do partido no Diário Oficial. Alertada por seus advogados – inclusive pelo guarda civil da ditadura: o Golbery –, a Ivete correu, fez o registro, publicou no Diário Oficial e ganhou o registro. Quando houve o exame desses pedidos, pelo TSE, claro que ele decidiram pela Ivete através de uma preliminar: consideraram que a ‘precedência’ era a publicação no Diário Oficial.<sup>208</sup>

Por sua vez, é praticamente consenso entre os pedetistas que a ditadura interveio na decisão do TSE que concedeu a sigla para Ivete Vargas. Apesar da ausência de provas robustas, especula-se que a tarefa coube ao general Golbery do Couto e Silva, então ministro chefe da Casa Civil do governo Figueiredo, e com quem Ivete Vargas mantinha longa amizade.

---

<sup>207</sup> SENTO-SÉ, 1999, op. cit., p.94.

<sup>208</sup> Depoimento colhido por Fernando Britto e cedido gentilmente por Apio Gomes para esta dissertação.

Para José Talarico, é fato inconteste que a ditadura manipulou o processo judicial de criação do novo PTB para evitar a vitória de Brizola<sup>209</sup>. Ele revelou também que meses antes da decisão tentou-se costurar um acordo entre as duas lideranças trabalhistas. No entanto, não obteve sucesso, uma vez que esbarrava em questões pessoais e políticas. Ivete Vargas queria compor seu próprio partido e, em caso de ter que dividi-lo com Brizola, queria liderá-lo, fato jamais aceito por ele. Além disso, havia divergências ideológicas entre os dois. Enquanto Ivete representava a ala paulista do trabalhismo e tinha uma trajetória conservadora, Brizola era o inverso. Trajano Ribeiro conta, por exemplo, que Ivete recebeu muito mal a notícia de que os brizolistas queriam introduzir a pauta do socialismo, acusando-os de deturpar o legado de seu tio. Para José Talarico, o projeto de Ivete Vargas estava em sintonia com o da ditadura e por isso ela

Teve amparo não apenas do general Golbery, como do diretor-geral da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, Costa Manso, que foi quem preparou todos os documentos e elaborou o processo para o registro do PTB. Contou ainda com o apoio de Francisco Dornelles, então chefe da Receita Federal, interessado em não favorecer Brizola. Além de contribuir para a elaboração do projeto, ele proporcionou ajuda na constituição dos direitos estaduais. Foi um grande colaborador do PTB da Ivete<sup>210</sup>.

Para Leonel Brizola, a decisão cumpria o objetivo da ditadura quanto ao futuro do PTB. Ao invés de proibi-lo, sob o risco de mantê-lo vivo, sepultaram o partido pelas suas próprias mãos. Conforme em nota publicada após a divulgação do resultado, Brizola afirmou que “o objetivo dessa trama é impedir a formação de um grande partido popular e converter o PTB em instrumento de engodo para a classe trabalhadora, de defesa dos interesses dos patrões exploradores.<sup>211</sup>”, como de fato ocorreu. Sob o controle de Ivete Vargas, o PTB assumiu conotações fisiologistas, conciliatórias e totalmente descoladas do projeto defendido por Brizola. No início da década de 1980, o partido chegou até mesmo a se aproximar

---

<sup>209</sup> FREIRE, A. *José Talarico: Conversando sobre política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p.322.

<sup>210</sup> Idem, p.320-21.

<sup>211</sup> RIBEIRO, T; BRIGAGÃO, C., 2015, op. cit. p. 222.

do governo do general Figueiredo. Atualmente, a legenda possui um papel periférico no cenário político nacional.

A nota cujo trecho foi citado acima insere-se num quadro cercado de dramaticidade que inclui uma passeata até o busto de Getúlio Vargas no centro do Rio de Janeiro e o famigerado ato simbólico realizado na janela do último andar do Hotel Ambassador, quando Leonel Brizola, emocionado e diante das câmeras, rasgou um papel que continha escrito a sigla PTB. A ação, que inspirou até poesia, escrita por Carlos Drummond de Andrade, fecha um ciclo iniciado ainda em Lisboa<sup>212</sup>.

Uma semana depois da derrota judicial, Brizola e seus aliados anunciavam a criação do Partido Trabalhista Democrático, que manteve os mesmos princípios elencados pela Carta de Lisboa, com o acréscimo de uma rosa vermelha, símbolo da socialdemocracia europeia, estampada na bandeira do partido. E desde o início nota-se outros problemas internos, neste caso de ordem estrutural.

Após tantos esforços mobilizados para reorganizar o PTB, o recomeço em uma nova sigla foi marcado por enormes dificuldades. Faltava recursos, militantes e diretórios capazes de impulsionar o partido. José Colagrossi classificou como uma aventura o trabalho de mobilização em prol do PDT pelo estado do Rio de Janeiro. Ele contou que cada militante ia de cidade em cidade, de porta em porta, tentando resgatar a memória em torno do trabalhismo e de Brizola, pois era o que dava pra fazer naquele momento<sup>213</sup>.

De acordo com José Maria Rabelo, pesou contra o PDT a falta de uma estrutura administrativa:

A nossa estrutura administrativa é insuficiente, basta ver essa coisa terrível que é a nossa terrível sede na rua Sete de Setembro, onde funciona a direção nacional e estadual, no Rio de Janeiro, sede inteiramente inadequada para servir como quartel geral do nosso partido. Não dispomos de imprensa, nem de uma política de formação de quadros permanentes. Também não temos uma comissão ética para ajuizar e disciplinar o comportamento dos militantes<sup>214</sup>.

<sup>212</sup> O poema foi publicado originalmente na edição do *Jornal do Brasil*, de 15 de maio de 1980, e está disponível também no site e acervo do PDT, onde foi consultado.

<sup>213</sup> SENTO-SÉ, 1999, op. cit. p.98.

<sup>214</sup> *Espaço democrático*, ano 1, n.7, 16/24 de março de 1984, p.11.

Rabelo trata também da questão dos recursos escassos, que se mostrou um problema incontornável nos primeiros anos do partido. Falta de verba para panfletagens, para montar diretórios e até mesmo para campanhas eleitorais, inclusive a de Brizola em 1982. Já para Rosa Cardoso, então secretária-geral do Instituto Alberto Pasqualini, em 1984, o PDT deve seus problemas iniciais à indefinição identitária, fruto, sobretudo, da pluralidade excessiva de seus quadros<sup>215</sup>. Em sua opinião, cada tendência interna do partido tentou impor sua agenda específica, sem nunca terem chegado a um consenso de fato quanto a um programa, a definição da sigla e tampouco à atuação diante das questões nacionais.

Para Mateus Schmidt, apesar dos obstáculos, o PDT começou a se expandir no Rio de Janeiro a partir da eleição de Brizola para governador do estado. Por isso, alguns militantes do partido, a exemplo de Lamartine Távora e José Talarico atrelavam o virtual crescimento do partido à conquista da presidência do Brasil, com Brizola. Talarico afirmou que muitos estados da federação tiveram dificuldades para montar uma estrutura partidária devido à ausência de lideranças com capacidade de atração como no Rio de Janeiro<sup>216</sup>. E a literatura clássica já discutiu exaustivamente a capacidade que a eleição tem de impulsionar filiações e a propaganda política do partido ao qual o candidato vitorioso está atrelado<sup>217</sup>.

As dificuldades percebidas levaram o PDT a criar uma coluna no jornal *Espaço Democrático* intitulada “Debatendo o PDT”<sup>218</sup> para tratar do assunto. A publicação remonta ao ano de 1984, quatro anos após a criação da sigla e quando já se parecia indiscutível a existência de problemas internos preocupantes. Além de Talarico, José Rabelo e Rosa Cardoso, outros militantes foram convidados à manifestar suas opiniões sobre o tema. E foram muitas as causas apontadas: houve quem atreloasse o baixo crescimento à força do MDB e o caráter plebiscitário das eleições de 1982 e 1986, que conferiram vitórias robustas a este partido. Outros, à

---

<sup>215</sup> *Espaço democrático*, ano 1, n.4 24 de fevereiro a 1 de março de 1984, p.11.

<sup>216</sup> *Espaço democrático*, ano 1, n.13, 11/17 de maio de 1984, p.11.

<sup>217</sup> Ver SPECK, B. W. 2013. op. cit..

<sup>218</sup> A coluna “Debatendo o PDT” perdurou até a edição de nº15, quando passou a se chamar “Que socialismo é esse?”. A mudança parte de um pressuposto presente na própria publicação de que o debate em torno dos problemas do partido já havia se estendido demais.



legislação autoritária que barrou a filiação de políticos com mandato ao PDT. E aqueles, como, João Bosco Vidal, do PDT do Paraná, que defendiam que seria impossível o PDT ser forte já em 1984, dado o esforço necessário para criar dois partidos - o PTB e depois da decisão do TSE, o PDT - em um curto espaço de pouco mais de um ano<sup>219</sup>.

Para a maioria, entretanto, o PDT dependia diretamente das ações de Brizola. Se faltava penetração entre a esquerda, por exemplo, é porque “o Brizola não conhece sindicatos, grupos de esquerda, intelectuais. Ele circula melhor nos setores menos organizados”, como defendeu Theotônio dos Santos<sup>220</sup>. Se faltava diretórios nos estados do Nordeste, é porque o Brizola não era forte na região, fato que levou, inclusive, muita gente a se candidatar pelo Rio de Janeiro em 1982, a exemplo de Francisco Julião<sup>221</sup>. A ideia de que o PDT era em último caso uma extensão da liderança de Leonel Brizola demarca uma mudança importante nos rumos do novo trabalhismo.

Para alguns pesquisadores da história do partido, dentre os quais João Trajano Sento Sé e Ronaldo Vainfas, a perda do PTB representa um primeiro ponto de inflexão na trajetória do PDT, do novo trabalhismo e também de Brizola. Sem a sigla histórica, perdia-se boa parte do capital simbólico que havia mobilizado a reconstrução do trabalhismo. E, portanto, conforme defende Sento-Sé, é neste momento que o novo trabalhismo se tornou muito mais um brizolismo.

#### **4.3. Trabalhismo ou brizolismo?**

Apesar de contar com membros reconhecidos e de larga trajetória no campo progressista do país, politicamente o partido dependia excessivamente da liderança de Brizola. Isso fica evidente em duas falas bastante fortes proferidas por Trajano Ribeiro. Na primeira delas, ele destaca as incertezas posteriores à perda da sigla PTB e a força desproporcional assumida por Brizola no PDT.

---

<sup>219</sup> *Espaço democrático*, ano 1, n.14, 18/25 de maio de 1984, p.11.

<sup>220</sup> SENTO-SÉ, 1999, op. cit., p.276.

<sup>221</sup> *Espaço democrático*, ano 1, n.13, 11/17 de maio de 1984, p.11.

O PTB era uma sigla avassaladora nas mãos de Brizola. Avassaladora porque tinha a capacidade de aglutinar as pessoas em torno dele. Era muito mais difícil para uma pessoa que tinha sido do PTB a vida toda dizer que não era mais do partido. Com o PDT as coisas mudavam. O PTB vinha com as pessoas e com toda a carga histórica que possuía. Tinha um poder de fogo terrível. Sem ele, as pessoas tomavam outro rumo, até pela incerteza sobre aconteceria. Brizola com o PTB era uma coisa. Brizola com outro partido era outra coisa. Brizola com o PTB era ele e o partido, que tinha seu peso específico. Agora, Brizola com outro partido tornava tudo diferente. Ele era mais importante do que o partido<sup>222</sup>.

No segundo depoimento, Trajano Ribeiro justifica este desequilíbrio criado entre a figura de Leonel Brizola e o PDT. O pedetista não negou que houvesse uma dependência em relação ao político, e até à estimulou, pois foi graças a ela que se pode construir um partido do zero.

Então, nós estamos, agora, sem os parlamentares, com o PDT e sem o PTB, que era a grande bandeira. Mas...Tínhamos o Brizola! Para chegar à casa de uma pessoa e propor que ela se filiasse ao Partido, ou você falava no PTB ou falava em uma das figuras: no Getúlio, no Jango ou no Brizola. Nós tínhamos o Brizola. Então, isto foi o que viabilizou o PDT: a presença do Brizola. Se não tivesse o Brizola, talvez só com a sigla do PTB se conseguisse reconstituir um partido. Mas sem a sigla do PTB e sem o Brizola dificilmente nós conseguiríamos, porque nenhum dos líderes remanescentes, e não foram poucos, no PTB. [...] não tinham condições de construir um partido em cima do nome de nenhum deles. Quem viabilizou o PDT, como uma sigla possível, para herdar a herança de base do trabalhismo foi o Brizola. E – Graças a Deus!<sup>223</sup>.

A figura de Brizola como líder máximo do PDT é dotada do velho traço personalista que marcou também a trajetória política de Getúlio Vargas, e sobre o qual recaia mais críticas sobre o novo trabalhismo. Para a oposição, este perfil

<sup>222</sup> Depoimento colhido por João Trajano Sento-Sé e cedido para esta dissertação. SENTO-SÉ, 1999, op. cit. p.97.

<sup>223</sup> Depoimento colhido por Fernando Britto e cedido gentilmente à esta dissertação.

caudilhista de Leonel Brizola era incompatível com o momento de remontagem e fortalecimento das bases democráticas nacionais. Novamente, Brizola e o PDT representavam o velho, vícios políticos do passado que deveriam ser sepultados. Ainda assim, à exemplo de Trajano Ribeiro, outros pedetistas interpretavam a hipertrofia do poder de Brizola no partido como natural. “É inevitável que um partido que tem Brizola funcione segundo sua direção”, apontou Neiva Moreira<sup>224</sup>.

Para José Maria Rabelo, o brizolismo era muito mais forte do que o PDT, o que supostamente impedia a formação de lideranças capazes de substituí-lo. Por outro lado, isto possibilitava que o partido penetrasse em áreas que dificilmente conseguiria sem a figura de Brizola. Rabelo chega, inclusive, a sugerir que o PDT explorasse mais essa vinculação mudando a sigla provisoriamente para PDT-Brizola<sup>225</sup>. Parece exagerado, mas outros militantes ressaltaram a necessidade de se apropriar mais do capital simbólico do brizolismo. Mateus Schmidt, por exemplo, associou diretamente o crescimento do PDT ao fortalecimento da liderança de Leonel Brizola em âmbito nacional. Sobre o perfil do líder, Schmidt acreditava que ele não era personalista, apenas sabe se impor e administrar de maneira firme para conseguir as mudanças que deseja<sup>226</sup>.

Para Lamartine Távora, do PDT de Pernambuco, a ausência de um Brizola no estado dificultou o crescimento do partido. Távora classifica o líder pedetista como a solução que falta ao PDT em Pernambuco, enquanto Rosa Cardoso, do PDT fluminense, trata-o como uma solução-problema<sup>227</sup>. Isto porque, para ela, o partido ficava restrito ao controle dos círculos mais próximos do então governador do RJ. Além disso, quem “convive com a sua presença muito forte no Rio de Janeiro, [observa] uma grande dependência do partido, uma incapacidade de arriscar iniciativas sem sua benção”<sup>228</sup>.

De fato, a definição de Rosa Cardoso sintetiza bem o papel de Leonel Brizola no PDT. Ele é uma solução, por conta da liderança, popularidade e o capital político que concentrava, mas também um problema, na medida em que

---

<sup>224</sup> SENTO-SÉ, 1999, op. cit., p.199.

<sup>225</sup> *Espaço democrático*, ano 1, n.7, 16/24 de março de 1984, p.11.

<sup>226</sup> *Espaço democrático*, ano 1, n.8, 30 de março a 5 de abril de 1984, p.11.

<sup>227</sup> *Espaço democrático*, ano 1, n.4, 24 de fevereiro a 1 de março de 1984, p.11.

<sup>228</sup> Idem.

tornou o PDT dependente de suas ações. Mas foram poucos os que trataram do tema por essa perspectiva. Por um motivo até óbvio, há muito mais expectativas do que ressalvas quanto à hipertrofia do poder exercido por Leonel Brizola no partido.

Na opinião de José Talarico, por exemplo, sob o comando de Brizola, o PDT seria o maior partido político do Brasil em menos de uma década. De forma semelhante, Darcy Ribeiro defendia que “o estadista mais avançado da América Latina é Leonel Brizola. [...] O Brizola está presente no mundo e sabe qual é a luta do povo brasileiro”<sup>229</sup>. A reconhecida capacidade de eloquência foi ressaltada também, evidentemente. Como destacou Pedro Uchoa Cavalcanti, “ele podia e queria falar sobre tudo, mobilizar as pessoas e defender suas ideias”<sup>230</sup>. Por fim, de forma nostálgica, Abdias do Nascimento recordou a mobilização realizada para fundar o PDT.

Fiquei com Brizola, para cima e para baixo, nessas andanças de fundar o Partido, que é uma coisa trabalhosa, mas fascinante, porque eu pude ver como é que um líder, tipo Brizola, trabalha. Achava espantoso aquilo. Nós vivemos aí pelo interior, e o Brizola: “vamos ali; vamos ali”. Tinha um cafezinho com duas ou três pessoas. Chegava: havia um café; era um pão de queijo; Brizola começava a conversar, a rir – daqui a pouquinho, já estava um comício formado! Era uma coisa milagrosa; era uma coisa espantosa! Como ele tinha o poder aglutinador de fazer a cabeça das pessoas: tinha de trabalhar dominando o negócio<sup>231</sup>.

Já para Carlos Lupi, atual presidente nacional do PDT, a figura de Leonel Brizola era dotada de um aspecto quase mítico, algo semelhante ao que se construiu em torno de Getúlio Vargas:

A força do carisma dele contaminava: parecia uma energia divina. Não dá para explicar. A gente, quando chegava perto do Brizola, parecia que tinha uma eletricidade. Era uma coisa esquisita. Até os

<sup>229</sup> Espaço democrático, ano 1, n.16, 1/7 de junho de 1984, p.11.

<sup>230</sup> Espaço democrático, ano 1, n.9, 12/18 de abril de 1984, p.3.

<sup>231</sup> Depoimento colhido por Fernando Britto e cedido gentilmente para esta dissertação.

que não acreditam nestas forças espirituais ficavam impressionados, porque a gente ficava pequena diante dele. E Brizola era um homem relativamente baixo – um metro e sessenta e oito, mais ou menos – e ficava grande<sup>232</sup>.

De certa forma, Leonel Brizola é exemplo quase fidedigno do modelo de dominação carismática cunhado pelo sociólogo alemão Max Weber<sup>233</sup>. Forjado no trabalhismo de Vargas, Brizola tinha nas massas a principal base de apoio, mantida por laços de confiança e não menos de devoção. O carisma adquirido com o tempo advinha dos atos realizados, mas, sobretudo da oratória. Brizola podia falar por horas sem ser incomodado e não foram poucos, à exemplo de Abdias do Nascimento, que destacaram a sua capacidade de reunir pessoas enquanto discursava.

Tal como aponta Weber, o líder carismático é ao mesmo tempo demagogo e fonte de legitimação, sob o qual as margens da sociedade se sentem contempladas. É inspiração para os mais frágeis socialmente. O único capaz de atrair uma adesão incondicional sobre a qual repousa sua força política. Líder porque a ele é confiada legitimidade. João Trajano Sento-Sé classifica o fenômeno como “o sorriso do banguela”<sup>234</sup>, uma vez que, de acordo com José Arthur Poerner, “os comícios do Brizola são o lugar de maior concentração de desdentados por metro quadrado no Brasil”<sup>235</sup>. Apesar de recair em um preconceito de classe, o termo polêmico utilizado por Sento-Sé busca demarcar o perfil social sobre o qual o brizolismo obteve maior respaldo. O banguela, neste caso, é uma metáfora da adesão dos setores mais desfavorecidos socialmente ao projeto encampado por Brizola.

Por outro lado, ao estabelecer canais de atuação menos institucionalizados e, portanto, menos previsíveis, o líder carismático é também fator de risco em relação ao sistema democrático. Sua liderança perpassa, mas independe desta estrutura para se manter. Por isso, para Weber, o carisma é também o motor de crises institucionais. Uma vez que, segundo ele, o líder carismático perde o

---

<sup>232</sup> Depoimento cedido por Ápio Gomes, responsável pelo acervo do PDT.

<sup>233</sup> WEBER, M. Economia e sociedade. Brasília: Editora UNB, 2004, p. 201

<sup>234</sup> Ver: SENTO-SÉ, 1999, op. cit., p. 155-166.

<sup>235</sup> CAPELATO, M. R. Populismo latino-americano em discussão. In FERREIRA (org), J. O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p.155.

controle do seu poder, basta derrubá-lo para se instaurar uma nova ordem. Um argumento semelhante a este foi usado pela oposição ao PDT para atacar a conduta de Brizola. Quando não era chamado de caudilho, chamavam-no de populista.

O termo, não menos polêmico do que impreciso, foi adaptado do meio intelectual para atacar alguns dos pressupostos do qual se nutriam lideranças como a de Brizola, a exemplo do personalismo, a oratória e a proximidade com os trabalhadores.

Desde meados dos anos 1960, a intelectualidade brasileira classificou o período que vai de 1930 a 1964 como populista, expressão utilizada também para avaliar casos semelhantes em países vizinhos<sup>236</sup>. No entanto, além de não dar conta das múltiplas e complexas relações estabelecidas nesse período político no Brasil, tampouco se podia reduzir fenômenos tão distintos como os analisados em torno de um único termo. O debate foi travado inicialmente pelo teórico argentino Gino Germani e foi corroborado por boa parte dos intelectuais brasileiros que se debruçaram sobre o tema. O grande alvo destes autores era o governo de Getúlio Vargas, líder e fundador do projeto trabalhista, a quem se atribuía adjetivos negativos: demagogo, manipulador das massas, personalista, dentre outros. O populismo aludia a um cenário de atraso social, submissão das classes trabalhadoras e também ao autoritarismo, explicações bastante questionadas atualmente<sup>237</sup>.

O PT, naquele contexto de luta política dentro do campo da esquerda, foi um dos que mais se apropriaram do termo para atacar o trabalhismo. De acordo com Lula, em depoimento dado durante a greve de 1980, o populismo apresentava-se como um meio de cerceamento dos trabalhadores:

O que está existindo lá no ABC, principalmente em São Bernardo, é uma massa jovem de trabalhadores, pessoas que não aceitam esse tipo

---

<sup>236</sup> Há uma larga lista de governos latino-americanos que, supostamente, se enquadram como populistas. De acordo com Paul Drake, há o populismo clássico, típico das décadas de 1930 e 40, do qual fazem parte Juan Domingo Perón (Argentina), Lázaro Cárdenas (México), Haya de la Torre (Peru) e Getúlio Vargas. Os populismos da década de 1950 e 60, como Paz Estenssoro (Bolívia) e Velasco Ibarra (Equador). E o populismo tardio, que remete à década de 1970. Alguns autores falam também um neopopulismo para tratar alguns dos governos recentes da América Latina. Ver: CAPELATO, 2001, op. cit. p.132-133.

<sup>237</sup> Ver: LACLAU, E. *A razão populista*. São Paulo, Três Estrelas, 2013.

de exploração, que querem participar da vida política do país, que não viveram o populismo de Getúlio Vargas. São pessoas que começaram a acreditar nelas mesmas. Acreditam que é na participação dos trabalhadores que poderão resolver seus próprios problemas<sup>238</sup>.

Apesar das críticas, Leonel Brizola teve uma atuação destacada na primeira metade da década de 1980. Por isso, embora difícil, é preciso tentar separá-lo do imaginário negativo construído em torno do trabalhismo. Sua liderança transbordava para além do projeto político do PDT. E se este não encontrou terrenos sólidos por onde penetrar, o mesmo não se pode dizer de Brizola. Além disso, o líder trabalhista estava no centro dos grandes acontecimentos políticos do país.

Leonel Brizola foi, sem dúvidas, um dos nomes mais importantes da anistia política. Além de protagonista nas Diretas Já, foi o único a quebrar a lógica do bipartidarismo em 1982 ao se sagrar governador do Rio de Janeiro. Todos os demais estados elegeram candidatos do PMDB ou do PDS. Foi na região fluminense que o brizolismo viveu o auge político.

#### **4.4. Rio de Janeiro: o caso de sucesso**

De volta ao Brasil, em 1979, Leonel Brizola poderia ter retomado as atividades políticas pelo Rio Grande do Sul, alimentando ainda mais o simbolismo da escolha por reinventar o trabalhismo. Todavia, optou pelo Rio de Janeiro. Menos de um mês depois de desembarcar no aeroporto de Foz de Iguaçu, Brizola estava na capital fluminense. Assim justificou a sua decisão: “Vamos retomar o fio da história exatamente onde pretenderam interrompê-lo, no Rio de Janeiro”<sup>239</sup>. Para além do conteúdo emotivo por de trás dessa fala, a escolha revela também um cálculo político que se provou correto.

Mesmo não sendo mais a capital, o Rio de Janeiro ainda era um centro político relevante. Além disso, tratava-se do terceiro maior colégio eleitoral do

---

<sup>238</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980, op. cit., p. 179.

<sup>239</sup> Braga, K; Souza, J. B. ; Dioni, C; Bonés, E. (orgs.). *Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004, p.115.

país, e que em 1962 já havia referendado Brizola como o deputado federal mais votado em âmbito nacional. Logo, o líder trabalhista esperava contar com uma base de apoio em potencial capaz de sustentar a montagem do PDT e a candidatura ao governo do estado e, posteriormente, à presidência. De acordo com Américo Freire:

Brizola e seus auxiliares perceberam que, dado o comprometimento do governo Chagas Freitas com o regime militar, havia condições bastante favoráveis para o lançamento de uma candidatura efetivamente oposicionista<sup>240</sup>.

Em resumo, o Rio de Janeiro era um teste e ao mesmo tempo um palanque de grandes proporções para Leonel Brizola e o PDT. Visto por essa ótica, o resultado foi positivo. Dois anos após chegar ao Rio de Janeiro, Brizola tornou-se governador do estado. Nas eleições, bateu o candidato chaguista, Miro Teixeira<sup>241</sup>, a petebista Sandra Cavalcanti, bastante popular por conta da atuação durante o governo de Carlos Lacerda<sup>242</sup>, e Moreira Franco, candidato de Amaral Peixoto. Como se vê, os três adversários representavam forças políticas hegemônicas no estado. Enquanto isso, o PDT marchou sozinho, sem fazer alianças, sem dispor de grande aparato estrutural e financeiro e contra as tentativas de fraudes comprovadas após o pleito<sup>243</sup>.

A vitória em 1982 possibilitou que o projeto do novo trabalhismo fosse apresentado de fato ao país. Como governador, Brizola promoveu importantes intervenções, sobretudo no campo educacional, habitacional e de segurança pública<sup>244</sup>. O mandato possibilitou também a ampliação do leque de alianças para

<sup>240</sup> FREIRE, 2012, op. cit., p.225.

<sup>241</sup> Sobre o chaguismo, ver: FREIRE, 2012, p. 151-223.

<sup>242</sup> Sandra Cavalcanti ganhou notabilidade política como secretária de serviços sociais do governo de Carlos Lacerda, quando liderou o processo de remoções habitacionais e a construção de casas populares em locais da zona oeste do Rio de Janeiro. Além do PTB, Cavalcanti passou pela UDN e ARENA, e foi vereadora, deputada estadual e federal antes e durante a ditadura. Em abril de 1982, a candidata petebista chegou a alcançar 52% das intenções de voto, tornando-se a favorita a chegar ao Palácio Guanabara.

<sup>243</sup> Sobre o caso Proconsult ver SILVEIRA, M. J. S. O caso Proconsult: embates na apuração das eleições para o governo fluminense em 1982. 2018, 137 f. Dissertação (mestrado em História) - Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

<sup>244</sup> FREIRE, 2016, op. cit., p.190.



além das já tradicionais. Sem poder contar com os sindicatos, Brizola cercou-se de movimentos da sociedade civil, como as associações de moradores de bairros e de favelas<sup>245</sup>.

Não era segredo para ninguém que Leonel Brizola tinha no horizonte a presidência da República, sendo o Rio de Janeiro a ponte escolhida para esse fim. Por isso observa-se também um grande esforço de propaganda política. Nas ruas do Rio de Janeiro, surgiu a *Brizolândia*, na imprensa, os *tijolaços*. Criada em 1982, a *Brizolândia* ocupava a região da Cinelândia, onde se mantinha uma rotina de atividades de apoio ao governador. Os *tijolaços*, por outro lado, consistiam em artigos de opinião escritos pelo próprio Brizola e divulgados em jornais de grande circulação, em especial *O Globo*<sup>246</sup>.

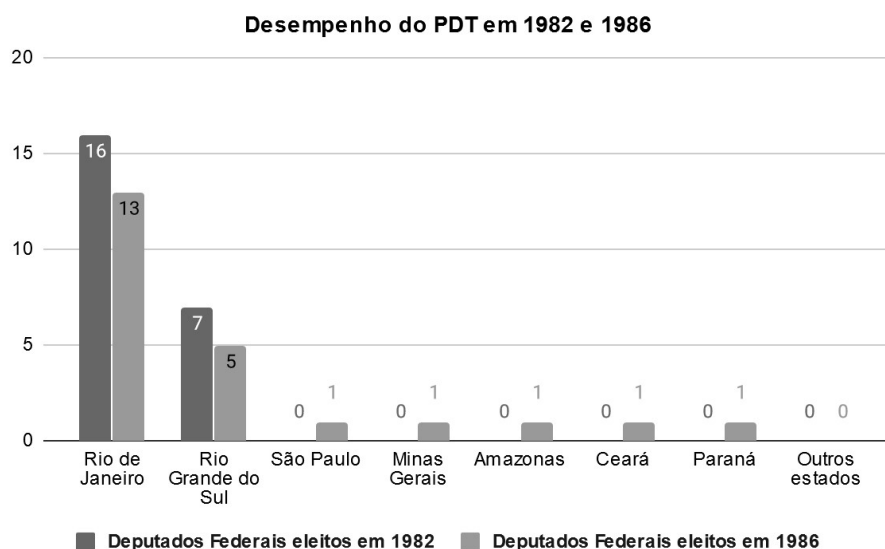
Na esteira da candidatura de Brizola ao governo do estado, o PDT do Rio de Janeiro obteve o melhor desempenho do partido durante toda a década de 1980. Os resultados obtidos nos brindam com um exemplo precioso da relação de dependência criada entre o partido e seu líder máximo. Em 1982, o PDT teve bom desempenho somente em dois estados, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, justamente os locais onde Brizola detinha uma base política sólida. Nos demais, o partido foi muito mal e em outros sequer lançou candidatos à cargos do Executivo. O fenômeno tornou a se repetir quatro anos depois, conforme ilustrado no gráfico abaixo.

---

<sup>245</sup> FREIRE, 2012, op. cit. p. 226.

<sup>246</sup> FREIRE, A; AZEVEDO, F, op. cit.

Figura 1: Desempenho do PDT nas eleições para Deputados Federais em 1982 e 1986

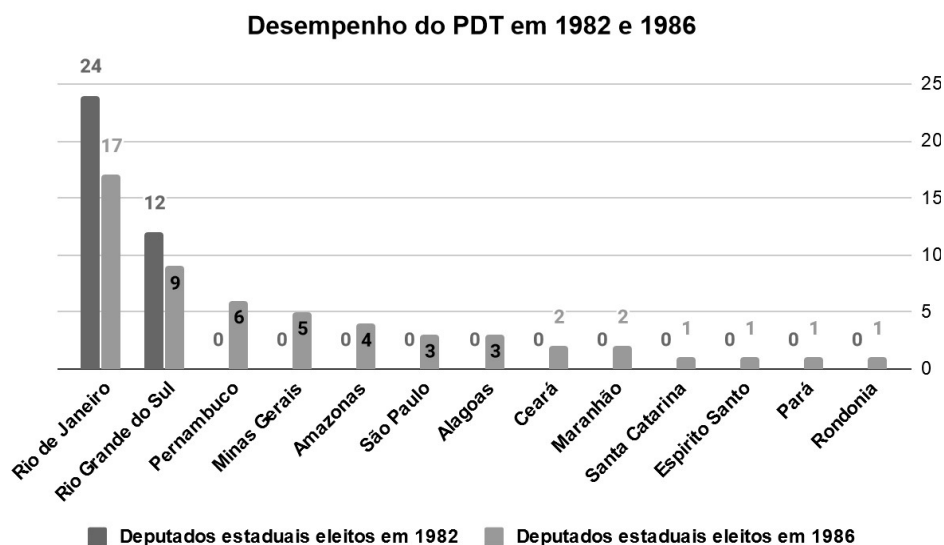


Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TSE.

Pelo Rio de Janeiro, o PDT alcançou ainda uma vaga no senado, em 1982, com Saturnino Braga, e o controle da prefeitura da capital durante toda a década, com Jamil Haddad, Marcello Alencar por duas vezes e o próprio Saturnino Braga. Curiosamente, os três deixaram o partido por conta de divergências com Brizola. A disparidade em relação aos outros estados, até mesmo o Rio Grande do Sul, é flagrante. Demonstra em números que o brizolismo, de fato, era muito maior do que o capital político do trabalhismo. O cenário é semelhante ao das eleições estaduais.

Em 1982, o PDT elegeu 36 deputados estaduais ao todo, sendo 24 no Rio de Janeiro e 12 no Rio Grande do Sul. Quatro anos mais tarde, a concentração foi menor, mas ainda assim nota-se que o Rio de Janeiro, apesar da derrota do pedetista Darcy Ribeiro para governador, manteve absoluta disparidade em relação aos outros estados, conforme retratado no gráfico a seguir.

Figura 2: Desempenho do PDT nas eleições para Deputados Estaduais em 1982 e 1986



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TSE.

Apesar de eleger mais deputados estaduais e federais em 1986, não houve grandes diferenças no desempenho entre as duas eleições. Naquele ano, o partido elegeu mais um senador, dessa vez pelo Distrito Federal<sup>247</sup>. Por outro lado, sem Brizola no poder, o resultado no Rio de Janeiro foi pior. Algo similar ao que ocorreu no Rio Grande do Sul, com o adendo da vitória de Alceu Collares para a prefeitura de Porto Alegre.

Os dados são inequívocos quanto à centralidade de Leonel Brizola na condução do partido. Onde ele ia bem, o partido acompanhava. Onde ia mal, o resultado era catastrófico. Fora do eixo RJ-RS observa-se somente alguns casos isolados vitoriosos, muitas vezes, envolvendo políticos de pouca inclinação ao trabalhismo, visto que muitos deles acabaram deixando o partido menos de uma década após a filiação.

Em âmbito nacional, o PDT repetiu o desempenho do velho PTB, firmando-se como terceira força eleitoral do legislativo, só abaixo do PDMB, PDS e depois o PFL<sup>248</sup>, quando passou a ocupar a quarta posição. Entre a esquerda,

<sup>247</sup> O senador eleito foi o juiz Maurício Corrêa, que depois ocupou o cargo de Ministro da Justiça do governo de Itamar Franco e juiz do Supremo Tribunal Federal.

<sup>248</sup> O Partido Frente Liberal foi criado em 1985 a partir de uma dissidência com a direção do PDS sobre a sucessão de João Batista Figueiredo. A Frente Liberal apoiou o nome de Tancredo Neves

teve desempenho melhor do que os outros partidos, mas sempre com a sombra do PT, que finalmente o ultrapassou em 1989. Disso resulta alguns pesquisadores, como João Trajano Sento-Sé e Américo Freire, considerarem o partido o grande rival do PDT durante as décadas de 1980 e 1990.

#### **4.5. Uma estrela no caminho do trabalhismo**

Entre o PT e o PDT há muito mais do que uma disputa eleitoral. Tratavam-se de dois projetos concorrentes pela hegemonia da esquerda e sobre quem era o legítimo representante das classes trabalhadoras brasileiras. O PDT buscava resgatar a tradição, se ancorando no legado getulista e de João Goulart. Logo, defendia a continuidade e a retomada do fio da história liderado pelos trabalhistas. O PT, por outro lado, se apresenta como uma contraposição a este projeto. Representava a novidade, uma outra forma de organização. Foi o único partido, de fato, que surgiu como oposição aberta ao trabalhismo. As divergências foram externadas antes mesmo da criação do partido, como ficou expresso na Carta de Princípios do PT, de maio de 1979:

Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo sobretudo as manipulações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradas. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões! As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que, hoje, sejam anunciadas “sem erros do passado” ou “de baixo para cima”, não passam de propostas de arregimentação dos trabalhadores para defesa de interesses de setores do empresariado nacional. Se o empresariado nacional quer construir seu próprio partido político, apelando para sua própria clientela, nada temos a opor, porém, denunciamos suas tentativas de iludir os trabalhadores brasileiros com seus rótulos e apelos demagógicos, e de querer transformá-los em massa de manobra para seus objetivos<sup>249</sup>.

---

ao invés de Paulo Maluf, candidato do PDS. Em 2007, o PFL foi renomeado como Democratas, sigla existente até os dias de hoje.

<sup>249</sup> Partido dos Trabalhadores. Resoluções de Encontro e Congressos do Partido dos Trabalhadores. 1979 -1998. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

Forjado na experiência grevista dos trabalhadores do ABC paulista, o PT apresentava uma particularidade em relação aos demais partidos. Formou-se pelo e para os trabalhadores, como uma expressão partidária do movimento sindical que se renovava naquele período. Por isso mesmo, havia um grande desprezo pelo getulismo. O novo sindicalismo que emergiu no final da década de 1970 luta pela autonomia da organização sindical e buscava romper com as práticas conciliatórias do corporativismo varguista. Esta posição teve efeito direto na criação do PT, tal como justificado no manifesto de lançamento:

O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados. O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares<sup>250</sup>.

O trecho oferece informações importantes sobre as raízes petistas. O PT surgiu como uma alternativa à manipulação das massas, advindas de ambos os lados do espectro político. Dissociando-se dos demais partidos de esquerda, a sigla reivindicou um papel de vanguarda. Qualquer outra experiência de organização dos trabalhadores era refutada veemente. Disso decorre uma espécie de recusa do passado, tal como exposto por José Talarico: “Tenho a impressão de de que ele [Lula] se convenceu de que o movimento sindical reivindicatório só surgiu com ele, desconhecendo a existência pretérita de um movimento dos trabalhadores”<sup>251</sup>.

O argumento mobilizado por Talarico tenta referendar a importância do trabalhismo a partir da história do movimento dos trabalhadores. Por isso ataca o PT por supostamente negar esta trajetória, como se fossem a vanguarda. Não era o caso. O PT se contrapunha, mas não negava as lutas sindicais travadas antes e durante o período de vigência do trabalhismo.

---

<sup>250</sup> Manifesto de lançamento do PT. In Partido dos Trabalhadores, 1999, op. cit.

<sup>251</sup> FREIRE, 1998, op. cit., p. 324.

À exemplo de Talarico, outros trabalhistas teceram manifestações distintas sobre o PT. Em praticamente todos os depoimentos analisados, é inegável a valorização das origens populares do petismo. Uma experiência autêntica e que deve ser valorizada por conta de sua capilaridade social. Por outro lado, não foram poucas as críticas tecidas aos petistas, até como forma de contra-atacar as sofridas por eles. Darcy Ribeiro, por exemplo, relativiza o traço operário do PT. Para ele, apesar de positivo, o projeto petista era encabeçado por uma “aristocracia operária, é um partido de operários de elite, dos operários das multinacionais, dos operários que ganham bem e podem fazer lutas sindicais”<sup>252</sup>. É deste intelectual também a famosa frase “o PT é a esquerda que a direita gosta”.

Alguns militantes mais radicais partiram dessa afirmação para defender que a criação do PT, na verdade, foi alimentada pela própria ditadura, como forma de enfraquecer o novo trabalhismo. O argumento foi mobilizado até por Leonel Brizola, o que demonstra sua centralidade no imaginário pedetista. Conforme afirmou certa vez o líder do PDT, o PT era “uma planta exótica que se criou na estufa da ditadura. E seu desempenho político é como se fosse uma UDN de tamancos, UDN de macacão. Tem mentalidade elitista e já cumpriu o seu papel histórico”<sup>253</sup>. Em outro momento, Brizola chegou a acusar o PT de imitar o trabalhismo, nas práticas e ideias<sup>254</sup>.

O argumento evidentemente tem um objetivo eleitoral por de trás. Diferenciar-se do grande rival na corrida pelo poder. Lula e Brizola disputavam o mesmo campo político. Por isso trocaram ofensas durante toda a década de 1980 e a verdade é que nunca houve uma aproximação entre os dois, nem mesmo após disputarem uma eleição juntos, em 1998. Quando morreu, em 2004, Brizola era um crítico do governo petista.

Para Rogê Ferreira, o PT carecia de uma ideologia definida: diz que é socialista, mas não define a natureza deste projeto. Que é representante dos trabalhadores, mas partindo de uma lógica muito mais preocupada com os

---

<sup>252</sup> *Espaço democrático*, ano 1, n.16, 1/7 de março de 1984, p.11.

<sup>253</sup> Discurso de Leonel Brizola em 30 de junho de 1993. In MANESCHY, O; SAPUCAIA, M.; BECKER, P. *Com a palavra Leonel Brizola*. Rio de Janeiro: BAW-Editoração Eletrônica, 2012, p.195.

<sup>254</sup> Idem.

sindicatos do que a vida nacional<sup>255</sup>. Apesar da origem sindical, para Sebastião Nery, o PT era um partido formado por uma mentalidade elitista típica de estudantes, com ideias descoladas do contexto brasileiro<sup>256</sup>.

José Maria Rabelo, por sua vez, destacou a fragmentação do PT, classificando-o como um partido de frentes, tal como PMDB, e ao contrário do PDT, que tinha um projeto político claro e amparado na realidade histórica brasileira<sup>257</sup>. A ideia do enraizamento é bastante cara aos trabalhistas. Por isso, o menosprezo demonstrado pelos petistas acerca do papel do velho PTB foi muito mal digerido. Assim como Talarico, Leonel Brizola também opinou sobre o tema:

Nós, que voltávamos do exílio, víamos com esperança e admiração o que se passava no ABC. Para nós, a resistência dos trabalhadores e o surgimento de lideranças eram sinais de que o trabalhismo, este grande movimento popular e nacional contra o qual se fez 64, estava vivo nos sentimentos e na consciência de nosso povo. Nada poderia nos surpreender mais, portanto, que a atitude hostil e presunçosa com que passou a se comportar a cúpula do que viria a ser o PT. Renegavam as lutas sociais do passado ("populismo, pelegos do Ministério do Trabalho etc. etc."), pretendendo que começasse ali e com eles o movimento das forças do trabalho no Brasil, como quem tenta cortar com uma tesoura o fio da história<sup>258</sup>.

O interessante na fala de Brizola é a crença de que o novo sindicalismo se espelhava no trabalhismo. Talvez por isso Brizola tenha ido ao encontro de Lula na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo, logo após retornar ao Brasil. A reunião, no entanto, não ocorreu como o esperado, segundo Cibilis Viana. Além de supostamente não ter demonstrador qualquer cortesia, Lula não teria deixado Brizola sequer finalizar o seu discurso, demonstrando logo de cara a total incompatibilidade do projeto petista com a herança getulista<sup>259</sup>. José Talarico, também presente no encontro, apontou que Lula foi bastante franco

<sup>255</sup> Espaço democrático, ano 1, n.22, 20/26 de julho de 1984, p.11.

<sup>256</sup> *Espaço democrático*, ano 1, n.24, 3/9 de agosto de 1984, p.11.

<sup>257</sup> *Espaço Democrático*, ano 1, nº 33, 5/11 de outubro de 1984, p.11

<sup>258</sup> BRIZOLA, L. Como a direita gosta. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 de fevereiro de 1994.

<sup>259</sup> RIBEIRO, T; BRIGAGÃO, C., 2015, op. cit.

quanto ao fato de que não se alinharia a nenhuma iniciativa de caráter getulista-trabalhista.

Ainda assim, quase quatro anos após o encontro fracassado entre os dois - quando foram produzidas as entrevistas do *Espaço Democrático* - muitos pedetistas ainda nutriam expectativas quanto a uma possível fusão com o PT. Para Saturnino Braga, por exemplo, o PDT estava aberto a isso e o único impedimento no momento era o preconceito petista com relação ao próprio trabalhismo<sup>260</sup>. Até mesmo Doutel de Andrade, um trabalhista histórico, se mostrou favorável à união entre as duas siglas<sup>261</sup>.

De fato, numa leitura mais superficial, seria possível traçar algumas semelhanças entre ambos projetos: a presença de um líder indiscutível, como Lula e Brizola, a defesa de pautas semelhantes, a exemplo do socialismo, o nacionalismo e os direitos trabalhistas. A adoção de agendas sociais que se esbarram. Além de que os dois se colocam como representantes dos trabalhadores e como partidos de massas, muito embora o PT apresente um caráter classista mais definido<sup>262</sup>. O que ocorre, no entanto, é que é inconcebível imaginar naquela altura qualquer tipo de conciliação entre eles. De acordo com Américo Freire:

Não é difícil de entender o quadro de desinteligência que marcaria o histórico das relações entre o PT e o “novo trabalhismo” nos anos em tela. Na verdade, estamos diante de dois projetos políticos, duas narrativas partidárias bem distintas e demarcadas, e, o que é mais importante, dois fortes candidatos à Presidência da República<sup>263</sup>.

O fiasco na tentativa de se aproximar de Lula levou Brizola a procurar o ex-presidente Jânio Quadros, que por pouco não se filiou ao PDT. Já que não teria o apoio do líder petista, era preciso buscar outros canais de penetração em São Paulo, onde Quadros foi prefeito, governador e ainda detinha certo prestígio político. Logo, poderia contribuir para o crescimento do PDT no estado, de modo a rivalizar com o PT e o PTB de Ivete Vargas pelo eleitorado paulista. Não foi o

---

<sup>260</sup> Espaço Democrático, ano 1, n.17, 1 a 8 de junho de 1984, p.11.

<sup>261</sup> Espaço Democrático, ano 1, n. 15, 26/31 de junho de 1984, p.11.

<sup>262</sup> Para alguns pesquisadores, o PT se enquadra mais como um partido de classe, visto que se coloca como representante exclusivamente dos trabalhadores.

<sup>263</sup> FREIRE; FERREIRA, 2016, op. cit..



caso, já que Jânio Quadros preferiu ingressar no PTB. Em seu lugar, filiou-se o herdeiro de Adhemar de Barros, que não ofereceu o retorno almejado.

O exemplo de São Paulo se estende a outros estados, tendo impactos também no quadro de filiações de ambos os partidos. PT e PDT rivalizaram por militantes egressos da luta armada, lideranças políticas nacionais e, ao fim, ambos se notabilizaram pela heterogeneidade interna. Disputaram também o protagonismo na cena política nacional, o que, no entanto, só foi confrontado nas urnas mesmo em 1989.

Na prática, foram poucos os embates eleitorais travados entre petistas e pedetistas ao longo da década de 1980. Onde o PT tinha mais força, o PDT não dispunha do mesmo prestígio. Ao ponto que o PT demorou a penetrar em áreas sob a influência de Leonel Brizola. O argumento se sustenta melhor pelas tabelas a seguir.

Tabela 1: Deputados Federais eleitos em 1982 e 1986

<b>Deputados Federais eleitos em 1982 e 1986</b>				
	<b>1982</b>		<b>1986</b>	
	<b>PT</b>	<b>PDT</b>	<b>PT</b>	<b>PDT</b>
Total	8	23	16	24
Rio de Janeiro	1	16	2	13
Rio Grande do Sul	0	7	2	5
São Paulo	6	0	8	1
Minas Gerais	1	0	3	1
Amazonas	0	0	0	1
Ceará	0	0	0	1
Paraná	0	0	0	1
Espírito Santo	0	0	1	0
Outros estados	0	0	1	0

Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE

Tabela 2: Quantidade de vereadores eleitos em 1988

Cidade	PT	PDT	Prefeito(a) eleito(a)	Segundo colocado
São Paulo	16	1	Luiza Erundina (PT)	Paulo Maluf (PDS)
Rio de Janeiro	4	19	Marcelo Alencar (PDT)	Jorge Bittar (PT)
Porto Alegre	9	11	Olívio Dutra (PT)	Carlos Araújo (PDT)
São Bernardo do Campo	9	0	Maurício Soares (PT)	Walter Demarchi (PTB)
São Borja	0	8	José Pereira Alvarez (PDS)	Florêncio Guimarães (PDT)
Diadema	8	1	José Augusto da Silva (PT)	Mauro Michells (PTB)
Santo André	9	1	Celso Daniel (PT)	José Cabral de Almeida (PTB)

Fonte: SEADE e TSE

Os dados apresentam uma concentração do PDT no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e do PT em São Paulo. Dos cinturões-chave de cada partido, somente Porto Alegre escapa à lógica dominante. Todos os demais apresentam prevalência do partido com bases mais sólidas no local. O ABC paulista todo petista, enquanto na região fluminense destacam-se os pedetistas. Além da capital, o PDT elegeu prefeitos em outras 19 cidades do estado em 1988.

Comparativamente, o PDT teve desempenho até melhor do que o PT ao longo da década de 1980. Em 1982, o partido tinha um governador, um senador, 23 deputados federais, além de 22 prefeituras. O PT, por sua vez, concentrou-se inicialmente no bastião do novo sindicalismo. Somente 8 congressistas, nenhum governador e senador, e apenas 2 prefeituras, Diadema e Santa Quitéria, no Maranhão<sup>264</sup>. Na legislatura seguinte, o PDT perdeu o governo do estado do Rio de Janeiro, mas ampliou o número de senadores, de deputados e, em 1988, chegou a 192 prefeituras sendo quatro delas capitais: Curitiba, Natal, São Luís e o Rio de Janeiro. Os petistas tiveram um crescimento semelhante proporcionalmente.

<sup>264</sup> SINGER, A. *O PT*. São Paulo: Publicafolha, 2001, p. 50. Em Santa Quitéria, o prefeito deixou a sigla logo após o pleito.

Dobram o número de deputados federais, há um crescimento nas capitais e, em 1988, já eram 38 municípios comandados pelo PT, incluindo a maior cidade do Brasil.

De acordo com André Singer, o avanço foi fruto de um longo processo de expansão e interiorização do partido<sup>265</sup>. No início, logo após a fundação, o PT era um partido essencialmente paulista, com relativa penetração na capital e nas regiões industriais do estado. Lula teve o melhor resultado petista em 1982 ao alcançar 10% para governador do estado. Nem perto do que fez Brizola no Rio de Janeiro. Ao contrário do líder trabalhista, o PT ainda era bastante desconhecido. Tanto que alguns acusavam o partido de dar mais importância às questões sindicais, onde exerciam influência de fato, do que partidárias.

Para Singer, o crescimento eleitoral do PT está atrelado diretamente às Diretas Já. A mobilização possibilitou “uma rara oportunidade de aliar a luta de massa ao embate institucional”<sup>266</sup>. Além disso, ampliou a imagem de Lula pelo país, permitindo-o ser um importante cabo eleitoral nas vitórias obtidas pelo partido nas eleições seguintes. A partir daí observa-se um crescimento exponencial. Em 1986, repetindo o feito de Brizola no Rio de Janeiro duas décadas antes, Lula é o deputado federal mais votado do país.

Paralelo à luta partidária, o PT manteve o controle dos meios sindicais, sobretudo após a criação da CUT, e entre os movimentos sociais. Estava presente nas metrópoles e também no interior. E tinha uma base de apoio ampla, que ia desde os operários aos intelectuais mais renomados do país.

Em 1989, os números ainda eram tímidos perto da capacidade de expansão demonstrada pelo PT. O grande ponto de inflexão foram as eleições presidenciais de 1989. É neste momento, como defende Américo Freire, que o PT supera o PDT como principal representante da esquerda brasileira.

O ano marcou a primeira eleição direta para presidente em quase trinta anos. Na disputa, uma mistura entre velhas e novas lideranças. O PMDB lançou Ulysses Guimarães, o PDS, Paulo Maluf. No total, foram 22 candidatos, o maior número já registrado na história do país. Pela primeira vez, Lula e Brizola, candidatos do PT e do PDT, respectivamente, confrontaram projetos e narrativas

---

<sup>265</sup> Ibidem, p.51

<sup>266</sup> Ibid.

dos quais eram representantes. Leonel Brizola, o trabalhismo, Lula, o novo sindicalismo.

Durante a campanha, Brizola reforçou ao máximo o vínculo com Getúlio Vargas, conforme revela o jornalista Ricardo Osman<sup>267</sup>. Já o PT explorou a trajetória de Lula, um retirante nordestino, pobre, torneiro-mecânico, que entrou para a política para defender os trabalhadores. A imagem contrastava com a do candidato pedetista, engenheiro, político profissional e com fama de caudilho. Talvez por isso, apesar do favoritismo prévio, Brizola demonstrou preocupação com Lula logo nos primeiros meses de 1989: “O PT nos preocupa muito mais do que a direita, porque está com sede de nos esmagar”<sup>268</sup>.

As pesquisas antes das eleições apontavam que velhas lideranças estavam mais próximas da vitória. E nesse sentido, era natural que Ulysses Guimarães ou Leonel Brizola tornasse presidente. Não foi o que ocorreu. Inesperadamente, o candidato mais votado foi o desconhecido Fernando Collor de Mello, do pequeno PRN, que sequer participou dos debates televisivos. Atrás dele, Lula, ao invés de Brizola, com uma diferença mínima de votos. Como se sabe, o candidato petista não reverteu a diferença para Collor no segundo turno, mas ainda assim o PT não foi o grande derrotado das eleições.

Pelo contrário, o desempenho de Lula projetou o PT como grande força nacional. Já o PDT amargou não só a derrota como a perda do comando da esquerda para os petistas. O resultado das eleições de 1989 sepultou os planos nutridos por Leonel de alcançar a presidência da República. Lula demoraria mais três eleições até chegar a este objetivo, Brizola nunca mais chegou sequer perto disso.

São vários os motivos levantados pela literatura para explicar as razões da derrota. Ricardo Osman, por exemplo, fala de uma campanha improvisada, cheia de falhas estruturais. Américo Freire ressalta a capacidade de inovação do PT e de como se apresentou como alternativa real para a esquerda<sup>269</sup>. Para João Trajano Sento-Sé, é fruto da descrença na velha classe política, bem como da polarização

---

<sup>267</sup> AGUIAR, 1991, op. cit. p.31.

<sup>268</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>269</sup> FREIRE; FERREIRA, 2016, op. cit. p. 205.

que se constituiu entre a direita e a esquerda<sup>270</sup>. Alguns pedetistas destacam também os ataques desproporcionais sofridos por Brizola, sobretudo por parte da grande mídia. No entanto, a explicação que mais chama atenção é a proferida por F. C Leite Filho:

[Brizola] era um homem sozinho (seu partido, o PDT, tinha uma minúscula bancada de 28 deputados e dois senadores, 200 prefeitos e nenhum governador). Era simples pessoa física, que só contava com o magnetismo pessoal, enquanto os outros competidores montavam-se em megaestruturas. Fernando Collor, do PRN, com o apoio unissónomo do Establishment e, especialmente do seu braço forte, a mídia e segmentos de bancos, multinacionais e grandes empresas brasileiras. Lula da Silva, do T, dispunha do suporte dos sindicatos, à frente a poderosa CUT, as Comunidades Eclesiais de Base da igreja, o apoio financeiro das ONGs<sup>271</sup>.

Após o resultado negativo em 1989, o PDT teve um breve suspiro nas eleições gerais de 1990, que depois se mostrou enganoso. Na ocasião o partido alcançou três governos do estado - RJ, RS e ES - e obteve o melhor desempenho no congresso até então, novamente puxado pela região fluminense. Ainda assim, não tardou até que o PT assumisse de vez o papel absoluto como principal partido de esquerda do Brasil. Já no pleito seguinte, em 1994, o partido ultrapassou o PDT na Câmara, e as distâncias entre ambos foram tornando-se cada vez maiores. Em 1998, Brizola se viu forçado a aceitar o posto de vice de Lula nas eleições presidenciais, após enfrentar uma derrota acachapante quatro anos antes. João Trajano Sento-Sé vê este cenário como o início de uma espécie de declínio do trabalhismo. O que, não deixa de ser, em parte, verdade. Ao final de 1989, o trabalhismo parecia, de fato, por um fio.

Neste sentido, o capítulo que encerra esta dissertação tentou apontar algumas das razões que levaram o trabalhismo a um desempenho inferior ao esperado dez anos antes da derrota em 1989. Há fatores internos e externos ao PDT que explicam o resultado negativo, como foi demonstrado.

---

<sup>270</sup> SENTO-SÉ, 1999, op. cit. p. 247.

<sup>271</sup> LEITE FILHO, F. C. El caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico. São Paulo: Aquariana, 2008, p.444.

## 5. Considerações finais

A presente dissertação tentou contribuir para o alargamento dos estudos acerca do trabalhismo no Brasil. Daí advém a escolha por analisar o projeto do PDT na década de 1980. O novo trabalhismo ainda hoje é pouco abordado pela historiografia brasileira se comparado ao trabalhismo do pré-1964, sobre o qual observam-se múltiplas perspectivas de análise.

O novo trabalhismo despontou durante a transição democrática brasileira, apresentando-se como uma continuidade, mas também uma renovação do projeto getulista. Neste sentido, pode-se concluir a partir do primeiro capítulo que o PDT desenvolveu uma dupla reinvenção do trabalhismo. Primeiro, através de uma releitura da Carta-Testamento de Getúlio Vargas, de modo a redimensionar o papel deste governante na história do Brasil. E segundo, por meio da introdução de ideias socialdemocratas, que foram articuladas a valores trabalhistas tradicionais.

A reinvenção de Vargas perpassou a construção de uma narrativa otimista e idealizada sobre o ex-presidente. O PDT ressaltou Getúlio Vargas como importante líder popular, amparado nas causas dos trabalhadores e que, por esta razão, sofreu com golpes e perseguições. Neste sentido, retomar o fio da história para este partido significou dar continuidade a um legado heróico – e inventado – do getulismo.

A mobilização do getulismo é também um resgate de memória, isto é, uma forma de atualizar e fazer de Vargas uma figura novamente relevante no cenário político brasileiro após quase três décadas desde a sua morte. Não se esperaria menos de um partido que reivindicou justamente a trajetória deste governante e que o tem como fonte de legitimação e razão de existência.

A outra face da reinvenção do trabalhismo atravessou a experiência do exílio durante a ditadura, sobretudo o período em Lisboa. Na capital portuguesa, Brizola e outros trabalhistas históricos se aproximaram da Internacional Socialista, acrescentando algumas pautas ao programa do PDT.

Em linhas gerais, o giro ideológico empreendido pelo PDT abarcou uma retomada das bandeiras históricas do trabalhismo pré-1964 com a introdução de

ideias socialdemocratas, dentre as quais a mais marcante foi a inclusão do socialismo. Neste sentido, entre as bandeiras levantadas pelos pedetistas, observa-se, em especial, a defesa do trabalhismo, o nacionalismo e as Reformas de Base, mas também a construção do socialismo democrático, a defesa das minorias, das massas privilegiadas e uma postura mais à esquerda do que o velho PTB.

O novo trabalhismo é o único projeto forjado no exílio nesse contexto de redemocratização. Talvez por isso tenha obtido êxito no processo de reorganização política, como sustentado nesta dissertação. No Brasil dos anos 1970, seria improvável a existência de uma articulação desta natureza, como ocorreu em Lisboa. O exílio possibilitou liberdade de discussões, intercâmbio de ideias e inclusive a aproximação de militantes de outras matrizes ideológicas.

Por outro lado, este cenário propositivo resultou também em problemas com relação à definição identitária do PDT, como se demonstrou no segundo capítulo. O novo trabalhismo abarcou uma militância ampla, plural e, em alguns casos, de pouca inclinação ideológica ao projeto trabalhista.

Ao menos quatro projetos estiveram em disputa no interior do PDT: o do grupo do México e do Grupo de Lisboa, ambos formados a partir da experiência no exílio, os trabalhistas históricos e, por fim, os prestistas, de filiação tardia. Além desses, é possível citar os sindicalistas, os brizolistas, militantes dos movimentos raciais, indígenas e outros grupos com propostas independentes entre si.

Entre os integrantes do PDT, foi possível mapear diferentes motivações para se filiarem, bem como leituras e releituras sobre o projeto ao qual estavam inseridos. A pesquisa, que teve como principal base o jornal *Espaço Democrático*, demonstra algumas incompatibilidades ideológicas, divergências quanto às bandeiras centrais do partido, além de graus distintos de filiação ao trabalhismo. Apesar de sutil, a falta de um consenso interno é um dos motivos que dificultaram a consolidação do novo trabalhismo na década de 1980.

Além dessa, outras razões de ordem interna e externa ao PDT foram levantadas no capítulo três, de modo a explicitar como o novo trabalhismo se inseriu na realidade política da transição democrática. E, neste caso, o porquê deste partido não repetir o desempenho político-eleitoral do velho PTB, visto que ambos eram trabalhistas.

De forma tangencial, a pesquisa tentou demonstrar também qual era o espaço ocupado por esta tradição no imaginário político da década de 1980. Sendo assim, defende-se que a transição democrática brasileira foi marcada por uma disputa latente entre aqueles que representavam a continuidade e a novidade na esfera política brasileira. Dois polos em articulação, mas com agendas distintas que foram confrontadas nas eleições de 1989.

A redemocratização teve como protagonistas os novos atores sociais que despontaram em meio à ditadura militar. Sendo assim, o trabalhismo foi alvo de resistências tanto da esquerda quanto da direita, fato que se estendeu também aos demais representantes de velhas tradições políticas. A punição em 1989 não se limitou à Leonel Brizola. Nomes como Aureliano Chaves e Paulo Maluf, de importante atuação na Arena, e até mesmo Ulysses Guimarães - talvez a principal figura da oposição democrática - tiveram desempenho péssimo no pleito daquele ano.

O grande vencedor naquele ano foi Fernando Collor, considerado ainda uma novidade entre os candidatos na disputa. No entanto, o segundo lugar alcançado por Lula é dotado de enorme simbolismo também. Apesar da pequena diferença nas urnas, a votação ratificou, ao menos simbolicamente, a agenda do PT em detrimento do PDT, seu principal rival pelo comando da esquerda.

No capítulo três sugere-se que os petistas foram outro grande obstáculo às pretensões do PDT durante os anos 1980. O PT surgiu como uma contraposição ao legado getulista. Por isso, foi um dos que mais atacou o projeto pedetista. Os dois partidos disputaram narrativas, programas e bases sociais semelhantes. E sobre este ponto, o PT obteve logros muito maiores do que os pedetistas.

Em geral, o PDT perdeu as duas principais bases de sustentação política do velho PTB. Na esfera parlamentar, o PDMB consolidou-se como força de oposição hegemônica, enquanto na sindical, o novo sindicalismo tomou o controle a partir do final da década de 1970. Ao longo deste período, o PT foi paulatinamente tomando o espaço do trabalhismo como representante partidário identificado pelas classes trabalhadoras brasileiras.

Para boa parte da esquerda, o trabalhismo era um projeto ultrapassado e que devia ser superado. Para as Forças Armadas, era identificado com a crise que resultou no golpe de 1964. Por isso, esta pesquisa defende que a decisão do TSE que tirou de Brizola o direito de se apropriar da sigla PTB foi fruto de uma



articulação conservadora que incluiu a participação da cúpula militar e a reconhecida atuação do general Golbery de Costa em favor de Ivete Vargas.

Apesar de não impedir o prosseguimento do projeto do novo trabalhismo, o resultado tem um sentido ao menos simbólico. Sem a sigla histórica, o novo trabalhismo perdeu uma parcela de legitimidade, bem como o capital eleitoral assegurado pelo PTB. A partir de então se observa uma hipertrofia do brizolismo no interior da construção do PDT.

A pesquisa demonstrou que o PDT tornou-se dependente da liderança de Leonel Brizola ao longo da década de 1980. O partido só tinha bom desempenho onde este líder exercia influência política considerável, como no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Nos demais locais nota-se um contraste absoluto em relação a estes dois estados. Logo, esta dissertação partilha a ideia de que o PDT se tornou muito mais uma extensão do brizolismo do que do próprio trabalhismo getulista.

No entanto, em que pese os objetivos do terceiro capítulo, atesta-se, à título de esclarecimento, que não se trata de um estudo acerca dos motivos que levaram ao fim do trabalhismo, e tampouco do seu fracasso enquanto projeto, pois isso demandaria discussões de outra natureza. Ao invés disso, tentou entender porque uma das forças políticas mais importantes da história recente do país, o trabalhismo, não repetiu o protagonismo ao se relançar na cena política na década de 1980.

Espero que esta dissertação tenha apresentado novos horizontes para os próximos estudos sobre o novo trabalhismo, bem como da história política da transição democrática brasileira. O trabalho dialoga com outras análises realizadas sobre o tema, mas justifica-se por se aprofundar em questões ainda poucos exploradas pela historiografia. Para tal, valeu-se de entrevistas, materiais institucionais do PDT, dos veículos de comunicação do partido, além de outras fontes que permitissem alcançar o objetivo proposto por este texto.

## 6.

### Referências bibliográficas

#### 6.1

##### Fontes Primárias

PDT. **Cartas, programa, estatuto, artigos e textos**. Rio de Janeiro: 2006.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Repositório eleitoral**. Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

Arquivo Público da cidade do Rio de Janeiro. Espaço Democrático. Rio de Janeiro: 1984.

#### 6.2

##### Bibliografia geral

ABRANCHES, S. **Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**. Dados: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 31, no 1, pp. 3-55, 1988

ABREU, A. A. *et al* (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

AGUIAR, R. O. G. **Leonel Brizola: Uma Trajetória Política**. Rio de Janeiro: Record, 1991.

ANDERSON, P.; CAMILLER, P. (orgs). **Um mapa da esquerda na Europa Ocidental**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARAÚJO, M. P. N. Lutas democráticas contra a ditadura. In FERREIRA, J.; REIS, D. A. (orgs). **Revolução e democracia (1964 - ...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

BATISTELLA, A. **O trabalhismo getulista-reformista do antigo PTB e o “novo trabalhismo” do PDT: continuidades e descontinuidades**. Aedos, v. 5, n. 12, p. 116-132, 2013.

BRAGA, K.; SOUZA, J. B.; DIONI, C; BONES, E. (orgs). **Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004)**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004.

CAPELATO, Maria Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In FERREIRA (org), J. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p.136.

CAVALCANTI, P. C. U.; RAMOS, J. (orgs.). **Memórias do exílio: Brasil (1964-19??)**. São Paulo: Livramento, 1978.

COSTA, I. C. **Luiz Carlos Prestes e os “Filhos” da Carta Aos Comunistas no PDT**. XXVII Encontro de História da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil), Natal, 2013.

COSTA, I. C. **A hora da travessia: reinventando o brizolismo e o trabalhismo**. Revista Mundo do Trabalho, v. 4, n.7, p.121-145, 2012.

D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, G. A. D.; CASTRO, C. (Orgs.). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

D'ARAUJO, M. C. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. São Paulo: Ática, 2 ed. 1992.

FAUSTO, B. **A Revolução de 30**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FERREIRA, J.; GOMES, Â. C. **Jango: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FERREIRA, M. M. (org). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1ª ed, 2006.

FERREIRA, J. **O imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.

FORTES, A. **O estado novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano**. Locus, Revista de História. v.13, n. 2, 2007.

FREIRE, A.; FERREIRA, J. **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FREIRE, A. **Sinais trocados: o Rio de Janeiro e a República brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

FREIRE, A; AZEVEDO, F. **Intervenção Política, Imprensa e Democracia: os Tijolões de Leonel Brizola**. Revista ANOS 90, v.18, n.3, p. 15-40, 2011.

FREIRE, A. **Ecos da estação Lisboa: O exílio das esquerdas brasileiras em Portugal**. Sociologia, Problemas e Práticas, n.64, p.37-57, 2010.

FREIRE, Américo. **José Talarico: Conversando sobre política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

GABEIRA, F. **O que é isso, companheiro?** Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2009.

GREEN, J. **Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos EUA**. São Paulo: Companhia. das Letras, 2010.

GRECO, H. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

GUEDON, P. C. **Os degraus do recrutamento partidário: o caso da filiação na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado. CPDOC, 2018.

GULLAR, F. **Rabos de foguete: os anos de exílio**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

GOMES, Ângela. de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): Getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In FERREIRA, Jorge.; REIS, D. A. **Nacionalismo e Reformismo Radical - (1945 - 1964)**, Col. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Vol. 2, 2007.

GOMES, Â. C. **A invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 3 ed, 2005.

GOMES, Â. C. (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GOMES, Â. C.; D'ARAUJO, M. C. **Getulismo e trabalhismo: tensões e distensões do Partido Trabalhista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 1987.

HOBBSAWM, E. RANGER, T. **A invenção das tradições**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

JASMIN, M. G. **História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares**. Revista brasileira de ciências sociais - vol. 20 nº. 57, 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n57/a02v2057>. Acesso em 18 de junho de 2019.

LACLAU, E. **A razão populista**. São Paulo, Três Estrelas, 2013.

MARQUES, T. C. S. **A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio**. Civitas, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 399-416, 2016.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão popular, 2009.

MATTOS, M. B. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: REDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. **História do Marxismo no Brasil**, vol. V. Campinas: Edunicamp, 2002.

MENEGUELLO, R. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **Brizola e o trabalhismo**. Civilização Brasileira, 2ªed., 1979.

MOREIRA ALVES, M. H. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

PAIVA, T. **Herdeiros do exílio**: Memórias de filhos de exilados brasileiros da ditadura militar. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

PANDOLFI, D. Os anos 1930: As incertezas do regime. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O Brasil Republicano**: tempo do nacional-estatismo. Civilização Brasileira, v. 2, 4ª ed, Rio de Janeiro, 2011.

PANDOLFI, D. C. **Camaradas e companheiros**: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1995.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. In Estudos Históricos, 5 (10), Rio de Janeiro, 1992.

QUADRAT, S. V. (org). **Caminhos Cruzados**: história e memória dos exilados latino-americanos no século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

RABELO, J. M., RABÊLO, T. **Diáspora**: os longo caminhos do exílio. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

ROLLEMBERG, D. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

RIBEIRO, T; BRIGAGÃO, C. **Brizola**. Rio de Janeiro: editora Paz & Terra, 1ªed, 2015.

RÉMOND, R. Do político. In RÉMOND (Org.), R. **Por uma história política**. 2a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SAID, E. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, T. **Teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, T. **O Caminho Brasileiro para o Socialismo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

SANTOS, W. Governabilidade e democracia natural. Rio de Janeiro: FGV, 2007;  
MENEGUELLO, R. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. SP: Paz & Terra, 1998.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M.I. **Brasil**: uma biografia. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SENTO-SÉ. Um encontro em Lisboa. O novo trabalhismo do PDT. In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (orgs.). **Revolução e democracia (1964 - ...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SENTO-SÉ, J. T. **As várias cores do socialismo moreno**. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, 2004.

SENTO-SÉ, J. T. **Brizolismo**: estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

SILVA, F. T. C. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume 4, 4ª ed, 2010.

SINGER, A. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SPECK, B. W. **Nem ideológica, nem oportunista**: a filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil. Cadernos Adenauer 2, 2013

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: UNB, 2004.

## 7.

### Anexo 1

#### Carta de Lisboa

Reconhecendo que é urgente a tarefa de libertação do nosso povo, nós, brasileiros que optamos por uma solução trabalhista, nos encontramos em Lisboa. E se o fizemos fora do País, é porque o exílio arbitrário e desumano impediu este Encontro no lugar mais adequado: a Pátria brasileira. A tarefa de organizar com nosso povo um Partido verdadeiramente nacional, popular e democrático é cada vez mais premente. Não desconhecemos as permanentes tentativas das forças autoritárias de esmagar os movimentos dos trabalhadores. Mas o repositório de coragem e dignidade dos trabalhadores faz com que eles não se dobrem nem se iludam. E com eles estamos nós, Trabalhistas.

Não podemos deixar de salientar, também, que aqueles que defendem uma posição paciência, assim como a inoportunidade da luta contra a opressão, não são, exatamente os que se encontram em condições de sofrimento e perseguição, mas ao contrário, navegam nas águas da abundância e dos privilégios. Invoca-se, por outro lado, que a restauração da vida democrática e o ressurgimento de partidos autênticos dependem do sistema e de suas fórmulas jurídicas e legais. Consideramos, todavia, um ato de incompetência política e de deslealdade para com o nosso povo, aguardar as providências dos juristas do regime, de cujas fórmulas, somente por ingenuidade ou má fé, pode se esperar algo de diferente da vontade de institucionalizar a espoliação de nossa gente e a manutenção de uma estrutura política e econômica inaceitável para o povo brasileiro.

Fato novo mais importante da conjuntura brasileira não é nem a crise do regime, nem o fracasso de todos os seus projetos e promessas.

O novo, importante e fundamental, é a emergência do povo trabalhador na vida política do País. Não de um povo amedrontado depois de 15 anos de opressão, mas de um povo que se organiza sob as mais variadas formas – nos sindicatos, nas associações, em comunidades, em movimentos e organizações profissionais – com o mesmo objetivo: o de lutar por seus direitos, pela democracia. Como parte desta emergência se deve destacar as conquistas do movimento estudantil, e a luta agora vitoriosa pela reorganização da UNE.

A experiência histórica nos ensina, de um lado, que nenhum partido pode chegar e se manter no governo sem contar com o povo organizado e, de outro lado, que as organizações populares não podem realizar suas aspirações sem partidos que as transformem em realidade através do poder do Estado. A falta de apoio popular organizado pode levar a situações dramáticas como aquela que conduziu o Presidente Getúlio Vargas a dar um tiro em seu próprio peito.

Partidos e povo organizados constituem, por conseguinte, as duas condições fundamentais para a construção de uma sociedade democrática.

Analisando a conjuntura brasileira, concluímos pela necessidade de assumirmos a responsabilidade que exige o momento histórico e de convocarmos as forças comprometidas com os interesses dos oprimidos, dos marginalizados, de todos os trabalhadores brasileiros, para que nos somemos na tarefa da construção de um Partido Popular, Nacional e Democrático, o nosso PTB. Tarefa que não se improvisa, que não se impõe por decisão de minorias, mas que nasce do encontro do povo organizado com a iniciativa dos líderes identificados com a causa popular.

Nós, Trabalhistas, assumimos a responsabilidade desta convocatória, porque acreditamos que só através de um amplo debate, com a participação de todos, poderemos encontrar nosso caminho para a construção no Brasil de uma sociedade socialista, fraterna e solidária, em Democracia e em Liberdade.

Nós, Trabalhistas, queremos representar para o povo brasileiro o espírito da tolerância e da fraternidade. Nós, Trabalhistas, participamos ao lado do nosso povo em todas as suas lutas, e porque o nosso projeto é profundamente democrático, procuraremos alianças com as outras forças também democráticas e progressistas do nosso País. Nós, Trabalhistas, militaremos ativamente em todas as frentes e, porque o nosso projeto é pluralista, não pretendemos absorver ou manipular os sindicatos ou as organizações populares das mais diversas origens.

Entendemos a necessidade de um intenso debate para o desenvolvimento constante da Democracia e nós, Trabalhistas, estaremos sempre empenhados em discutir com todas as forças populares e democráticas do nosso País. É por isso que favorecemos o surgimento de outras organizações, que auspiciamos o aparecimento de outros partidos e que, nas nossas lutas, respeitaremos os seus princípios.



A consecução destes objetivos exige, como requisito prévio e fundamental no campo do pensamento e da cultura, a conquista da plena liberdade de criação intelectual, de expressão e de imprensa. Neste sentido, torna-se imprescindível a revogação de todas as formas de censura.

O grande desafio com que nós, Trabalhistas, nos defrontamos hoje é o de nos situarmos no quadro político brasileiro para exercer o papel renovador que desempenhávamos antes de 1964 e em razão do qual fomos proscritos.

Com efeito, apesar de termos tido numerosas deficiências, não por ela que caímos. Fomos derrubados, isto sim, em virtude das bandeiras que levantamos. A velha classe dominante brasileira e os agentes internos do imperialismo, não nos podendo vencer pelo voto nos excluíram pelo golpe.

A verdade que afinal se fez evidente (depois copiosamente comprovada) é que o governo do Presidente João Goulart foi derrubado por uma ação conjugada. Os latifundiários temiam a lei da Reforma Agrária que, com a nossa presença no Congresso Nacional, seria inevitável. Por sua vez, o governo norte-americano de então planejou e coordenou o golpe para evitar a aplicação da lei de Remessa de Lucros que poria termo à espoliação do Brasil pelas empresas multinacionais.

O desafio com que nos defrontamos é, por conseguinte, o de retomar as bandeiras daquela tentativa generosa de empreender legalmente as reformas institucionais indispensáveis para liberar as energias do povo brasileiro. Especialmente uma reforma agrária que dê a terra a quem nela trabalha, em milhões de glebas de vinte a cem hectares, em lugar de entregá-las em províncias de meio, de um e até de mais de dois milhões de hectares na forma de super-latifundiários, subsidiados com recursos públicos. E termos também de levantar a bandeira da luta pela regulamentação do capital estrangeiro, para pôr fim à apropriação das riquezas nacionais e ao domínio das próprias empresas brasileiras pelas organizações internacionais.

O regime militar que sucedeu ao governo constitucional, sendo regressivo no plano histórico, se fez repressivo no plano político e, em consequência, totalmente infecundo e despótico. Apesar de contar com todo o poderio do arbítrio, legislando a nível constitucional da forma mais discriminatória, só fez acumular mais riqueza nas mãos dos mais ricos e mais no colo dos mais privilegiados. O bolo que tão reiteradamente prometeram repartir quando crescesse, agora o

sabemos, é o de uma dívida externa gigantesca que montava a 3 bilhões de dólares em 1964 e hoje supera os 50 bilhões.

Nessas circunstâncias, o nosso primeiro compromisso é o de reconduzir o Brasil a uma institucionalidade democrática em que todo o poder emane do povo e seja por ele periodicamente controlado através de eleições livres e diretas, nas quais todos os brasileiros de maior idade sejam eleitores e elegíveis. O Brasil democrático pelo qual lutamos será uma República realmente federativa, com progressiva descentralização do poder, onde o voto terá que ser proporcional, para que – havendo a mais ampla representação das diversas forças políticas – não seja escamoteada a vontade popular. A República a que aspiramos há de estar defendida contra todo intento de golpismo e contra toda e qualquer manifestação de despotismo e repressão, para assegurar permanentemente ao povo brasileiro o direito elementar de viver sem medo e sem fome.

Nosso segundo compromisso é o de levantar as bandeiras do Trabalhismo para reimplantar a liberdade sindical e o direito de greve, como os instrumentos fundamentais de luta de todos os que dependem do salário para viver. É dever também dos Trabalhistas lutar contra a brutal concentração da renda que responde inclusive pelo achatamento dos salários, fixados em índices falsificados e sempre inferiores ao aumento das taxas reais do custo de vida.

Será também preocupação primordial dos Trabalhistas a elaboração de uma nova legislação do trabalho que recupere as conquistas subtraídas pela ditadura e que permita a ampliação constante dos direitos dos trabalhadores. Nosso terceiro compromisso é de reverter as diretrizes da política econômica, com o objetivo de afirmar, em lugar do primado do lucro, a prioridade de dar satisfação às necessidades vitais do povo, especialmente as de alimentação, saúde, moradia, vestuário e educação. O resultado da orientação economicista até agora vigente é este contraste espantoso entre a super prosperidade das empresas – especialmente as estrangeiras – e o empobrecimento do povo brasileiro. Nos últimos anos, trabalhadores do campo se viram convertidos majoritariamente em bóias-frias que perambulam sem trabalho permanente, e trabalhadores nas cidades se viram transformados em massas marginalizadas que se concentram na porta das fábricas. Estas imensas multidões vivem em condições tão extremas de carência elementar que já têm sua sobrevivência biológica e sua saúde mental afetadas.

Por tudo isso é que devemos definir prontamente as forças de ação política e os procedimentos legais mais adequados para mobilizar o nosso povo para uma campanha de salvação nacional. Através dela, nós, Trabalhistas, buscaremos dar solução, dentro do prazo o mais breve possível, ao problema máximo de nossa Pátria, que é a marginalidade. Com efeito, um dos aspectos mais desumanos da política econômica da ditadura é a conversão da força de trabalho nacional num exército de excedentes. Nem a singela aspiração de um emprego permanente em que se ganha um salário-mínimo para a sobrevivência, o sistema pode assegurar. O drama social pungente dessas massas marginalizadas, que humilha e envergonha a Nação Brasileira, afeta, especialmente a quatro categorias de pessoas cujos problemas estão a exigir a atenção prioritária dos trabalhadores.

Primeiro, o de salvar os milhões de crianças abandonadas e famintas, que estão sendo condenadas à delinquência; bem como o meio milhão de jovens que, anualmente, alcançam os dezoito anos de idade analfabetos e descrentes de sua Pátria.

Segundo, o de buscar as formas mais eficazes de fazer justiça aos negros e aos índios que, além da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e étnica, tanto mais injusta e dolorosa, porque sabemos que foi com suas energias e com seus corpos que se construiu a nacionalidade brasileira. Terceiro, o de dar a mais séria atenção às reivindicações da mulher brasileira, que jamais viu reconhecidos e equiparados seus direitos de pessoa humana, de cidadã e de trabalhadora; e que, além de ser vítima da exploração representada pela dupla jornada de trabalho, se vê submetida a toda sorte de vexames sempre que procura fazer valer seus direitos.

Quarto, o de fazer com que todos os brasileiros assumam a causa do povo trabalhador do norte e do nordeste, tanto por uma economia local obsoleta, como por um colonialismo interno exercido de forma escorchante pelas unidades mais ricas da federação e pelo próprio Governo Federal, que propicia sua exploração entregando às grandes empresas, na forma de subsídios para aumentar seus lucros, os recursos que deviam ser destinados àquelas populações extremamente carentes. No plano da ação política, duas tarefas se impõem com a maior urgência a todos os Trabalhistas.

Em primeiro lugar, a luta por uma Anistia ampla, geral e irrestrita de todos os patriotas brasileiros perseguidos por sua resistência à ditadura. Este é o requisito

indispensável à reunificação da comunidade nacional para a retomada do esforço conjunto para fazer do Brasil uma Pátria solidária de cidadãos livres, emancipados do medo, da ignorância e da penúria.

Em segundo lugar, a luta pelo retorno à normalidade democrática que só se efetivará no Brasil quando após a reimplantação da liberdade de organização partidária o nosso povo eleger a Assembléia Nacional Constituinte. Reconhecemos as dificuldades para que nosso povo tenha uma participação efetiva. E por participação efetiva entendemos crítica via e permanente e não atuação eleitoral episódica ou simplesmente a adesão a propostas impostas verticalmente.

A proposta do novo Partido Trabalhista a ser discutida pelo nosso povo e formulada em território brasileiro, despida de soluções importadas, tem que levar em conta a necessidade de criar um partido que expresse os anseios e seja dirigido pelas classes populares. A nova proposta começa com a repulsa àqueles que vêm no ressurgimento do PTB uma sigla de fácil curso eleitoral. A nossa proposta tem um sentido claro de opção pelos oprimidos e marginalizados.

Neste particular e dentro de um horizonte que não é absolutamente cristão, mas marcado por um capitalismo impiedoso, impõe-se a nossa defesa constante dos pobres contra os ricos, ao lado dos oprimidos contra os poderosos.

Na luta a favor da justiça contra a opressão se insere a questão da atual ideologia de segurança nacional, que tem servido para justificar as violações dos direitos humanos. Tal doutrina gerou no País a mais completa insegurança para os cidadãos comuns, ensejando a expansão da brutalidade, da denúncia e da tortura, tanto contra os presos políticos, como contra as lideranças sindicais e sobretudo, com incidência cruel sobre as camadas mais pobres da população.

Porque damos importância central ao nosso povo como sujeito e criador do seu próprio futuro, sublinhamos o caráter coletivo, comunitário e não individualista da visão Trabalhista.

A partir deste momento devemos concentrar todos os nossos esforços na preparação e organização do Congresso Nacional da organização do novo PTB, a realizar-se no Rio de Janeiro, no dia 19 de abril de 1980.

No Congresso, recolheremos, através de nossas bases, as grandes aspirações e definições da vontade popular.

Com o Congresso, continuaremos firmemente, sob a inspiração da Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas, a caminhada junto ao povo que nos levará à emancipação da Pátria.

Lisboa, 17 de junho de 1979

